

Intervir no património:
A Casa dos 24 enquanto paradigma
Beatriz Santos Sousa

Orientação:

Doutora Arquiteta Gisela Lameira

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Co-orientação:

Doutora Arquiteta Luciana Rocha

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Resumo

Este estudo visa decodificar as estratégias de intervenção subjacentes ao projeto da Casa dos 24, da autoria do arquiteto Fernando Távora, por se tratar de uma obra de arquitetura contemporânea localizada numa zona histórica. O caso de estudo proposto é um edifício em forma de torreão construído junto à Sé do Porto, sobre as ruínas daquela que tinha sido a antiga Casa da Câmara.

Como forma de enquadramento, apresenta-se, numa primeira fase, uma breve análise de alguns escritos de importantes teóricos na área do restauro e reabilitação, assim como documentos considerados essenciais sobre a intervenção nos centros históricos publicados ao longo do século XX. Simultaneamente, realiza-se uma análise da evolução do percurso profissional do arquiteto Fernando Távora, através da caracterização de algumas obras projetadas em épocas distintas. Numa segunda fase, documentam-se as transformações do adro da Sé desde as primeiras demolições propostas pela DGEMN, entre os anos 30/40 do século XX, até aos dias de hoje. Numa última fase, analisa-se, através de uma pesquisa bibliográfica e posterior análise gráfica, as especificidades da Casa dos 24 enquanto obra arquitetónica.

O objetivo desta investigação traduz-se na clarificação das estratégias de intervenção subjacentes à proposta de Fernando Távora, face às polémicas geradas em torno do novo edifício, de carácter claramente contemporâneo e construído a apenas 7 metros de distância da Sé do Porto.

Abstract

This study aims to decode the intervention strategies underlying the project Casa dos 24, designed by the architect Fernando Távora because it is a work of contemporary architecture located in a historical area. The proposed case study is a tower-like construction built next to the Oporto's Cathedral, on the ruins of what had once been the city council.

First, is presented a brief analysis of some writings of important theoreticians in the area of restoration and rehabilitation, as well as documents considered essential about intervention in historical centres published during the 20th century. Simultaneously, an analysis is made of the evolution of the professional career of the architect Fernando Távora, through the characterization of some works projected at different times. In a second phase, the transformations of the Cathedral churchyard are documented from the first demolitions proposed by the DGEMN, between the years 30/40 of the twentieth century, to the present day. In a final phase, the specificities of Casa dos 24, as an architectural work, are analyzed through a bibliographical research and later graphic analysis.

The objective of this investigation is to clarify the intervention strategies underlying Fernando Távora's proposal, given the controversies surrounding the construction of the new building, which is clearly contemporary and built only 7 meters away from the Oporto's Cathedral.

Índice

Introdução	9
<u>Capítulo 1</u>	
Intervir no património construído	15
Teorias de intervenção no património : um enquadramento	19
História, tradição e modernidade na obra de Fernando Távora :	
Particularidades e pressupostos	39
<u>Capítulo 2</u>	
O terreiro da Sé : a transformação física do lugar	61
O contexto específico do centro do Porto na 1ª metade do séc. XX	65
As intervenções no terreiro da Sé durante as décadas de 1930 e 1940	77
A abertura da avenida de D. Afonso Henriques	89
Estudo de Renovação Urbana do Barredo	99
<u>Capítulo 3</u>	
O edifício dos antigos Paços do Concelho do Porto - Casa dos 24	105
Antecedentes	109
O projeto de intervenção	113
Possíveis influências	123
Estado atual	133
Conclusões	137
Bibliografia	145
Referências de imagens	151
Desenhos de referência	155

A presente dissertação tem como objetos de estudo o terreiro da Sé do Porto e, mais concretamente, um projeto do ano de 1995, realizado pelo arquiteto Fernando Távora para a zona – a Casa dos 24.

O interesse da investigação pela obra arquitectónica em questão reside no seu carácter referencial, enquanto edifício contemporâneo construído numa zona antiga da cidade, com características identitárias particulares.

Durante os anos 30 e 40 do século XX, a zona histórica do Porto na zona da Sé sofreu alterações significativas face às demolições implementadas pela DGEMN¹, tendo como objetivo a abertura de um terreiro, no sentido de evidenciar e monumentalizar o próprio edifício da Sé. Esta intervenção, por um lado, teve grande impacto, não só na estrutura física do lugar, como também na sua identidade e percepção coletiva. Por outro lado, também a antiga Casa da Câmara permanecia no local como estrutura devoluta, resultado do seu progressivo abandono desde finais do século XVIII, e de um incêndio, em 1875, que a devastou quase na totalidade.

Na década de 90 do século XX, foi encomendada ao arquiteto Fernando Távora, pelo presidente da Câmara Municipal do Porto, a reconstrução deste edifício. Este projeto procurava não só recuperar o simbolismo do poder municipal, como também a memória daquilo que havia sido a zona envolvente à Sé do Porto, combatendo o “vazio” que a caracterizava.

O arquiteto Fernando Távora propõe um edifício com linguagem contemporânea, mas que aparenta evocar a história do lugar e do próprio edifício préexistente, como símbolo da autonomia do poder municipal em relação à igreja. Não sendo possível ter a certeza de como seria o edifício original, o arquiteto opta por uma intervenção que não se limita a uma reconstrução mimética e que procura estabelecer um conjunto de relações com o espaço público envolvente.

Desta forma, o arquiteto pretende não só preservar o carácter e a identidade desta zona, como também estabelecer as bases para a sua estruturação, enquanto espaço público autónomo e reintegrado

1 - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

na cidade, ao propor nexos entre o passado, o presente e o futuro. As polémicas em torno deste projeto aparentam resultar da dificuldade, em certa medida, em aceitar uma relação positiva de arquiteturas de épocas tão distintas, afirmando a perda do carácter unitário da zona.

Face às questões que envolvem o projeto do arquiteto Fernando Távora para a Casa dos 24, este trabalho pretende, portanto, descodificar a relação entre história e modernidade² nesta obra, clarificando as intenções patentes neste projeto específico, à luz da evolução das teorias de intervenção sobre o património edificado, assim como através de uma análise centrada noutras obras de intervenção na pré-existência realizadas pelo arquiteto, e escritos sobre o tema em questão. Para tal, propõe-se o estudo não só do edifício como obra isolada mas, essencialmente, das suas relações com o adro da Sé.

A investigação proposta tem como base um conjunto de objetivos particulares que serão alcançados através de uma metodologia que pressupõe pesquisa bibliográfica e recolha de material documental.

Objetivos / metodologia

De forma a **identificar e caracterizar as diferentes teorias sobre a intervenção no património construído**, em debate durante o séc. XX, propõe-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, até finais do século. Inclui-se, nessa pesquisa, a análise de escritos de alguns dos autores de maior relevância, de entre os quais se destacam Viollet-le-Duc, John Ruskin, Camillo Boito e Cesare Brandi, bem como dos documentos em vigor, como a Carta de Veneza de 1964. Este documento reveste-se de particular importância porque foi a partir da sua divulgação que se começou a pensar o monumento não como uma peça isolada, mas como parte de um lugar que também é património e deve ser considerado globalmente como tal.

Relativamente à obra de Fernando Távora, um dos objetivos definidos prende-se com a **descodificação e caracterização das estratégias de intervenção do arquiteto no património existente**. Nesse sentido, propõe-se uma pesquisa bibliográfica e interpretação de

2 - Entende-se neste trabalho o conceito de “modernidade” enquanto qualidade daquilo que se adequa ao “presente”, à condição específica de cada época e contexto.

outras obras do arquiteto na área da intervenção na pré-existência, assim como dos seus escritos sobre a temática.

Posteriormente, será documentada a transformação física do terreno da Sé do Porto desde os anos 30/40 do séc. XX até aos dias de hoje, através de uma recolha de documentação no Arquivo Histórico do Porto e redesenho de interpretação através da sobreposição de desenhos existentes. Por fim, apresenta-se uma recolha de fotografias anteriores às demolições para uma posterior comparação com fotografias atuais tiradas de pontos de vista semelhantes. Serão apresentadas, ainda, diversas propostas de reabilitação urbana de décadas posteriores, no sentido de perceber de que forma foram variando as intervenções arquitetónicas na zona em questão.

Nesta investigação, propõe-se ainda uma descrição do que seria a Casa dos 24 enquanto antigo edifício dos Paços do Concelho. Para tal, realiza-se uma pesquisa bibliográfica que pretende demonstrar o que restou do edifício após o incêndio que o destruiu. Estas informações parecem-nos importantes porque constituíram a base a partir da qual o arquiteto Fernando Távora partiu para dar um sentido histórico ao seu projeto.

O objetivo principal é a **demonstração de que o projeto de intervenção proposto por este edifício vai além da sua própria condição objetual** – procura reconstruir a história do lugar, reintegrando-o na cidade. Nesse sentido, parte-se de uma descrição do projeto, antecedida por uma investigação de carácter histórico, e análise das intenções do autor, focando um ponto-chave específico, isto é, o carácter híbrido do edifício que o transforma numa obra intemporal, entre o passado, presente e futuro, e que se manifesta através das próprias polémicas geradas em torno do projeto, questionando-se relações como continuidade, unidade, ruptura e fragmentação. Para tal, é essencial a realização de uma pesquisa bibliográfica, análise gráfica e interpretação centrada no edifício e na zona onde este se insere.

A investigação proposta é pertinente porque permitirá descodificar as teorias de intervenção subjacentes à proposta do arquiteto Fernando Távora. Desta forma, esta dissertação procura enquadrar as polémicas geradas em torno da construção do edifício, por se tratar de uma obra arquitetónica de carácter claramente contemporâneo inserida no núcleo histórico da cidade, adjacente a um dos monumentos mais antigos e de maior relevância em Portugal - a Sé do Porto.

A dissertação divide-se em três capítulos principais: 1) Intervir no património construído; 2) O terreiro da Sé: a transformação física do lugar; 3) O edifício dos antigos Paços do Concelho do Porto: a Casa dos 24.

Estrutura da dissertação

1) Intervir no património construído

O primeiro capítulo estabelece o enquadramento que permitirá compreender as questões abordadas nos capítulos seguintes, nomeadamente um enquadramento teórico sobre a evolução das teorias de intervenção no património, a partir, essencialmente, da leitura de textos de arquitetos e urbanistas sobre as temáticas relacionadas com a intervenção nos centros históricos. Procura-se, de igual modo, clarificar as intenções do arquiteto Fernando Távora no projeto da Casa dos 24, através de uma análise dos seus escritos e, essencialmente, de outros projetos de intervenção em pré-existências da sua autoria, de forma a enquadrar a relação entre história e modernidade na sua obra. O primeiro caso de comparação abordado ao longo deste capítulo é o Mercado Municipal de Santa Maria da Feira, por ser uma obra de carácter claramente moderno, mas que o arquiteto procurou adaptar à identidade própria do lugar. O segundo caso analisado é o Pavilhão de Ténis da Quinta da Conceição. Nesta obra, o arquiteto aparenta concretizar um desenho moderno que não entra

em conflito com outras obras da quinta, algumas delas construídas 500 anos antes, mas antes contribui para a sua atualização e permite a continuidade da sua história. O último caso de estudo escolhido é a adaptação a pousada do antigo Convento de Santa Marinha da Costa. Trata-se de um edifício antigo cujo projeto contemplou a construção de áreas completamente novas e que, ao mesmo tempo que procuram adaptar-se ao novo programa, não ignoram a identidade própria do convento. É feita uma breve descrição de cada projeto e das intenções do arquiteto, de forma a realçar os aspetos que, de algum modo, sugerem similaridades com a reconstrução do edifício da Casa dos 24.

2) O terreiro da Sé: a transformação física do lugar

O segundo capítulo tem como fim caracterizar o núcleo histórico do Porto durante a 1ª metade do século XX, com base nas alterações provocadas pelos acontecimentos não só desse século, mas também do anterior, entre os quais se destaca a Revolução Industrial.

A partir deste enfoque, procura-se caracterizar e documentar as intervenções de demolição que resultaram na abertura de um terreiro durante as décadas de 1930 e 1940. É feita uma descrição das diferentes propostas para a zona e procura-se referenciar, igualmente, as iniciativas empreendidas pela Câmara Municipal com o objetivo de preencher o “vazio” resultante das demolições.

Descrevem-se, ainda, as alterações consequentes da abertura da Avenida da Ponte, como forma de permitir uma ligação automóvel entre o tabuleiro superior da Ponte D. Luís e o centro da cidade. São abordadas algumas propostas para esta zona, nunca concretizadas, entre as quais se destaca a proposta do arquiteto Álvaro Siza, do ano 2000, cuja génese se deve ao edifício da Casa dos 24, do arquiteto Távora.

Por fim, realiza-se uma abordagem ao Estudo de Renovação Ur-

bana do Barredo, coordenado pelo arquiteto Fernando Távora, a partir da década de 1960. A inclusão deste estudo no presente trabalho tem como fundamento o facto de se tratar de um ponto de viragem no que diz respeito às funções sociais desempenhadas pelo arquiteto. Como veremos, esta proposta já não pretende apenas a satisfação das necessidades de higiene e conforto, mas também uma nova relação entre sociedade e arquitetura.

3) O edifício dos antigos Paços do Concelho do Porto: a Casa dos 24

Neste capítulo, pretende-se, em primeiro lugar, descrever a zona da Sé aquando da construção original do edifício da Casa dos 24, durante o século XV, bem como os processos de transformação que este edifício sofreu até à sua quase total destruição, no ano de 1875.

Procura-se justificar a sua reconstrução pela descrição dos valores históricos que representa para a cidade e sua identidade.

Pretende-se, ainda, descrever o projeto proposto pelo arquiteto Fernando Távora, de forma a ser possível evidenciar as suas intenções, não só para o edifício em si mas, essencialmente, para todo o núcleo histórico.

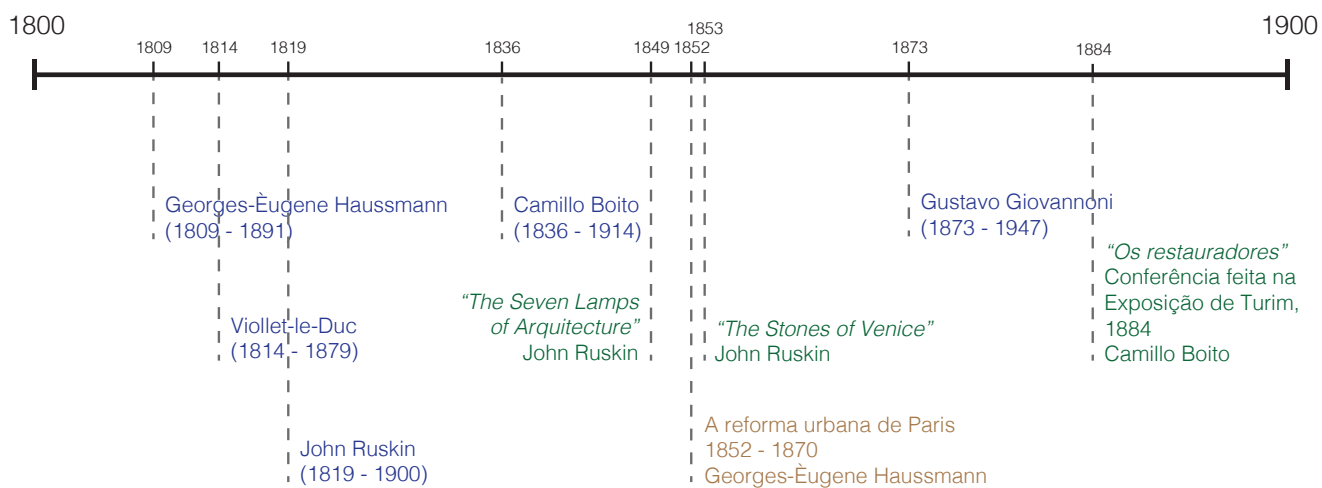
Por fim, procura-se demonstrar a forma como o novo edifício se foi alterando até aos dias de hoje, bem como o impacto que teve na zona e, conseqüentemente, na cidade.

Por último, as conclusões consistem num capítulo síntese, procurando por um lado evidenciar as estratégias de intervenção efetivamente implementadas pelo arquiteto Fernando Távora e as suas eventuais influências, e por outro, a necessidade de atuar no sentido de contrariar o processo atual de acelerada degradação.

1

Intervir no património construído

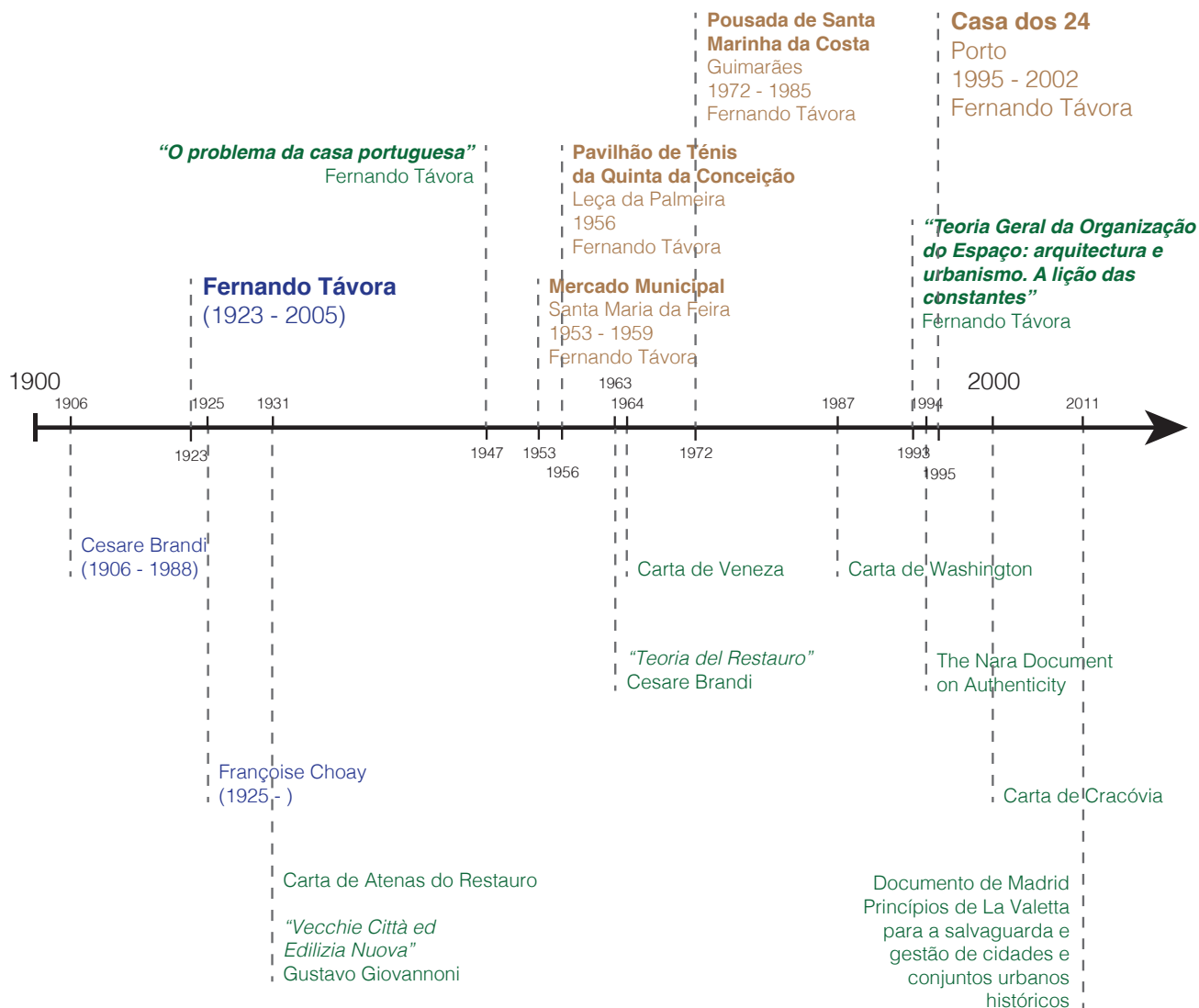




Legenda:

- Autores
- Escritos
- Projetos

Quadro 1 - Intervenção no património: autores, documentos e algumas referências.
Cronologia por Beatriz Sousa.



Teorias de intervenção no património : um enquadramento

Para entender a intervenção de Fernando Távora no centro histórico da cidade do Porto, é essencial, num primeiro momento, clarificar um conjunto de conceitos indispensáveis neste âmbito, nomeadamente o de *restauro*, *conservação*, *reabilitação* e *património*, este último entendido como o conjunto de bens, manifestações populares, cultos e tradições materiais e imateriais de um país, localidade ou comunidade que adquirem um valor único simbólico capaz de assegurar às gerações futuras o passado, tradições, história, costumes, cultura e identidade do seu povo; no caso da arquitetura, engloba não só as construções isoladas como a sua envolvente. Neste âmbito, é de igual modo um objetivo esclarecer a evolução do entendimento destes conceitos até aos dias de hoje. Esta clarificação será realizada considerando as teorias de alguns autores de épocas distintas, como Viollet-le-Duc (Paris, 1814 - Lausana, 1879), John Ruskin (Londres, 1819 - Londres, 1900), entre outros, considerados importantes pela relevância dos seus projetos e escritos na discussão do tema da intervenção na cidade antiga.

Num segundo momento, procuramos destacar a importância da discussão sobre a intervenção nas zonas históricas e de carácter patrimonial. Para tal, partimos da análise de alguns documentos, entre os quais se destacam, por exemplo, a Carta de Atenas do restauro, de 1931, e a Carta de Veneza, de 1964. Durante o século XX, o debate sobre as práticas do restauro e conservação começou a abranger toda a cidade antiga, face ao alargamento da noção de “monumento histórico”, por vezes chegando a ser substituído pelo termo “património”. Foi com Georges-Éugène Haussmann³ (Paris, 1809 - Paris, 1891), encarregue da reforma urbana da cidade de Paris entre 1853 e 1870 e responsável pela proposta de destruição de grande parte da cidade histórica, em nome da salubridade e circulação, que se reafirmou a discussão sobre as cidades antigas como monumentos históricos e, portanto, a necessidade de as proteger.

3 - Advogado, funcionário público, político e administrador francês, também conhecido como o “artista demolidor”.

Num último momento, tentamos definir um significado atual para o termo *restauro* a partir de um conjunto de pensamentos sobre os princípios que deve seguir qualquer intervenção no núcleo histórico, nos dias de hoje, com o objetivo de o reintegrar na cidade.

O conceito de restauro: teorias de alguns autores consagrados

Viollet-le-Duc foi um dos primeiros estudiosos a tentar estabelecer princípios de intervenção em monumentos históricos, ao pensar num conceito moderno de restauro.

Viollet-le-Duc (1814 - 1879)
e o “modelo ideal”

Este autor viveu em França, numa época de grande importância para a afirmação do restauro como ciência, graças aos eventos económicos, políticos e sociais influenciados pelo Iluminismo⁴, Revolução Industrial⁵ e Revolução Francesa⁶, por toda a Europa. Estes acontecimentos estimularam a proteção dos edifícios e espaços históricos, capazes de estabelecer uma identidade nacional.

No ano de 1837 foi implementada a Comissão dos Monumentos Históricos, que designou vários arquitetos para a direção das obras de restauro. Viollet-le-Duc foi eleito inspetor geral no ano de 1840, por recomendação de Mérimée⁷, cargo a partir do qual lançou a sua carreira no ramo do restauro.

Viollet-le-Duc foi também um importante teórico, demonstrando grande conhecimento sobre arquitetura e construção. Em relação aos projetos de restauro, eles deveriam formar um sistema lógico, perfeito e fechado em si. Desta forma, estabeleceu um “*modelo ideal*” no qual o edifício adquiria um “*estado completo que pode não ter existido nunca num dado momento*”⁸. Para Viollet-le-Duc, o edifício deveria ser restaurado de acordo com as características arquitetóni-

4 - O iluminismo foi um movimento filosófico, político, social, económico e cultural, que defendia o uso da razão como o melhor caminho para se alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação. O centro das ideias e pensadores Iluministas foi a cidade de Paris.

5 - Conjunto de mudanças que ocorreram na Europa entre os séculos XVIII e XIX, das quais se destacou, em particular, a substituição do trabalho artesanal pelo uso de máquinas. Tema desenvolvido em RIOUX, Jean Pierre - *A revolução industrial*. Lisboa : Dom Quixote. 1996.

6 - Período de intensa agitação política e social em França, entre 1789 e 1799.

7 - Historiador, arqueólogo, senador e escritor romântico francês. Nomeado Inspetor dos Monumentos Históricos em 1830.

8 - GOMES, Francisco Portugal e - *Restauro e Reabilitação na Obra de Fernando Távora : O exemplo da Casa dos 24*. 2008.

cas e construtivas próprias da época da sua construção original. Só assim poderia ser concebido aquele que o próprio intitulou de “*modelo ideal*”, perfeito e adequado à época da sua construção original, propondo soluções que não respeitavam as características únicas do edifício, as suas marcas, história e peculiaridades. A solução apenas satisfazia a pureza de estilo original do edifício.⁹

John Ruskin nasceu em Inglaterra e teve um papel importante como precursor na preservação das obras do passado. Foi escritor e crítico de arte. As suas ideias adquiriram grande repercussão no ano de 1849, com o livro “*The Seven Lamps of Architecture*”¹⁰, e em 1853, com “*The Stones of Venice*”¹¹, onde defendeu com ênfase o absoluto respeito à “matéria original” das construções.

Este autor viveu numa época caracterizada pela dicotomia entre antigos costumes sociais e os resultantes da Revolução Industrial. Ao lutar contra os efeitos deste acontecimento, revelou a sua forte ligação à cultura tradicional.

Ruskin defendia a ideia de que os edifícios deveriam atravessar os séculos de forma intocada. Só excepcionalmente admitia pequenos trabalhos de intervenção que evitassem a queda prematura do edifício. Assim, recomendava a execução de reforços estruturais em elementos em risco, bem como reparos pontuais de fixação ou colagem de esculturas a ruir. Mas não admitia, em caso algum, imitações, cópias ou acréscimos.

Nesse sentido, Ruskin demonstrava uma “visão romântica” relativamente aos processos de conservação. Para ele, as ruínas tornavam-se sublimes a partir dos seus estragos, vegetação e novas cores dos materiais de construção emergentes do processo natural de en-

9 - Assunto desenvolvido em CAPITEL, Antón – *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Madrid : Alianza Editorial. 1988. Pág. 17 - 21.

10 - RUSKIN, John - *The seven lamps of architecture*. Smith, Elder & Co. : Londres. 1849.

11 - RUSKIN, John - *The stones of Venice*. Smith, Elder & Co. : Londres. 1853.

velhecimento.¹²

Para este autor, o restauro consistia, então, na mais completa destruição a que um edifício poderia estar sujeito, já que constituía uma imitação da arquitetura passada. Para ele, restaurar levava à perda do significado histórico dos edifícios, uma vez que afetava a sua autenticidade e os seus valores.¹³

As teorias do restauro defendidas por Viollet-le-Duc e John Ruskin são, então, fundamentalmente antagónicas. Na realidade, Ruskin opunha-se mesmo à prática de ações de restauro.

Camillo Boito (Roma, 1836 - Milão, 1914), em “*Os restauradores*”¹⁴, apresenta uma outra teoria que parece resultar do amadurecimento das duas posições anteriormente apresentadas.

Camillo Boito (1836 - 1914)
e o conceito de conservação

O autor salienta a diferença entre os conceitos de “conservação” e “restauro”, afirmando que o primeiro se devia sobrepor ao segundo. Neste sentido, defende que nada devia ser acrescentado, excepto quando devidamente documentado, de forma a não desfigurar a obra. Segundo Camilo Boito, a prática do restauro ficava, então, limitada apenas ao mínimo indispensável.

Por um lado, Boito descartava a teoria de John Ruskin, que aceitava a “*morte*” dos monumentos, e, por outro, distanciava-se da visão de Viollet-le-Duc, já que considerava intolerável levar o edifício a um estado tal que poderia nunca ter existido antes¹⁵. Este autor alertava para o perigo desta forma de restauro, que tinha como consequência inevitável o “*triunfo do engano*”. Boito criou, assim, uma teoria intermédia, que respeitava os acréscimos ao longo da história mas que aceitava uma intervenção mínima, em casos necessários.

Cesare Brandi (Siena, 1906 - Vignano, 1988), nascido em Itália, formou-se em Direito e Ciências Humanas. Sempre envolvido com a arte, história e restauro, acabou por, em 1938, ficar a cargo de organizar o Instituto Central de Restauro (ICR), em Roma. Em 1939 passou

Cesare Brandi (1906 - 1988)
e a obra “*Teoria do Restauro*”

12 - OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de - *O pensamento de John Ruskin*. 2008.

13 - Assunto desenvolvido em CAPITEL, Antón – *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Madrid : Alianza Editorial. 1988. Pág. 23 - 29.

14 - BOITO, Camillo - *Os restauradores*. Conferência feita na Exposição de Turim em 7 de Junho de 1884 : Ateliê Editorial. 2003.

15 - De acordo com Viollet-le-Duc, os edifícios deveriam ser restaurados de acordo com as características próprias da época em que teria sido originalmente construído, independentemente das particularidades próprias do edifício em questão.

a ser diretor do ICR, cargo que manteve até ao ano de 1960.

O ICR foi criado para resolver as destruições no património histórico europeu resultantes da Segunda Guerra Mundial. Foram realizados diversos debates na tentativa de recuperar a identidade da cidade e da sua arquitetura.

Em 1963, lançou o livro *“Teoria do Restauro”*¹⁶, que sintetiza as suas experiências práticas e teóricas sobre o restauro.

Brandi defendia o restauro como procedimento de carácter excepcional. Qualquer intervenção deveria ostentar a marca do seu tempo, deixando evidente a diferença entre a alteração e o original.

Para este autor, era essencial tomar medidas para a preservação e manutenção dos monumentos. Propunha que fosse atribuída uma nova função ao edifício, de tal forma que não fosse necessário recorrer a processos de restauro. Defende, no entanto, que deveriam ser sempre analisadas as características a respeitar e que a sua configuração espacial não poderia alterada.

Cesare Brandi defende que quem se dedica a intervenções de restauro não deveria nem produzir falsificações, nem eliminar as características da passagem do tempo pelos edifícios. Quando se revelasse necessária qualquer intervenção nas estruturas edificadas, estas deveriam ser realizadas de acordo com a cultura local.

Brandi escreveu *“acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitem todas as partes [...] do edifício, o seu esquema tradicional, o equilíbrio da sua composição”*^{17, 18}.

Os autores descritos apresentam conceitos bastante diversos relativamente ao entendimento das questões ligadas à intervenção em monumentos históricos. A relevância do seu estudo reside na necessidade de enquadramento da evolução de conceitos como o da *conservação* ou do *restauro* até aos dias de hoje, de tal forma que seja

16 - BRANDI, Cesare - *Teoria del Restauro*. Edizioni di Storia e Letteratura : Roma. 1963.

17 - CARMO, Fernanda; PASSADOR, João; Terra, Leonardo; Vichnewski, Henrique - *Cesare Brandi - Uma releitura da teoria do restauro crítico sob a ótica da fenomenologia*. 2016.

18 - Assunto desenvolvido em BRANDI, Cesare - *Teoria do Restauro*. Amadora : Orion. 2006.

possível situar o pensamento e a obra do arquiteto Fernando Távora neste âmbito.

O conceito de restauro: as cartas do património

Durante o século XX, foi de igual modo produzido um conjunto de documentos chave relativamente à problematização da intervenção no património e zonas históricas.

A 1ª Conferência Internacional sobre os monumentos históricos decorreu em 1931, como resposta às grandes transformações trazidas pela revolução industrial durante o século anterior, bem como pelas destruições resultantes da 1ª Guerra Mundial, que propiciaram a valorização e conservação dos monumentos antigos, como símbolos de cada país, e despertaram o tema da reabilitação¹⁹. Esta conferência teve como resultado a *Carta de Atenas do restauro*²⁰, de 1931, que marca o começo de formulações intergovernamentais de diretrizes voltadas para a proteção e conservação do património cultural.

Carta de Atenas do Restauro
(1931)

Durante esta conferência, diversas sessões foram dirigidas por delegados de França, Itália, Grécia, Espanha, Noruega e Inglaterra, com apresentações de especialistas representantes de mais de uma centena de países. Definiu-se uma tendência generalizada para o abandono de reconstituições integrais, através de uma manutenção regular e permanente para assegurar a conservação dos monumentos. No entanto, se o restauro se mostrasse indispensável, deveria respeitar a obra histórica e artística do passado e, em caso algum, banir o estilo da sua época de origem. Esta carta propõe a ocupação dos monumentos como forma de assegurar a continuidade da sua vida, bem como a utilização de materiais modernos para a consolidação dos edifícios antigos. Estes materiais, defende, deviam ser sempre identificáveis.²¹

Embora tenham sido destacados aspetos relativos ao restauro

19 - Forma de intervenção destinada a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou a vários edifícios, ou a conceder-lhes novas aptidões funcionais, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados.

20 - *Carta de Atenas*. Conclusões da conferência internacional de Atenas sobre o restauro dos monumentos. Serviço internacional de museus : Atenas. 1931.

21 - Idem. Artigo VI.

do edifício apenas como elemento individual, em Itália, durante essa década, já se discutiam relações entre preservação e urbanismo, questões que só viriam a aparecer explicitadas em documentos internacionais a partir da década de 1960.

Em 1964, em Veneza, surge, então, o 2º Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, do qual resulta a *Carta Internacional sobre Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios*, mais conhecida por *Carta de Veneza*²². Este documento defende a continuidade entre tradição histórica e modernidade, mantendo-se na linha do “restauro científico” preconizado por Camillo Boito e Gustavo Giovannoni²³ (Roma, 1873 - Roma, 1947), procurando sempre transmitir a autenticidade do legado histórico. Estabelecendo-se como um marco significativo no panorama da História do Restauro do património edificado, esta Carta veio dar azo a uma nova era, marcada pelo respeito pelas diferentes épocas de cada edifício e pelo seu envolvimento urbano, a par da compreensão e reconhecimento das noções de conjunto e sítios monumentais. Assim, defende-se tanto o objeto arquitetónico isolado como o sítio urbano ou rural enquanto testemunho de uma civilização particular ou acontecimento histórico.

Este entendimento específico estende-se não só a grandes obras arquitetónicas, como também a obras modestas, atribuindo-lhes, igualmente, significado cultural.

De forma a salvaguardar a obra de arte e seu testemunho histórico, propõe-se a adequação dos monumentos a uma função útil à sociedade, ainda que as alterações só fossem autorizadas quando exigidas pela evolução dos usos e costumes. Não seria permitida qualquer modificação que alterasse relações de volumes e cores nem, em caso algum, a deslocação do monumento.²⁴

O conceito de restauro volta a surgir apenas como operação de carácter excepcional, fundamentando-se no respeito ao material origi-

22 - GAZZOLA, Piero (presidente); LEMAIRE, Raymond (redacção) - *Carta de Veneza: Carta Internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*. Documento apresentado no Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos : Veneza. 1964.

23 - Arquiteto e engenheiro italiano.

24 - GAZZOLA, Piero (presidente); LEMAIRE, Raymond (redacção) - *Carta de Veneza: Carta Internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*. Documento apresentado no Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos : Veneza. 1964. Artigo 7º.

nal e documentos autênticos. A intervenção “*termina onde começa a hipótese*”²⁵.

Qualquer trabalho complementar reconhecido como indispensável deverá destacar-se da composição arquitetónica e deverá ostentar a marca do seu tempo. Os novos elementos “*devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se dos originais a fim de que o restauro não falsifique o documento de arte e de história*”²⁶. Quando as técnicas tradicionais se mostrarem inadequadas, deverá optar-se por técnicas modernas cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e pela experiência. Quando se trata de restauro, e de acordo com os princípios levados a cabo por este documento, não se procura que o edifício mantenha e reflita somente o seu estilo original. O edifício pode e deve transformar-se numa construção que espelhe as diferentes culturas e opções arquitetónicas das intervenções a que foi sujeito ao longo do tempo.

De acordo com este documento, os sítios históricos deveriam ser salvaguardados como garantia da sua integridade, manutenção e valorização.²⁷

A *Carta de Washington*²⁸, de 1987, surge como complemento à *Carta de Veneza*, definindo princípios, objetivos, métodos e instrumentos considerados adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas, a fim de favorecer a harmonia da vida individual e social e perpetuar o conjunto de objetos que constituem a memória da humanidade. Esta carta destaca a importância de uma articulação harmoniosa entre os centros históricos e a restante cidade, através de uma adaptação à vida contemporânea.

A manutenção permanente do parque edificado tornou-se uma

Carta de Washington
(1987)

25 - GAZZOLA, Piero (presidente); LEMAIRE, Raymond (redacção) - *Carta de Veneza: Carta Internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*. Documento apresentado no Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos : Veneza. 1964. Artigo 9º.

26 - Idem. Artigo 12º.

27 - Assunto desenvolvido em GAZZOLA, Piero (presidente); LEMAIRE, Raymond (redacção) - *Carta de Veneza: Carta Internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*. Documento apresentado no Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos : Veneza. 1964.

28 - ICOMOS - *Carta de Washington. Carta Internacional para la conservación de ciudades históricas y áreas urbanas históricas*. Documento apresentado na Asamblea General de ICOMOS : Washington D.C.. 1987.

medida indispensável para garantir a conservação das cidades. Também as novas funções e infra-estruturas exigidas pelas necessidades domésticas e estilo de vida contemporâneo se devem adaptar às especificidades dos centros históricos. A melhoria das habitações é um dos objetivos fundamentais da salvaguarda destes sítios monumentais.

De acordo com este documento, é fundamental respeitar a organização espacial existente, mas defende a introdução de elementos de caráter contemporâneo, enquanto fatores enriquecedores do próprio contexto.

Também a circulação de veículos deve ser rigorosamente regulamentada e *“as grandes redes viárias não devem penetrar as cidades históricas, mas facilitar o tráfego e permitir-lhes acesso fácil”*²⁹.

É neste documento, ainda, que se lançam medidas preventivas contra possíveis catástrofes.³⁰

Em *The Nara Document on Authenticity*³¹, documento de 1994, destaca-se o esforço para evitar fórmulas ou métodos standardizados na tentativa de determinar a autenticidade dos monumentos e dos sítios.

Este documento propõe a utilização de processos e ferramentas específicas à natureza e necessidades arquitetónicas do monumento e, para tal, considera a utilização de todo o conhecimento disponível. Este documento valoriza os elementos realmente representativos de cada e promove a criação de um guia prático para assegurar tratamentos futuros e monitorização. Qualquer intervenção, de acordo com este documento, deve ser praticada à luz dos novos valores e circunstâncias.³²

The Nara Document on Authenticity
(1994)

29 - ICOMOS - *Carta de Washington. Carta Internacional para la conservación de ciudades históricas y áreas urbanas históricas*. Documento apresentado na Asamblea General de ICOMOS : Washington D.C.. 1987. Pág. 3.

30 - Tema desenvolvido em ICOMOS - *Carta de Washington. Carta Internacional para la conservación de ciudades históricas y áreas urbanas históricas*. Documento apresentado na Asamblea General de ICOMOS : Washington D.C.. 1987.

31 - LEMAIRE, Raymond; STOVEL, Herb (redacção) - *The Nara Document*. Documento apresentado no The Nara Conference on Authenticity in Relation to the World Heritage Convention : Nara, Japão. 1994.

32 - Idem.

A *Carta de Cracóvia*³³, do ano 2000, defende que devem ser evitadas reconstruções de partes significativas dos edifícios, baseadas no seu estilo original. Como tal, aceita a reconstrução de partes muito limitadas, se fundamentada em documentação precisa. A reconstrução total de um edifício, de acordo com este documento, só poderia ser considerada se existissem motivos relacionados com a própria identidade da comunidade.

Carta de Cracóvia
(2000)

Segundo esta carta, para possibilitar o uso adequado do edifício poderiam ser incorporados elementos espaciais e funcionais, mas com linguagem da arquitetura atual.

Na *Carta de Cracóvia*, destaca-se, de igual modo, a importância de analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos diferentes. Para assegurar a autenticidade e integridade dos monumentos, é também essencial incluir os espaços interiores, mobiliário e decoração, de acordo com o seu aspeto original.

É novamente salientada a importância de testar e controlar de forma rigorosa os novos materiais e tecnologias, tendo em conta o seu comportamento ao longo do tempo, de forma a afastar possibilidades de eventual reversibilidade.³⁴

No *Documento de Madrid*³⁵, de 2011, destaca-se a importância das intervenções como forma não só de manter, como também de potenciar o significado cultural de uma obra arquitetónica. De acordo com este documento, sempre que possível, deve-se restaurar, mais do que substituir. Os materiais utilizados, embora semelhantes aos originais, devem distinguir-se destes.³⁶

Documento de Madrid
(2011)

Também no ano de 2011 surge novo documento, intitulado *Prin-*

Princípios de La Valetta para a
salvaguarda e gestão de cidades e
conjuntos urbanos históricos
(2011)

33 - MELUCCO, Alessandra et al (redacção) - *Carta de Cracóvia: Princípios para a conservação e o restauro do património construído*. Documento apresentado na Conferência Internacional sobre Conservação "Cracóvia 2000" : Cracóvia (Polónia). 2000.

34 - Assunto desenvolvido em MELUCCO, Alessandra et al (redacção) - *Carta de Cracóvia: Princípios para a conservação e o restauro do património construído*. Documento apresentado na Conferência Internacional sobre Conservação "Cracóvia 2000" : Cracóvia (Polónia). 2000.

35 - ICOMOS, ISCAH20 - *Documento de Madrid 2011: Critérios para a Conservação do património Arquitectónico do Século XX*. Documento apresentado na Conferência Internacional CAH 20thC : Madrid. 2011.

36 - Assunto desenvolvido em ICOMOS, ISCAH20 - *Documento de Madrid 2011: Critérios para a Conservação do património Arquitectónico do Século XX*. Documento apresentado na Conferência Internacional CAH 20thC : Madrid. 2011.

*cípios de La Valetta*³⁷ para a salvaguarda e gestão de cidades e conjuntos urbanos históricos. Este documento propunha, portanto, salvar os valores das zonas históricas, bem como a sua integração na vida social, cultural e económica dos nossos tempos, garantindo um desenvolvimento coerente e uma adaptação harmoniosa à vida contemporânea. Neste documento, incide-se, particularmente, sobre o respeito dos valores patrimoniais, mas, acima de tudo, sobre a qualidade de vida dos habitantes.

Sendo as cidades históricas organismos vivos, estão sujeitas a mudanças contínuas. Este documento valoriza a sua gestão adequada de tal forma que estas se possam transformar em oportunidades para melhorar a qualidade das zonas a intervencionar. Desta forma, este documento destaca não só o ambiente natural como também o construído, estimulando a presença de elementos contemporâneos enquanto elementos de valorização da continuidade urbana e social, alertando para o perigo da possível perda de habitabilidade resultante do envelhecimento da zona.

A acumulação de alterações poderá ter, também, um efeito negativo nas cidades históricas e seus respetivos valores identitários. Nesse sentido, o documento propõe que sejam evitadas mudanças de forte expressão, de forma a minimizar os efeitos físicos nas áreas em causa.

Por outro lado, segundo este documento, a arquitetura contemporânea deverá estar presente mas sem desrespeitar a escala do sítio. Nesse sentido, deverá relacionar-se com a arquitetura existente e o contexto da cidade.

37 - CIVVIH, ICOMOS - *Princípios de La Valetta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos*. Documento apresentado na 17a Assembleia Geral do ICOMOS : Paris. 2011.

Em *Princípios de La Valetta*, refere-se que o espaço público não deve ser só espaço de circulação. É antes o lugar para contemplação, aprendizagem e diversão na cidade. A sua estruturação deve procurar promover uma utilização como espaço para o desenvolvimento de relações sociais.

Por outro lado, o trânsito deve ser rigorosamente controlado, já que as zonas históricas tinham sido projetados para peões e formas lentas de transporte. A invasão dos transportes foi um dos causadores de degradação dos espaços das cidades e, portanto, é indispensável incentivar vias de circulação ligeira. O tráfego deverá, portanto, ser limitado, e o estacionamento reduzido de forma a estimular a circulação pedonal.

O documento destaca ainda a importância de em qualquer intervenção se ter como objetivo melhorar a eficiência energética e reduzir a poluição.

Por último, este documento refere um princípio fundamental que consiste na necessidade de proteger a identidade de um lugar, mas sem impedir a sua evolução.³⁸

As teorias do restauro e a intervenção nos núcleos históricos

Enquanto que os textos, escritos e documentos apresentados anteriormente se focavam nas intervenções em edifícios, a breve análise apresentada neste ponto procura construir uma perspetiva sobre a relação entre o termo *restauro* e a intervenção em núcleos históricos. Como fonte, recorreu-se ao texto “*Construir en lo construido*”, do autor Francisco Gracia³⁹.

Gustavo Giovannoni, autor do livro “*Vecchie Città ed Edilizia Nuova*”⁴⁰, publicado no mesmo ano da reunião que resultou na publicação da *Carta de Atenas do restauro* (1931), foi uma figura iminente em campos diversos como o restauro, o urbanismo e a história da

38 - Assunto desenvolvido em CIVVIH, ICOMOS - *Princípios de La Valetta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos*. Documento apresentado na 17a Assembleia Geral do ICOMOS : Paris. 2011.

39 - GRACIA, Francisco de - *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación*. Editorial NEREA. 1992.

40 - GIOVANNONI, Gustavo - *Cidade velha e edifício novo*. Unione tipografico-editrice torinese : Torino. 1931.

arquitetura, e um articulador entre prática, teoria e ensino. O seu livro tem como tema central a relação entre a cidade “velha” e a “nova”, e a forma como se conseguiria melhorar o núcleo antigo. O pensamento deste arquiteto e engenheiro italiano abriu caminho aos novos debates relacionados com a questão dos centros históricos. Gustavo Giovannoni reconhece a necessidade de modernizar os centros históricos e, a partir daí, propõe a teoria do “*diradamento*”, ou seja, uma sequência de demolições previamente selecionadas de forma a alargar o espaço público dos centros históricos e, conseqüentemente, melhorar as condições de higiene e de funcionamento. Estas intervenções deveriam ter em vista estabelecer relações favoráveis entre o centro histórico e a cidade envolvente. As zonas antigas deveriam deixar de ser impróprias para acolher os novos usos característicos da vida contemporânea, evitando transformarem-se em peças isoladas e separadas do novo tecido urbano. Segundo Françoise Choay⁴¹ (Paris, 1925), a proposta intervencionista de Giovannoni para o núcleo antigo permitiria adaptá-lo à vida contemporânea sem desrespeitar o seu contexto.⁴²

Em finais do século XX e inícios do XXI, o lugar como determinante da forma arquitetónica assumiu-se como tema central dos discursos teóricos, principalmente no caso de intervenções em zonas com características particulares, como são exemplo os centros históricos das cidades.

Apesar da história das cidades ser o reflexo das diferentes épocas que a construíram, veio-se tornando evidente a dificuldade da arquitetura contemporânea em participar na construção evolutiva das zonas históricas. Segundo Francisco Garcia, é esta difícil síntese entre contemporaneidade e o reconhecimento do contexto que, nos dias de hoje, se deveria, insistentemente, procurar.⁴³

De acordo com este autor, a prática arquitetónica deve, portan-

41 - Françoise Choay. Paris, 1925. Escritora, crítica de arte e historiadora das teorias e das formas urbanas e arquitetónicas.

42 - CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*. UNESCO. 2001. Pág. 195.

43 - GRACIA, Francisco de - *Construir en lo construido*. Editorial Nerea : Hondarribia. 1992. pág. 8.

to, refletir a sua própria história, expressar as características da sua época, inclusive no interior dos centros históricos, embora deva ter sempre em conta condições resultantes das pré-existências. Os arquitetos e urbanistas devem, então, ser capazes de apresentar propostas capazes de relacionar o pré-existente com os novos elementos responsáveis pela transformação do lugar. *“(...) o novo é novo porque introduz componentes que antes não existiam, mas também, e sobretudo, porque modifica e reorganiza o existente.”*⁴⁴.

Admite-se que, em pleno século XXI, o património edificado não se deva assumir como uma realidade puramente arqueológica fossilizada no tempo. O património urbano deve ser conservado, mas, acima de tudo, revalorizado e acrescentado.⁴⁵

Segundo Francisco Gracia, deverá promover-se a construção dos conjuntos históricos do futuro, e não apenas prolongar o legado do passado, indeterminadamente.

Para o autor, o urbanismo deverá ser capaz de gerir a cidade como bem social de transmissão ao futuro. Assim, a intervenção em centros históricos e a nova edificação deverão ser entendidas como uma prática eficiente na salvaguarda e organização dessa “transferência”. Impera a proposta de uma modernidade alternativa que possa amparar o passado. *“(...) o culto ao valor de antiguidade atua contra a conservação do monumento.”*⁴⁶

Ao intervir sobre a cidade construída, torna-se imprescindível o reconhecimento dos aspetos que permitam estabelecer os limites que a alteração não deve superar, tendo em conta o espaço arquitetónico pré-existente.⁴⁷

Foi com a revolução industrial, essencialmente, que surgiu o chamado “problema dos centros históricos”, para uns porque limitavam

44 - MANZINI, Ezio - *“lo nuevo es nuevo porque introduce componentes que antes no existían, pero también, y sobre todo, porque modifica y reorganiza lo existente”*. in GRACIA, Francisco de - *Construir en lo construido*. Editorial Nerea : Hondarribia. 1992. pág. 9.

45 - GRACIA, Francisco de - *Construir en lo construido*. Editorial Nerea : Hondarribia. 1992. pág. 9.

46 - RIEGL, Alois - *El culto moderno a los monumentos*. Ed. Visor : Madrid. 1987. pág. 53.

47 - GRACIA, Francisco de - *Construir en lo construido*. Editorial Nerea : Hondarribia. 1992. pág. 23.

a formação da cidade moderna e, para outros, porque a sua imagem deveria ser conservada tal como era originalmente, a todo o custo. A questão coloca-se, então, em torno destes dois termos: *transformar* ou *conservar*.

De acordo com Francisco Gracia, o centro histórico deve ser pensado como: objeto de consideração socio-cultural, procurando fazê-lo habitável, ou seja, útil, mantendo os seus componentes populacionais e melhorando-o em termos de conforto; problema técnico-construtivo, segundo uma prática de restauro ou reabilitação da sua estrutura física, evitando os processos de degradação progressiva; espaço urbano, promovendo a procura de mecanismos capazes de o inserir na cidade a que pertence, favorecendo uma reflexão sobre a continuidade entre cidade antiga e moderna.⁴⁸

Na sua perspetiva, “continuar a história” significa “fazer o novo” de forma absolutamente contemporânea, mas aceitando que o material histórico da nossa memória se vai, necessariamente, entrecruzar durante o processo. A criação arquitetónica não pode, então, dispensar a investigação formal, conhecimento da história e observação do lugar.⁴⁹

Nesse sentido, o reconhecimento do passado não deve converter-se na sua sacralização⁵⁰. Deverá prevalecer o direito à auto-afirmação da contemporaneidade, ainda que nunca colocando em causa o legado que o tempo nos tem transferido. Na medida em que os elementos desse legado não se constituem como peças isoladas, todos os novos elementos devem, necessariamente, entrar nesse jogo de relações.

“De qualquer maneira, será uma operação violenta; mas o seu resultado estará

48 - GRACIA, Francisco de - *Construir en lo construido*. Editorial Nerea : Hondarribia. 1992. Pág. 29.

49 - Idem. Pág. 21.

50 - Idem. Pág. 109.

*ligado à capacidade de fazer nascer, do choque entre o antigo e o novo, precisamente a relação dialética que liga a historicidade e a permanência dos tecidos antigos aos valores do presente, do alterado, do arbitrário, do energético, próprios da arquitetura e existência contemporâneas.*⁵¹

Segundo Francisco de Gracia, apesar de ser aceite que a genialidade de uma obra poderá justificar a sua presença excepcional na cidade, a sua singularidade é claramente desintegrante da forma urbana.⁵²

Transformar um edifício, ampliá-lo, construir um novo, conectar dois ou mais existentes, etc., supõe alterar o espírito do lugar. Este texto destaca a importância de que estas alterações só devem ser levadas a cabo se as novas características do lugar em questão o tornarem mais adequado à vida do Homem.

Aceitar a dimensão temporal da arquitetura pressupõe o reconhecimento do inevitável processo de mudança através de alterações de função, por exemplo, como também, e acima de tudo, da alteração de significado no lugar. Acredita-se que a atribuição de novas funções e propósitos a edifícios antigos pode ser essencial para reequilibrar o conceito de modernidade.

Segundo o autor, intervir é atuar de forma consciente no processo dinâmico que caracteriza as cidades. É necessário garantir estabilidade para que a forma urbana prolongue uma identidade conseguida através do tempo, de forma lenta e trabalhosa. A cidade é um património do passado a transmitir ao futuro e, sempre que possível, deverá trabalhar-se para que seja melhorada pelo presente.

Também na sua perspetiva, a nova arquitetura deve aceitar o curso da história sem a necessidade de se apoiar em fórmulas expressivas do passado. Propõe-se que os novos elementos sejam desenhados segundo formas racionais, respondendo a valores universais

51 - TAFURI, Manfredo - *"De cualquier manera, será una operación violenta; pero su resultado estará ligado a la capacidad de hacer nacer, del choque entre lo antiguo y lo nuevo, precisamente la relación dialéctica que liga la historicidad y la permanencia de los tejidos antiguos con los valores del presente, de lo cambiante, de lo arbitrario, de lo energético, propios de la arquitectura y de la existencia contemporáneas."* in GRACIA, Francisco de - *Construir en lo construido*. Editorial Nerea : Hondarribia. 1992. pág. 109.

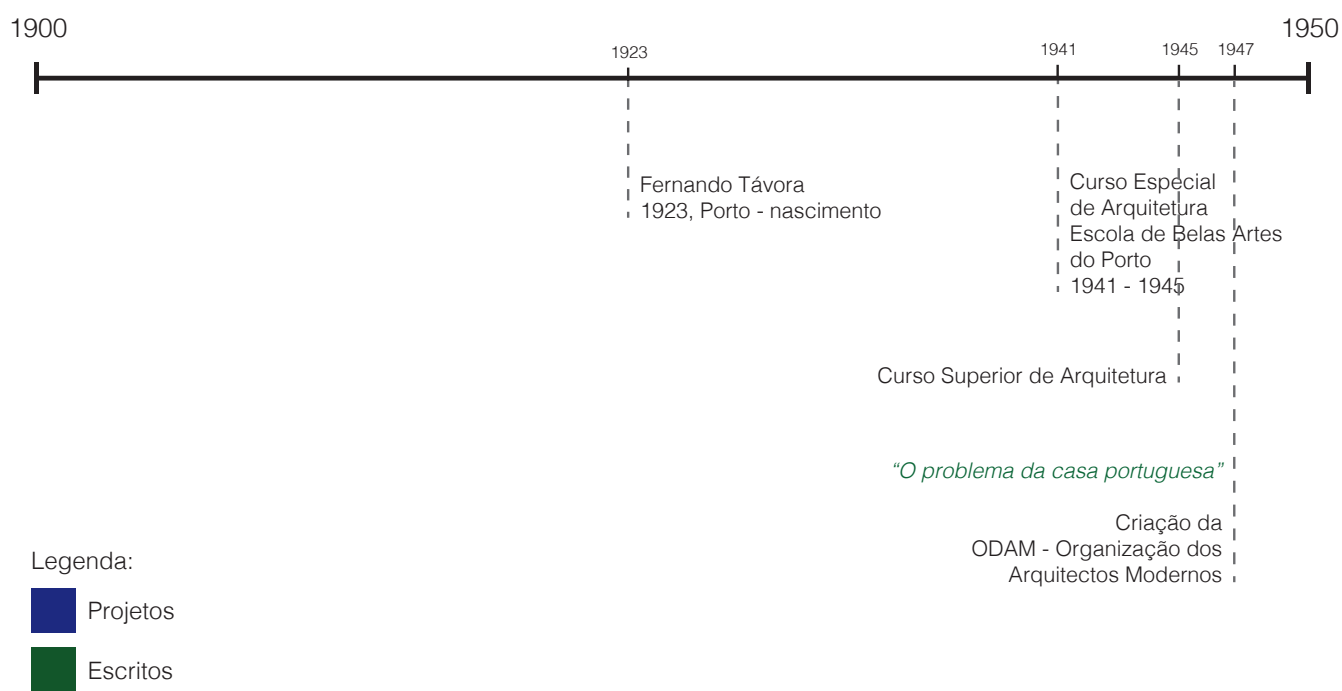
52 - GRACIA, Francisco de - *Construir en lo construido*. Editorial Nerea : Hondarribia. 1992. pág. 170.

e necessários, facilitando a sua assimilação em determinado lugar. Acredita-se que uma das grandes causas responsáveis pela rutura histórica entre arquitetura tradicional e moderna tenha a ver com a substituição de um repertório formal da arquitetura por outro, alternativo, deduzido dos recursos materiais obtidos graças aos novos sistemas produtivos.⁵³

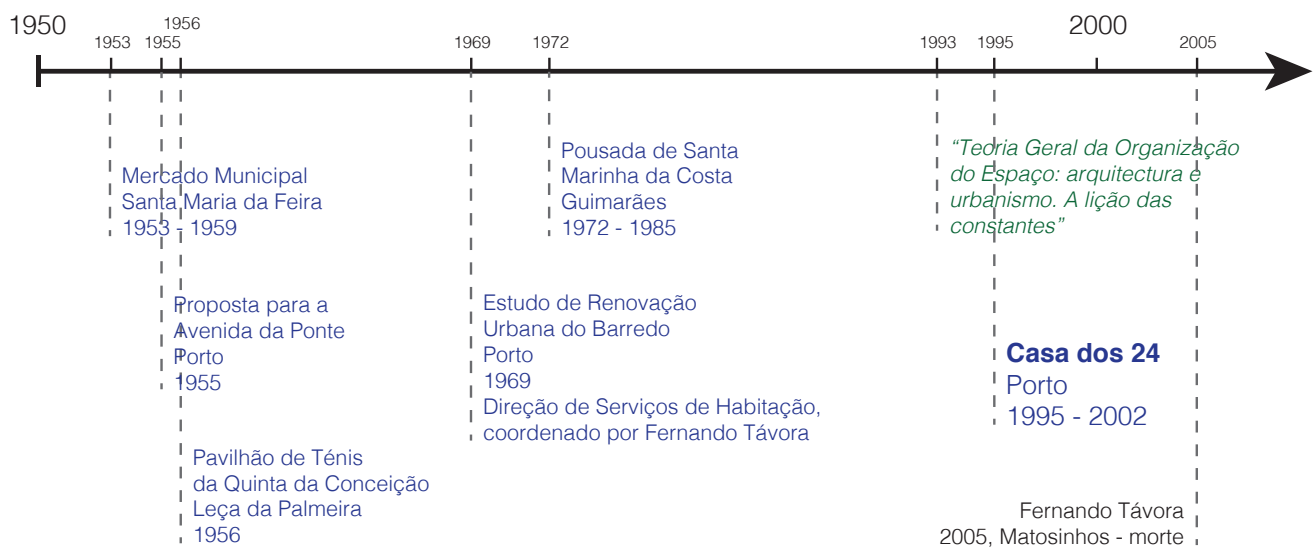
É imprescindível, também, o estabelecimento de subtis diferenças entre as novas linguagens e as pré-existências estilísticas.

O estudo dos documentos resultantes das conferências abordadas anteriormente pareceu-nos pertinente de forma a enquadrar hipotéticas lógicas de intervenção no âmbito das transformações ocorridas no adro da Sé. Uma visão mais atual sobre a intervenção nos núcleos históricos, apoiada no texto de Francisco Gracia, permite sugerir que a intervenção do arquiteto Fernando Távora na Casa dos 24 é uma proposta inovadora que resulta de uma evolução dos conceitos abordados, numa procura por transferir ao futuro os valores da cidade antiga, através de técnicas e materiais capazes de expressar a época presente. Esta procura, aliada à melhoria das condições locais, tornaria possível, de acordo com a perspetiva contemporânea apresentada, a reintegração de edifícios antigos devolutos na dinâmica urbana da cidade e na vida dos seus habitantes, evitando-se a sua degradação, tanto física como funcional ou identitária.

53 - GRACIA, Francisco de - *Construir en lo construido*. Editorial Nerea : Hondarribia. 1992. pág. 232.



Quadro 2 - Fernando Távora: vida e obra.
Cronologia por Beatriz Sousa.



História, tradição e modernidade na obra de Fernando Távora

Particularidades e pressupostos

Fernando Luís Cardoso de Menezes de Tavares e Távora nasceu a 25 de Agosto de 1923, no Porto, no seio de uma família tradicional. Desde cedo, revelou grande aptidão para o desenho e interesse pelas casas antigas.

Concluído o 2º ciclo no Liceu Alexandre Herculano, fez o exame de admissão, em 1941, à escola de Belas Artes do Porto, onde frequentou, durante 4 anos, o Curso Especial de Arquitetura.

À sua clássica educação e formação inicial, aliou o interesse pela cultura moderna de educação académica, uma vez que na altura se debatia com vigor a evolução cultural, estando a sociedade portuguesa e o ensino, aparentemente, ainda muito atrasados em relação ao resto da Europa. “Quando entrou para a Escola estava apaixonado pela *Vénus de Nilo* e pelos valores clássicos, entretanto surgiu o Moderno que se transformou numa paixão avassaladora.”⁵⁴.

Em Setembro de 1945 inscreveu-se no Curso Superior de Arquitetura, a partir do qual foi estagiar com o arquiteto Francisco Oldemiro Carneiro.

“O problema da casa portuguesa”

Em 1947, ao publicar o ensaio “*O problema da casa portuguesa*”⁵⁵, demonstrou o seu interesse pela arquitetura moderna, mas enraizada na cultura. Távora criticava o estilo português e defendia a atualização urgente da arquitetura e, consequentemente, os valores contemporâneos. Em finais do século XIX e princípios do seguinte, o desaparecimento das formas antigas levou a que a arquitetura portuguesa cada vez mais se distanciasse daquilo a que convencionalmente se chama carácter⁵⁶.

Na primeira parte do texto - “*Arquitetura e Arqueologia*” - o arquiteto critica o estudo e utilização superficial das formas do passado, realizados a partir de um falso entendimento da história. Neste sentido, defende que o Estado pretendia distanciar os arquitetos de uma arquitetura adequada às necessidades contemporâneas.

Na segunda parte - “*Falsa arquitetura*” - Távora defende a verdade na construção, propondo a capacidade de libertação dos capri-

54 - FIGUEIRA, Jorge - *Fernando Távora : Coisa mental* - Entrevista ao arq. Fernando Távora. Unidade. 1992. pág. 100

55 - TÁVORA, Fernando - *O problema da casa portuguesa*. Manuel João Leal : Lisboa. 1947.

56 - Idem. Pág. 5.

chos decorativos, defendendo o suporte da arquitetura em lógicas e razões adequadas às necessidades sociais, funcionais e produtivas.

Na terceira e última parte do texto - *“Para uma arquitetura integral”* - aponta os caminhos que considera apropriados para uma verdadeira arquitetura portuguesa do presente. Assim, aponta três ordens essenciais para o concretizar: em primeiro lugar, considera necessário um diagnóstico prévio com vista ao entendimento das arpações do Homem português contemporâneo; em segundo, um levantamento criterioso da arquitetura portuguesa. Refere, ainda, que ainda não tinha sido feito um estudo da construção em Portugal e que este deveria ser realizado de modo a torná-lo colaborante na nova arquitetura; e, em terceiro, apela à obrigatoriedade do conhecimento da arquitetura contemporânea do estrangeiro, como essencial para definir uma arquitetura do presente em Portugal. Fernando Távora acreditava que só assim seria possível reconhecer as diferenças do país e, desta forma, procurar a verdadeira identidade portuguesa.

Este texto teve grande importância como uma primeira posição pública em defesa de uma arquitetura moderna portuguesa. Embora já tivessem sido construídas algumas obras com sinais de modernidade, ligadas aos princípios do Movimento Moderno, é a partir deste momento que a arquitetura do Porto inicia oficialmente uma luta em defesa desta nova forma de projetar e construir.

“O romantismo ainda latente nesses espíritos determinou que fossem procurar no passado todas as lições para a solução do seu problema e ei-los armados da história, ei-los armados de uma falsa interpretação da arquitetura antiga para resolverem questões bem presentes e bem vivas.”⁵⁷

De acordo com o arquiteto Fernando Távora, o emprego sem nexos de formas da arquitetura passada refletia o estudo muito superficial que se realizava então e levou ao atraso do possível desenvol-

57 - TÁVORA, Fernando - *O problema da casa portuguesa*. Manuel João Leal : Lisboa. 1947. pág. 5

vimento da arquitetura portuguesa, uma vez que não era introduzido nada de novo.

“(...) o moderno era interessante mas faltava-lhe qualquer coisa que o relacionasse com os amigos, a família e o sítio.”⁵⁸. Foi a procura desses aspetos particulares que marcou, desde o início, o percurso do arquiteto.

No contexto internacional, estavam lançadas as bases para a arquitetura moderna, mas, segundo Fernando Távora, parecia que, em Portugal, mesmo que aceitando e implementando os seus princípios, se pretendia criar apenas uma arquitetura de caráter local e independente, “*incompatível com o pensar, sentir e viver do mundo que a rodeava*”⁵⁹. Para ele, “(...) a história vale na medida em que se pode resolver os problemas do presente e na medida em que se torna um auxiliar e não uma obsessão”⁶⁰ e, por isso, propõe uma adequação da arquitetura do Movimento Moderno, capaz de garantir a continuidade e o enraizamento na cultura local.

ODAM

A Organização dos Arquitetos Modernos (ODAM) foi dinamizada por 35 membros, entre os quais se destacou Cassiano Barbosa, a partir do ano de 1947, e foi um dos passos mais relevantes em direcção a uma arquitetura que se queria racional e progressista. Foi fundada na cidade do Porto e entendia a Arquitetura Moderna como representativa da liberdade de expressão. As novas perspectivas derivaram da crescente industrialização, desenvolvimento tecnológico e aumento demográfico.

Entre jovens arquitetos e estudantes de arquitetura, Fernando Távora foi um dos muitos a ingressar este grupo, que apela ao estudo e adopção da arquitetura moderna como única possibilidade de expressão do seu tempo, integrando progressos científicos e tecnológicos. O objetivo principal seria o de melhorar e ajustar a arquitetura às

58 - FIGUEIRA, Jorge - *Fernando Távora : Coisa mental* - Entrevista ao arq. Fernando Távora. Unidade. 1992. pág. 100

59 - TÁVORA, Fernando - *O problema da casa portuguesa*. Manuel João Leal : Lisboa. 1947. pág. 6

60 - FIGUEIRA, Jorge - *Fernando Távora : Coisa mental* - Entrevista ao arq. Fernando Távora. Unidade. 1992. pág. 103

novas necessidades da sociedade.

O grupo não deixa de defender uma arquitetura resultante do entendimento do contexto português, mas demonstra consciência e preocupação pelo desfasamento entre a sua realidade particular e as principais referências europeias, incentivando a melhoria das condições e processos da construção portuguesa.

Embora tardio em relação às vanguardas da Europa central, o Movimento Moderno português demonstrou uma posição democrática de sentimento revolucionário, em oposição ao regime. A partir da década de 1940, procurou-se, então, suportar os novos modos de habitar em técnicas mais avançadas, fruto do progresso científico, tecnológico e social. Desta forma, procurou-se atingir uma nova consciência social, baseada num novo conceito progressista de sociedade.

Este grupo representa uma clara ruptura em relação à arquitetura que era difundida pelo Estado. Propôs uma arquitetura Moderna que assentava nos mesmos pressupostos que originaram as experiências racionalistas entre as décadas de 1920 e 1930 em países como França, Itália, Holanda, Alemanha e Espanha.

O texto de Fernando Távora - *“O Problema da Casa Portuguesa”* - foi a primeira manifestação pública dos princípios assumidos pelo grupo, reafirmados durante o ano seguinte, em 1948, pela ODAM no I Congresso Nacional dos Arquitetos. As conferências realizadas pelo grupo estenderam-se a todos os problemas inerentes à construção, tais como a industrialização dos meios de construção e os novos materiais. A divulgação e defesa da Arquitetura Moderna foi feita através de inúmeras exposições entre os anos de 1951 e 1952. Procurou-se uma aproximação aos fundamentos estéticos do Movimento Moderno e às premissas propostas por algumas das figuras mais relevantes, como Le Corbusier.

As obras arquitetônicas neste período aproximam-se dos modelos internacionais, privilegiando sempre uma composição racional e os esquemas funcionais.

É a partir do início da década de 1950 que surge, por parte de alguns membros, uma nova consciência que procura um caráter menos universal e mais individual. Incapazes de resolver os problemas ao nível social e ao nível da construção que se observavam no contexto português, passam a procurar uma arquitetura alicerçada na história e na memória, inserida no nosso próprio contexto cultural.⁶¹

Fernando Távora, promovendo relações entre os valores da tradição e as possibilidades modernas, foi uma figura iminente nesta última fase do grupo.

Para Fernando Távora, a arquitetura não deve submeter-se a motivos ou outros pormenores arqueológicos. As casas devem representar as necessidades dos habitantes e resultar das condições em que se vive. De forma a encontrar soluções reais e presentes, o arquiteto sugere que a arquitetura portuguesa deve entroncar-se na arquitetura contemporânea, e no estudo dos grandes mestres estrangeiros da época, bem como dos novos processos de construção. Neste sentido, Távora chama a atenção para a urgência em sermos capazes de seguir em frente, “(...) *aumentar ao passado algo de presente e algumas possibilidades de futuro (...)*”⁶², colaborando não só para os presentes, mas também para os que hão de vir, já que são todos eles que constituem a comunidade em que vivemos.

*“E eu posso dizer-lhe que talvez a minha vida tenha sido, e continue a ser, uma espécie de síntese, possível, entre o mundo que eu herdei, no qual nasci, e este mundo moderno em que vivo e que tentei compreender.”*⁶³

Para o arquiteto Fernando Távora, a arquitetura moderna mais

61 - Sobre o grupo ODAM, ver BARBOSA, Cassiano - *ODAM : Organização dos Arquitetos Modernos : Porto : 1947-1952*. Edições Asa : Porto. 1972.

62 - TÁVORA, Fernando - *O problema da casa portuguesa*. Manuel João Leal : Lisboa. 1947. pág. 12

63 - FIGUEIRA, Jorge - *Fernando Távora : Coisa mental* - Entrevista ao arq. Fernando Távora. Unidade. 1992. pág. 101

radical era agressiva e contraposta, e não integrada. “(...) *era tudo deslocado do ser, era qualquer coisa exterior. Transformar aquilo no próprio ser, (...) é o que tem custado.*”⁶⁴.

A arquitetura que tentou projetar não foi nem a arquitetura tradicional, nem aquela moderna que recebeu das revistas, do estrangeiro, e que tinha condicionamentos completamente diferentes dos que apresentava o contexto português. A arquitetura que tentou projetar foi aquela a que chamou de terceira via⁶⁵, uma espécie de reinterpretação da arquitetura popular com a contemporaneidade que a moderna possibilitava, modelando-a ao nosso contexto e ao Homem. Procurava uma dualidade entre a arquitetura moderna e a tradicional.

A “terceira via”

*“Eu defendia neste texto [O Problema da Casa Portuguesa] o que se chamava a terceira via, no sentido de uma evolução da arquitectura moderna com capacidade de identificação com o tradicional (...) que reconhecia a incapacidade dessa arquitectura para resolver alguns problemas, não só em termos de construção (...) Resumindo a minha postura, o problema era procurar aquilo que eu chamaria uma arquitectura realista.”*⁶⁶.

Fernando Távora considerava que a qualidade abstrata e intemporal que tanto procurou apenas podiam ser atingidas quando o arquiteto fosse capaz de conciliar, intuitivamente, a forma de pensar e projetar moderna com a tradicional.

A modernidade implicava sempre, para ele, uma adequação ao presente. Não se poderia, em caso algum, ignorar ou destruir as características do passado e da tradição. A arquitetura tinha que ser desenhada para o Homem moderno e, portanto, responder às suas necessidades.

Considerava a identidade uma necessidade fundamental, mas criticava aqueles que reclamavam o tradicional e o histórico como matriz exclusiva, adjetivando a sua arquitetura como falsa. Relativamente às experiências modernas internacionais, criticou o facto de

Identidade

64 - FIGUEIRA, Jorge - *Fernando Távora : Coisa mental* - Entrevista ao arq. Fernando Távora. Unidade. 1992. pág. 102

65 - Idem.

66 - TÁVORA, Fernando – *Conversaciones en Oporto*. Revista Arquitectura, n.º261, Julho/Agosto. 1986. pág. 23

serem incapazes de se enquadrar no nosso espaço, chegando a compará-lo a uma espécie de jardim zoológico, onde se vêem “(...) os animais, coitados, que estão ali forçados, não têm nada a ver com aquilo, nem com as pessoas que os visitam.”⁶⁷. Segundo o mesmo autor, dever-se-ia evitar, a todo o custo, esta situação, procurando sempre uma identidade que funciona como “força de gravidade” e que permitiria manter a harmonia entre o nosso espaço e a nossa arquitetura.⁶⁸

Em finais do século XVIII, o espaço português começa a apresentar sinais de desintegração e desequilíbrio⁶⁹. Referindo-se à cidade do Porto, Fernando Távora, preocupado com a ausência de unidade, coesão e equilíbrio entre o espaço urbano e a sua arquitetura, propõe a atualização desta última de tal forma que seja possível recuperar a harmonia perdida⁷⁰.

*“(...) nunca como hoje a nossa arquitetura esteve tão divorciada da nossa circunstância... Se a arquitetura, como todo o acontecimento organizador do espaço cria circunstância, como já tivemos a oportunidade de afirmar, ela não poderá colocar-se numa posição de vítima, mas deverá agir por melhoria da circunstância pré-existente.”*⁷¹.

Para o arquiteto Fernando Távora, a situação é caótica: utilizam-se técnicas ultrapassadas ou que ainda não fazem sentido entre nós; os espaços não conseguem corresponder às funções que deveriam desempenhar; desenham-se colunas ou outros motivos sem qualquer função, apenas para relembrar as arquiteturas antigas; é ignorado todo o sistema de relações que deve existir entre a arquitetura e toda a circunstância que a envolve, no espaço e no tempo.

*“(...) há que defender (...) os valores do passado, mas há que defendê-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua atualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas.”*⁷².

67 - FIGUEIRA, Jorge - *Fernando Távora : Coisa mental* - Entrevista ao arq. Fernando Távora. Unidade. 1992. pág. 106

68 - Idem. pág. 103

69 - TÁVORA, Fernando - *Teoria geral da organização do espaço : arquitetura e urbanismo : a lição das constantes*. FAUP Publicações : Porto. 1993. pág. 47

70 - Idem. pág. 47

71 - Idem. pág. 55

72 - Idem. pág. 58



Fig. 1 - Mercado, Santa Maria da Feira, vista da rua



Fig. 2 - Mercado, vista do pátio interior



Fig. 3 - Mercado, vista da entrada pelo piso superior



Fig. 4 - Mercado, vista do piso superior



Fig. 5 - Mercado, vista do piso inferior

[Fig. 1 - 5 - Fotografias de Beatriz Sousa. 2017]

Pressupondo que a cidade não deveria ser um espaço descontínuo, o arquiteto faz uma crítica ao “fazer moderno” apenas fora do centro urbano, ideia esta que denunciaria a arquitetura contemporânea como incapaz de se integrar na pré-existência construída. Perde-se, assim, o equilíbrio harmónico entre os vários espaços da cidade, por ausência de relações corretas entre ambos.

A globalização e todas as consequências que esta realidade acarretou nas cidades, originou a necessidade de cultivar as raízes e valores de cada, de tal forma que não pudessem ser confundidos.

*“Interessa-me dar aos edifícios uma certa força, uma certa eternidade. Vivemos num mundo de coisas passageiras, mas gosto de obras que têm intenção de ser definitivas.”*⁷³

Fernando Távora sublinha a necessidade de aliar ao carácter próprio de cada sítio as condições nas quais se vive e as soluções de que se dispõe. Só assim será possível pôr em relação os edifícios e os espaços, *“qualidade (...) que lhes confere um certo ar de eternidade”*⁷⁴.

Os projetos de Fernando Távora refletem a sua vontade de associar a criatividade à abordagem particular de cada lugar, aos pormenores técnicos e à capacidade que o edifício tem de corresponder às funções pretendidas.

Fernando Távora foi considerado “autor da continuidade”, já que para ele a obra tinha que ser entendida no contexto em que se insere. Para isso, procurou fazer a síntese entre a arquitetura tradicional nacional e a arquitetura moderna herdada do estrangeiro. Os seus projetos são exemplo de uma arquitetura moderna que é sensível às formas e aos valores locais. De acordo com Eduardo Souto Moura, Távora considerava que *“o Movimento Moderno puro e duro, como Le Corbusier propunha, tinha dois défices, a cultura local e a história.”*⁷⁵.

73 - ARÍS, Carlos Martí - *Nulla dies sin linea : Fragmentos de una conversación con Fernando Távora*. DPA. 2011. pág. 12

74 - Idem. pág. 10

75 - SALEMA, Isabel - *Fernando Távora (1923-2005) O reinventor da arquitetura moderna com sabor local*. 2005. in <https://www.publico.pt/2005/09/04/jornal/fernando-tavora-19232005-o-reinventor-da-arquitetura-moderna-com-sabor-local-37244>.



Fig. 6 - Mercado, Santa Maria da Feira, vista da Rua dos Descobrimentos

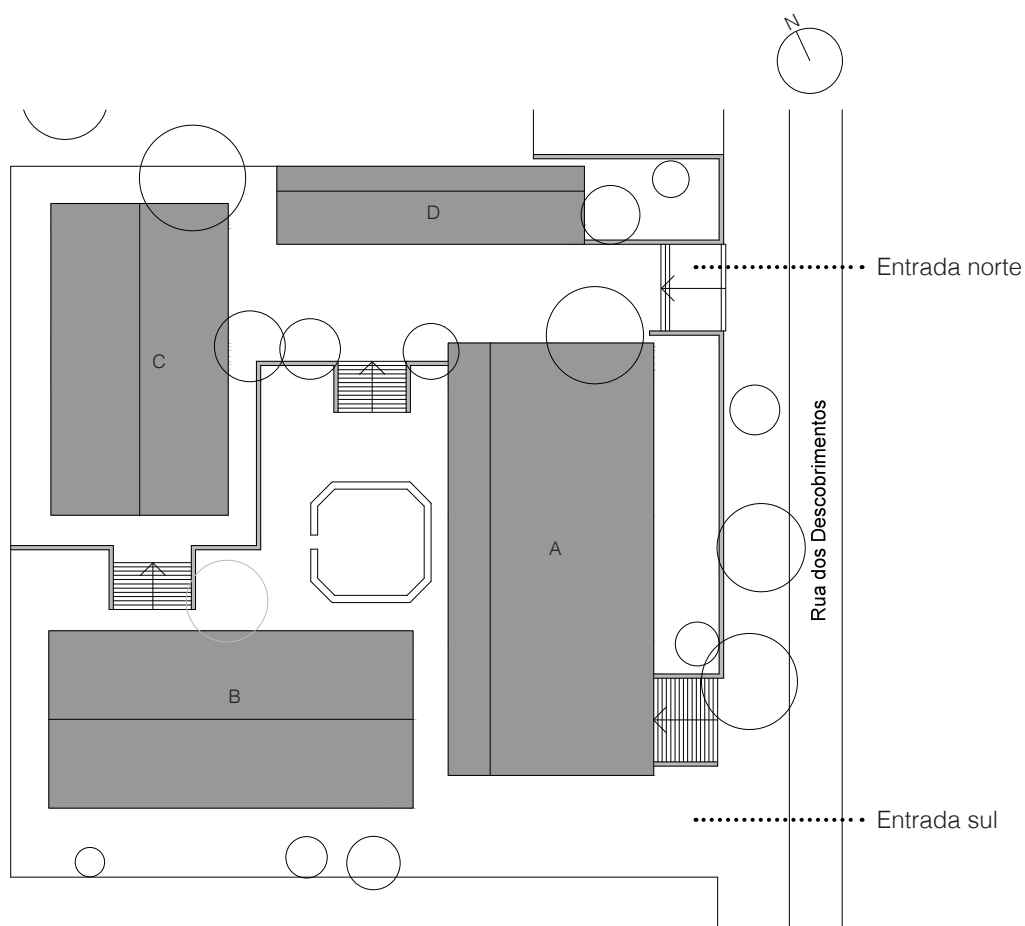


Fig. 7 - Mercado, Santa Maria da Feira

[Fig. 6 - Fotografia de Beatriz Sousa. 2017
Fig. 7 - Planta de Beatriz Sousa. Escala 1:500]

Foi considerado um dos grandes responsáveis pelo acerto da arquitetura portuguesa com as vanguardas internacionais⁷⁶.

O Mercado Municipal de Santa Maria da Feira (fig. 1-5), projetado entre 1953 e 1959, foi um dos primeiros projetos de Fernando Távora, constituindo um exemplo da época de transição entre as grandes guerras e as revoluções que caracterizaram a segunda metade do século, já que, segundo Eduardo Souto Moura, “(...) é a primeira vez que a arquitetura portuguesa produz uma coisa que é contemporânea com a vanguarda”⁷⁷. Integrando elementos locais e tradicionais, o arquiteto projetou um edifício de traçado assumidamente moderno e que evidencia os progressos tecnológicos, a nível construtivo, que marcaram a época.

Este conjunto edificado encontra-se implantado na Rua dos Descobrimentos, perto do Castelo, e o seu terreno é de forma quadrangular, com 50 por 50 metros. O mercado possui duas entradas, uma à cota alta e outra à cota baixa, uma vez que a rua é significativamente inclinada (fig. 6). Esta rua permite descer até à zona baixa da cidade, onde se realiza a feira mensal. A entrada mais a Norte (fig. 7) dá acesso a três blocos, sendo que o bloco principal (A), a Nascente e de maiores dimensões, pode ser acedido também pelo piso inferior. Promovendo o contacto não só com o próprio interior do mercado, mas também com a rua, este pavilhão abriga um conjunto de lojas voltadas para o exterior.

Organizado em redor de uma fonte e explorando o carácter próprio do lugar, em particular a partir da utilização de materiais tradicionais, este edifício reflete a revisão que o arquiteto faz do Movimento Moderno com a cultura local.

A sua planta é tradicional, com quatro pavilhões volumetricamente diferentes mas que relacionam os diferentes espaços, através de uma linguagem e desenho semelhantes, a rodear um pátio central.

“Quatro corpos, três dimensões semelhantes (A, B, C) e um de menores di-

76 - SALEMA, Isabel - *Fernando Távora (1923-2005) O reinventor da arquitetura moderna com sabor local*. 2005. in <https://www.publico.pt/2005/09/04/jornal/fernando-tavora-19232005-o-reinventor-da-arquitectura-moderna-com-sabor-local-37244>.

77 - Idem.



Fig. 8 - Mercado, vista do pavilhão C



Fig. 9 - Mercado, vista do pavilhão B



Fig. 10 - Mercado, Pavilhão C

[Fig. 8 - 10 - Fotografias de Beatriz Sousa. 2017]

*mensões (D), separados por manchas de verdura ligadas pelos caminhos de pedões, constituem a parte edificada do Mercado(...). Uma faixa contínua de vegetação (2,00m de largura) limita por três lados o terreno do Mercado e árvores, arbustos, relvado e flores desempenharão no conjunto um notável papel de beleza e utilidade.*⁷⁸.

A expressão arquitetónica é claramente moderna, de inspiração brasileira. O arquiteto cria um espaço dinâmico graças aos desníveis do terreno, aos planos oblíquos das coberturas em “asa de borboleta”, que relacionam os diferentes espaços ao mesmo tempo que abrigam as correntes de lojas, palas protetoras e mistura de materiais, que exploram a relação com a arquitetura tradicional.

A planta é desenhada através de uma modelação quadrada, de 1 metro por 1 metro. Esta modelação introduz a geometria da composição. O pavimento, sempre uniforme, contribui para a ideia de espaço único.

É um projeto aparentemente estático, percepção esta conferida pela composição rígida, mas que, ao mesmo tempo, aparenta ser dinâmico e permeável, graças às diferenças de cotas nas entradas, níveis e escadarias, e às transparências permitidas pelos materiais escolhidos. Apresenta, então, uma forte geometria e horizontalidade, sugerindo fluidez e permeabilidade. A presença espacial enquanto objeto arquitetónico é forte mas integra-se na paisagem, nunca ocultando a envolvente próxima.

O espaço central é marcado por uma fonte e um banco octogonal (fig. 8) que desenha o seu perímetro e incentiva o convívio social. Este elemento cria uma espécie de praça, um espaço de encontro. Desta forma, procura-se, mais do que um lugar de trocas comerciais, construir um lugar de convívio e troca de ideias, que vai contra os princípios proclamados pelo Estado Novo. O próprio texto “*O problema da Casa Portuguesa*”, de Fernando Távora, funciona como uma espécie de crítica a estes princípios.⁷⁹

78 - TÁVORA, Fernando. in LEMOS, Fernando - *Fernando Távora - Mercado de Vila da Feira*. 2016. in <http://lemosarkitetarte.blogspot.pt>.

79 - Assunto desenvolvido em TENREIRO, José Pedro de Galhano - *O grupo ODAM : organização dos arquitectos modernos : a construção do racionalismo portuense*. Prof. responsável Domingos Tavares. Porto : Faup. 2008.



Fig. 11 - Pavilhão de Ténis, Leça da Palmeira



Fig. 12 - Pavilhão de Ténis, alçado voltado a Norte



Fig. 13 - Pavilhão de Ténis, vista interior



Fig. 14 - Pavilhão de Ténis, alçado voltado a Sul

[Fig. 11 - 14 - Fotografias de Beatriz Sousa. 2017

Fig. 15 - SBRIGLIO, Jacques - *Le Corbusier : L'Unité d'Habitation de Marseille*. Marseille : Parenthèses. 1992.



Fig. 15 - *Unité d'Habitation Marseille*, Le Corbusier, França, 1946 - 1952

O arquiteto emprega nesta obra materiais duradouros e resistentes, simultaneamente modernos e tradicionais. Enquanto que a estrutura base do conjunto é em betão e granito, os pormenores são desenhados com materiais cerâmicos, tais como o azulejo, de caráter tradicional (fig. 9).

O betão aparente utilizado nas vigas e pilares apresenta uma textura bujardada, evitando protagonismo perante os restantes materiais. A cor azul utilizada nos suportes das bancadas juntamente com o vermelho dos tetos (fig. 10), de forma a destacar os diversos elementos, são reflexo do pensamento moderno. Le Corbusier (Suíça, 1887 - França, 1965)⁸⁰, por exemplo, já tinha utilizado esta técnica em obras como a Unidade de Habitação de Marselha (fig. 15).

O bloco principal é evidenciado sobre uma plataforma expressiva, elevada em relação à rua. O embasamento é em granito e segue o alinhamento das construções envolventes. Este embasamento permite criar uma zona intermédia entre o passeio e a galeria de lojas. Desta forma, o mercado integra-se de forma harmoniosa no conjunto, ao mesmo tempo que mantêm a distância que o arquiteto considerou necessária em relação ao passeio e à rua.

Os quatro blocos têm estrutura de betão e as coberturas são inclinadas e marcadas por uma peça de proteção solar que remata as vigas em dupla consola (fig. 3).

Esta obra apresenta-se como um reflexo do meio português, nomeadamente do espaço urbano em que se insere, do clima, exposição solar e materiais próprios da região.

De certa forma, o edificado remete para a arquitetura moderna, mas a sua organização espacial liberta-se dos princípios apreendidos nos CIAM. Nesse sentido, o arquiteto faz uma nova leitura, privilegiando o Homem, ou seja, as suas memórias e a sua identidade própria.

80 - Charles-Edouard Jeanneret-Gris foi um dos mais importantes arquitetos do séc. XX. Entre as suas contribuições à formulação de uma nova linguagem arquitetónica, destacam-se os 5 pontos para uma nova arquitetura, formalizados no seu projeto "Villa Savoye": planta livre; fachada livre; construção sobre pilotis; cobertura ajardinada; vão horizontal.



Fig. 16 - Convento de Sª Marinha da Costa, Guimarães



Fig. 17 - Pormenor das escadas de acesso à igreja



Fig. 18 - Novo corpo de quartos



Fig. 19 - Claustro

Em 1956, Fernando Távora projeta o Pavilhão de Ténis da Quinta da Conceição (fig. 11-14), em Leça da Palmeira. Este edifício pontua a intervenção no parque junto à via marginal do Porto de Leixões.

“O problema que se colocava era o de marcar o parque com um edifício, criando ali um objeto dotado de presença, que afirmasse o eixo dos campos de ténis e que servisse como ponto de referência.”⁸¹.

Nesta obra específica, era essencial lidar com as pré-existências. A quinta deveria incorporar, de forma harmoniosa, o novo traçado do século XX com o desenhado cerca de 500 anos antes.

O edifício, voltado a Sul, posiciona-se num dos socacos do terreno, ocupando uma posição de destaque.

É composto por dois níveis, estando o primeiro, escavado no terreno, reservado aos balneários. O segundo encontra-se ao nível da plataforma superior do terreno, encaixado no seu próprio declive, e constitui-se como um amplo espaço coberto por um telhado de uma só água, com declive no mesmo sentido do próprio terreno. Este piso prolonga-se pelos campos de ténis, através de uma varanda em balanço sobre a parede dos balneários, em granito. A cofragem de betão da guarda é alvo de especial cuidado, sendo desenhada com linhas oblíquas (fig. 14).

O telhado, com o seu extenso beirado, faz a marcação horizontal do edifício.

O vão, voltado a Sul, é totalmente desimpedido, já que o telhado se apoia nas asnas de madeira que descarregam as forças em quatro pilares de granito, na parede Norte, e numa grande viga em betão, rematada por lintéis, que incorpora um perfil metálico desenhado para o efeito (fig. 12 e 13).

As paredes do primeiro piso foram pintadas de branco, estabelecendo forte contraste com os restantes materiais.

Neste novo edifício, o arquiteto procura fazer a síntese da “tercei-

81 - TÁVORA, Fernando – *Desenhos de Viagens. Projectos*. Citado por Correio do Porto. 2011.

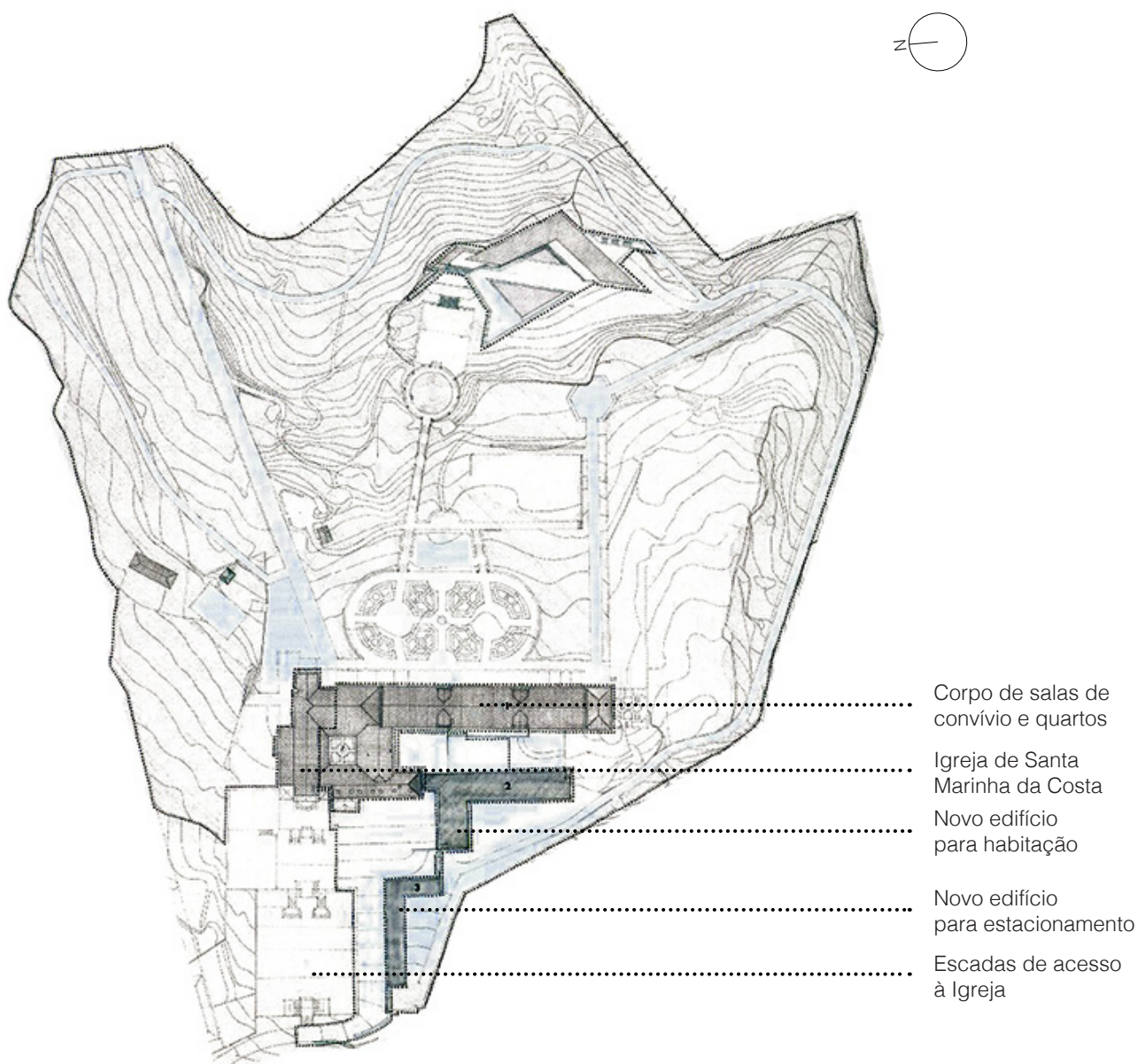


Fig. 20 - Convento de Sª Marinha da Costa, Guimarães, Escala 1:2500

[Fig. 20 - Disponível em Fundação Marques da Silva.
Artigo: DC 0179 - Pousada de Santa Marinha da Costa]

ra via”, conjugando elementos próprios do lugar e da sua história com referências modernas. Por um lado, as paredes, cobertura e guarda remetem para o neoplasticismo⁸² próprio da arquitetura moderna, criando a impressão de flutuação de planos. Por outro, a forma como adequa o novo edifício ao terreno, o muro de granito, a telha utilizada na cobertura e as asnas de madeira na estrutura do edifício remetem para a arquitetura tradicional.

A análise detalhada do projeto de intervenção que o arquiteto Fernando Távora realizou em edifícios como o Convento de Santa Marinha da Costa e sua adaptação a pousada (fig. 16-19), por exemplo, na área da reabilitação do património, demonstra essa mesma vontade de aliar a arquitetura moderna ao contexto próprio do lugar.

A pousada localiza-se no distrito de Braga, concelho de Guimarães, e inclui um sistema de escadas integrado num ambiente de carácter natural e de acesso à Igreja de Santa Marinha da Costa (fig. 16 e 17). Com vestígios de ocupação romana, o lugar já se destinava ao culto religioso durante o século VI. Foi reconstruído em finais do século IX e a Igreja de Santa Marinha da Costa tornou-se parte integrante do Mosteiro. Com a dissolução das ordens religiosas voltou a ser igreja paroquial e foi vendida por diversas vezes, passando de mão em mão e fazendo beneficiar diversas famílias, já que foi um importante exemplo da arquitetura religiosa portuguesa⁸³.

As adaptações e transformações propostas, realizadas pelo arquiteto Fernando Távora entre os anos de 1972 e 1985, tinham em vista a introdução do programa de uma pousada, pretendendo-se valorizar o conjunto e a história do convento.

Neste sentido, foram adicionados dois novos corpos (fig. 20), um deles destinado aos quartos, com paredes exteriores pintadas a vermelho escuro (fig. 18), e outro para estacionamento.

Fernando Távora pretendia definir aquilo que eram as essências

82 - Piet Mondrian (1872 - 1944) foi um pintor holandês, criador e principal teórico do neoplasticismo - movimento que propunha uma estética renovadora baseada na depuração formal e no racionalismo puro.

83 - *Pousada Santa Marinha (1972-1985)*. Fernando Távora. Projectos 7 / Projectos 8. 2014. in <http://projectos4etsa.wordpress.com/2014/06/22/pousada-santa-marinha-1972-1985-fernando-tavora/>

históricas do edifício, projetando-as de novo e adicionando aquilo que considerava necessário. Assim, o arquiteto propõe o continuar da história do edifício, que se constitui como um conjunto de etapas com um futuro aberto. O critério geral é, então, “continuar-inovando”⁸⁴, procurando, desta forma, contribuir para a prossecução da longa vida do velho edifício. Para isso, o arquitecto propõe a conservação e reafirmação de espaços significativos, tais como o claustro (fig. 19) e sala de convívio adjacente, bem como a criação de novos espaços que resultam dos novos condicionamentos programáticos, de que são exemplo os novos corpos para habitação e estacionamento.

Neste projeto de intervenção, aparentam ser duas as vertentes consideradas: o conhecimento rigoroso da evolução dos edifícios pré-existentes e respetivos valores, através da arqueologia e da história; e a concepção criativa na avaliação desses valores e na elaboração do processo da transformação do conjunto edificado.

Apesar dos novos usos propostos para o convento pré-existente, as zonas comuns, tais como as salas de convívio, demonstram que o arquiteto procurou a manutenção de uma escala que deve ser recordada e mantida devido ao seu significado e capacidade de identificação.⁸⁵

O arquiteto propôs, ainda, a preservação da arquitetura pre-existente, deixando, em pontos estratégicos, “*vestígios*” de elementos construtivos do período pré-românico e românico, como por exemplo as arcarias presentes no claustro e que se repetem no bloco principal.

Destaca-se, ainda, uma certa economia de meios e a simplicidade das soluções adoptadas, a nível dos espaços e do seu tratamento, da decoração e do mobiliário. A estrutura é em betão armado e granito, enquanto as coberturas são revestidas a telha de barro. No caso das coberturas planas, o arquiteto optou pela tijoleira. Os pavimentos são em soalho de pinho e tijoleira e, as caixilharias, quer interiores

84 - TÁVORA, Fernando. in *Pousada de Santa Marinha da Costa*. Fundação Marques da Silva. in <http://arquivoatom.up.pt/index.php/pousada-de-santa-marinha>

85 - Assunto desenvolvido em *Pousada de Santa Marinha da Costa*. Fundação Marques da Silva. in <http://arquivoatom.up.pt/index.php/pousada-de-santa-marinha>

quer exteriores, são em madeira.

A análise de algumas das obras mais relevantes de Fernando Távora, pertencentes a épocas distintas, permitiu clarificar aspetos do percurso e do pensamento do arquiteto, e de certa forma enquadrar a sua intervenção no caso de estudo - a Casa dos 24.

De uma forma sintética, é possível afirmar que o projeto para o Mercado municipal de Santa Maria da Feira expressa de forma clara o conceito de “3ª via” reivindicado por Fernando Távora. Este facto reflete-se não só pela escolha de materiais, tanto modernos, como tradicionais, de acordo com as características próprias da região, mas também pela organização dos espaços, tirando partido das diferenças de cota do terreno. As transparências possibilitadas por estes desníveis resultam no perfeito enquadramento entre o edifício e a paisagem que o rodeia. Também os elementos de proteção solar desenhados revelam a atenção prestada pelo arquiteto às características do lugar, neste caso referentes ao clima e exposição solar do edifício.

O Pavilhão de Ténis da Quinta da Conceição é outro exemplo da síntese que Fernando Távora procurou entre as referências modernas e os elementos próprios do lugar, que remetem para a arquitetura tradicional, a que chamou de “3ª via”. Além disso, o arquiteto procura através deste edifício não uma ruptura em relação às antigas construções que caracterizam a Quinta da Conceição, mas uma adaptação à nova realidade, possibilitando o continuar da história deste lugar em vez da sua eventual estagnação.

Na Pousada de Santa Marinha da Costa, salienta-se o diálogo que o arquiteto procura entre o pré-existente e os novos espaços que propõe. Mais uma vez, Fernando Távora propõe uma construção moderna que se relaciona com o antigo convento e espaços associados, promovendo a preservação de elementos antigos e da lógica dos espaços. Desta forma, o arquiteto pretende o continuar do percurso histórico deste edifício, mantendo a sua identidade própria apesar da adaptação a um novo pro-

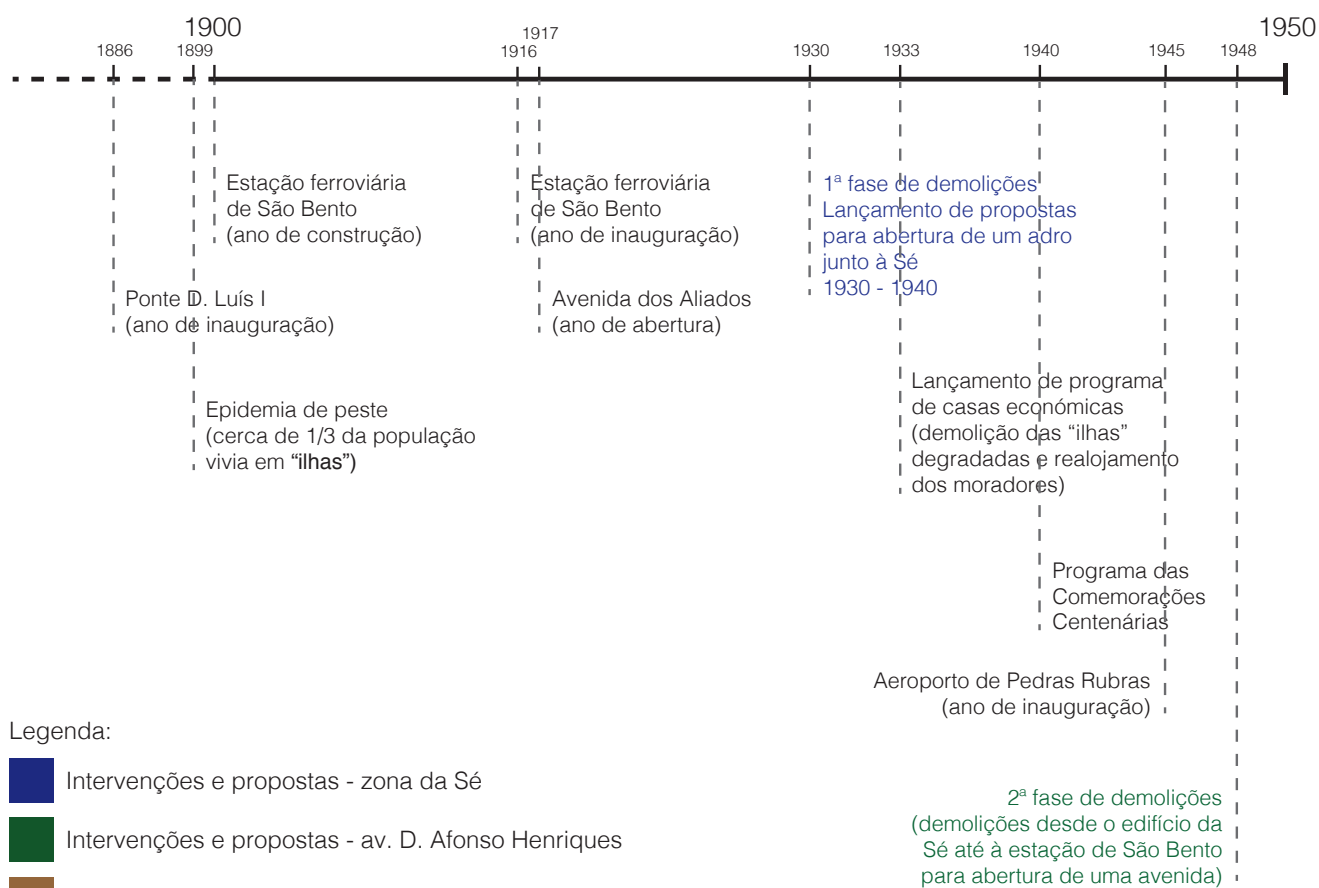
grama e estilo de vida contemporâneos.

A principal questão que se coloca relaciona-se com a existência de continuidade e evolução do percurso de Fernando Távora ou, pelo contrário, com a possibilidade de estabelecer a sua obra como um reflexo de alterações significativas. Como se procurará demonstrar, esta procura constante pelo continuar da história do lugar, mencionada nos casos de estudo supra-mencionados, constitui uma questão relevante no estudo do projeto para a Casa dos 24.

2

O terreiro da Sé : a transformação física do lugar

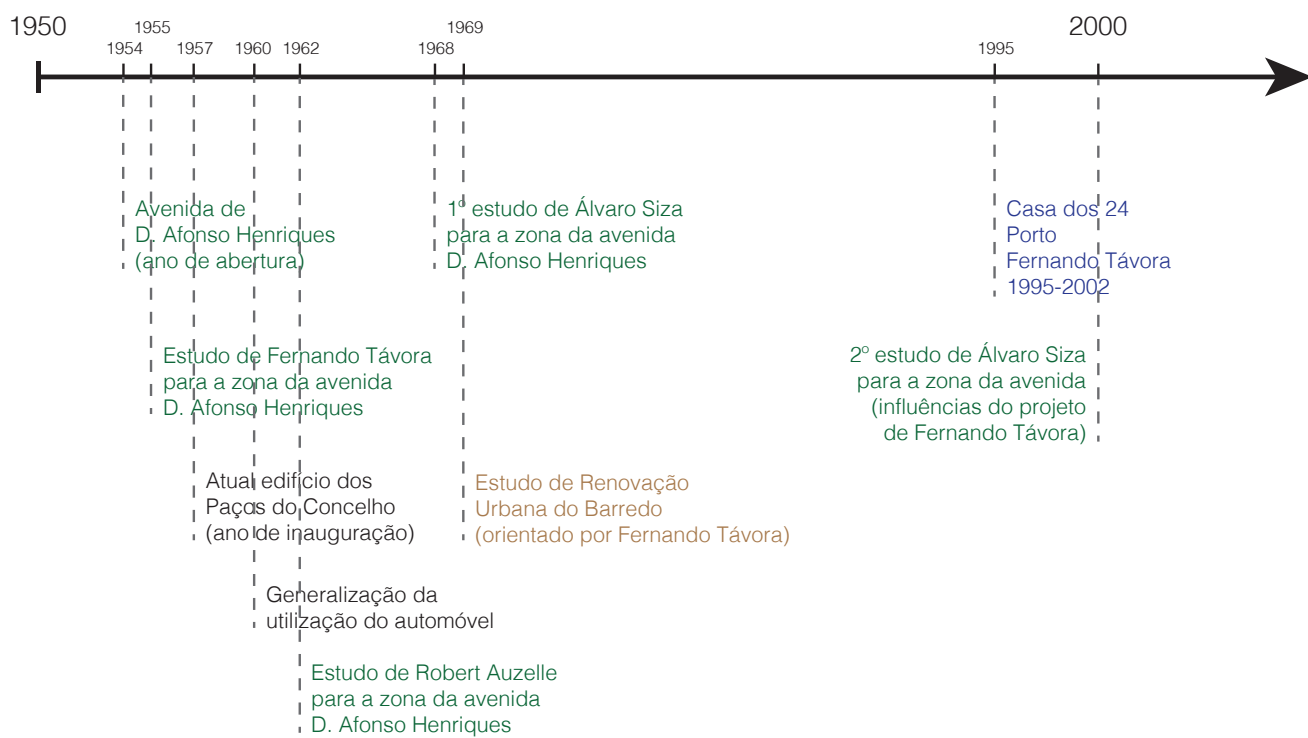




Legenda:

- Intervenções e propostas - zona da Sé
- Intervenções e propostas - av. D. Afonso Henriques
- Propostas - zona do Barredo

Quadro 3 - História do Porto: alguns eventos relevantes entre finais do séc. XIX e princípios do atual.
Cronologia por Beatriz Sousa.



O contexto específico do centro do Porto na 1ª metade do séc. XX

Tendo como objetivo enquadrar as alterações sofridas pelo adro da Sé durante as décadas de 1930 e 1940, é essencial entender os principais acontecimentos que marcaram não só a primeira metade do século XX, como também o século anterior, e as consequências que eles tiveram na cidade do Porto, particularmente na zona histórica.

Durante o século XIX, a cidade do Porto ficou marcada por situações de instabilidade política, como as invasões francesas⁸⁶ e as guerras liberais⁸⁷, que resultaram na destruição de parte da cidade antiga.

Este século e o seguinte caracterizaram-se, também, pelo dinamismo urbano que se traduziu no adensamento da malha da cidade e na sua expansão. Esta urbanização generalizada que se sentiu nas cidades portuguesas foi mais lenta do que nas restantes cidades europeias, e particularmente tardia no norte do país⁸⁸. O intenso movimento migratório que se seguiu à vitória liberal, o incremento do comércio do vinho e as grandes transformações motivadas pelo nascimento de uma economia pré-industrial, nomeadamente com a crescente importância das atividades industriais, resultaram num contexto de significativo crescimento demográfico. A cidade foi, assim, obrigada a crescer, de forma a solucionar problemas relacionados com a sobrecarga de utilização dos prédios existentes em zonas históricas. Esta forte urbanização teve como consequência o alargamento espacial a áreas mais afastadas do centro. Através da dinamização de centros urbanos de dimensões mais modestas, pelo aumento das suas funções e prestação de serviços, procurava-se equilibrar as várias partes da cidade.

86 - A primeira invasão francesa em Portugal ocorreu em 1807 e inseriu-se no plano de Napoleão para impor o bloqueio continental a toda a Europa e derrotar, assim, o Reino Unido. Enquadrou-se, também, na dinâmica expansionista da França Napoleónica. Assunto desenvolvido em BOTELHO, J. J. Teixeira - *História Popular da Guerra Peninsular*. Porto : Livraria Chardron de Léo & Irmão, Editores, 1915.

87 - Também conhecida como Guerra Civil Portuguesa, foi a guerra travada em Portugal entre liberais constitucionalistas e absolutistas sobre a sucessão real, entre 1828 e 1834. Assunto desenvolvido em *Guerra Civil em Portugal (1832-1834)* in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto : Porto Editora, 2003-2017.

88 - RAMOS, Luís A. Oliveira de - *História do Porto*. Porto : Porto Editora. 1994. Pág. 526



Fig. 21 - Estação de São Bento, Porto, 1916

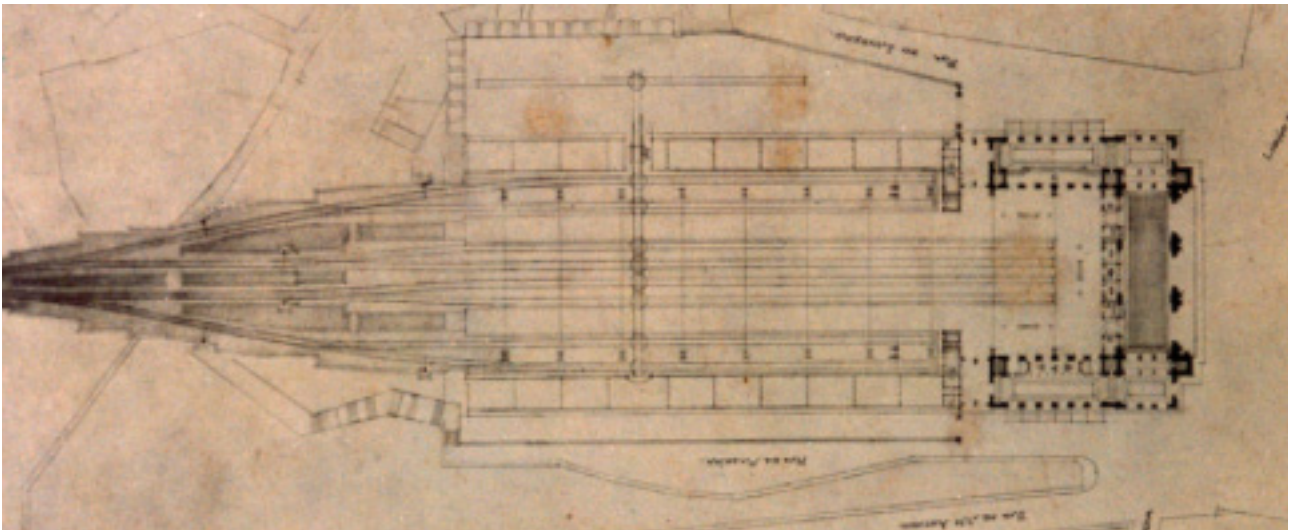


Fig. 22 - Estação de São Bento, planta

[Fig. 21 - 22 - Disponível em Fundação Marques da Silva.
Artigo: Estação de São Bento.]

A conquista da periferia por infra-estruturas de grandes dimensões sistematizou-se graças ao adensamento urbano, à preocupação com o excesso de poluição junto de espaços residenciais e à conversão do centro, antes lugar de produção e comércio, em espaço de gestão e tomada de decisões⁸⁹.

Segundo o autor Luís Oliveira de Ramos⁹⁰, a estruturação, habitação, circulação e preservação foram as quatro preocupações fulcrais da história recente do planeamento. A concentração no tecido urbano não devia ser exagerada. Pelo contrário, procurava-se equilibrar a malha da cidade ao promover vários núcleos de atracção. De forma a descentralizar a sobrecarga de serviços públicos e comerciais da zona dos Aliados, nos anos 60, estabeleceram-se alguns pólos na zona da Praça Velasquez e, mais recentemente, na zona da Boavista, tirando partido do mercado do Bom Sucesso, construído em 1952. Estes novos pólos tinham maior área do que a baixa da cidade e o acesso aos núcleos periféricos era mais fácil.⁹¹

Circulação

A evolução dos transportes foi uma das mais importantes alterações que se fizeram sentir entre finais do século XIX e quase a totalidade do século seguinte. Também a estrutura urbana portuense foi fortemente condicionada por este factor. Um dos eventos significativos que marcaram a história urbana do Porto em finais do século XIX foi a progressão do caminho-de-ferro. No ano de 1886, a inauguração da Ponte D. Luís I obrigou à reestruturação de grande parte do núcleo antigo da cidade. Associada à ponte, projetou-se a construção da estação ferroviária de S. Bento (fig. 21-22). A primeira proposta para a nova estação foi lançada em 1877, mas a autoria do projeto coube ao arquiteto portuense Marques da Silva (Porto, 1869 - Porto, 1947), formado em 1896 na escola de arquitetura parisiense das “*Beaux Arts*”. A primeira pedra foi lançada em 1900 mas a estação só viria a ser inaugurada em 1916⁹². Este equipamento funcionou como

89 - RAMOS, Luís A. Oliveira de - *História do Porto*. Porto : Porto Editora. 1994. Pág. 534

90 - Luís António de Oliveira Ramos (Braga, 1939) é um professor universitário e historiador português.

91 - Idem.

92 - AFONSO, José Ferrão - *Marques da Silva, a Avenida dos Aliados e a Cidade “flamenga”*. Publico. 2001.



Fig. 23 - Aeroporto de Pedras Rubras, 1945



Fig. 24 - Aeroporto de Pedras Rubras, 1945

[Fig. 23 - 24 - Disponível em <http://restosdecoleccion.blogspot.pt>.
Artigo: Aeroporto de Pedras Rubras.]

afirmação do progresso e da modernidade no centro da urbe portuense. No entanto, a interconexão prevista entre as diferentes linhas e, inclusive, com a linha espanhola, nunca foram concretizadas e, por isso, o comboio não suportou a concorrência de outros meios de transporte, como o automóvel, o camião ou o autocarro. O caminho de ferro apostou, então, na ligação direta entre as áreas centrais das cidades nacionais.

Durante o século XX, surgiu ainda outra novidade: o transporte aéreo, possibilitado pela construção do aeroporto de Pedras Rubras (fig. 23-24), que abriu ao tráfego em 1945.

A conquista urbana periférica iniciou-se, então, em finais do século XIX, com o aparecimento do comboio, mas foi a generalização do automóvel, a partir dos anos 60, que mais contribuiu para o acentuar destas mudanças, já que permitiu uma maior liberdade de escolha, uma vez que a distância tinha cada vez menor importância. Isto tornou possível a deslocação frequente da população para a periferia, já que não existia mais a necessidade de proximidade entre residência e local de trabalho. Em suma, “(...) *para se urbanizar bastava comprar um carro.*”⁹³. Já durante a década de 1980, a progressão das auto-estradas e vias rápidas, que surgiram para aliviar a cidade da onipresença do automóvel, alargou ainda mais a área polarizada pela metrópole portuense. Por esta altura, surgiram também novas pontes, túneis e o metropolitano.

Habitação

A questão da habitação foi outro problema proeminente na cidade do Porto a partir de finais do século XIX.

O núcleo histórico da cidade do Porto caracterizou-se pela progressiva perda de importância das atividades comerciais, deslocadas para novos centros; pela deslocação de sedes ligadas à burguesia mercantil e financeira para novos arruamentos dotados de melhores condições de acessibilidade; pela redução da função habitacional

93 - RAMOS, Luís A. Oliveira de - *História do Porto*. Porto : Porto Editora. 1994. Pág. 536

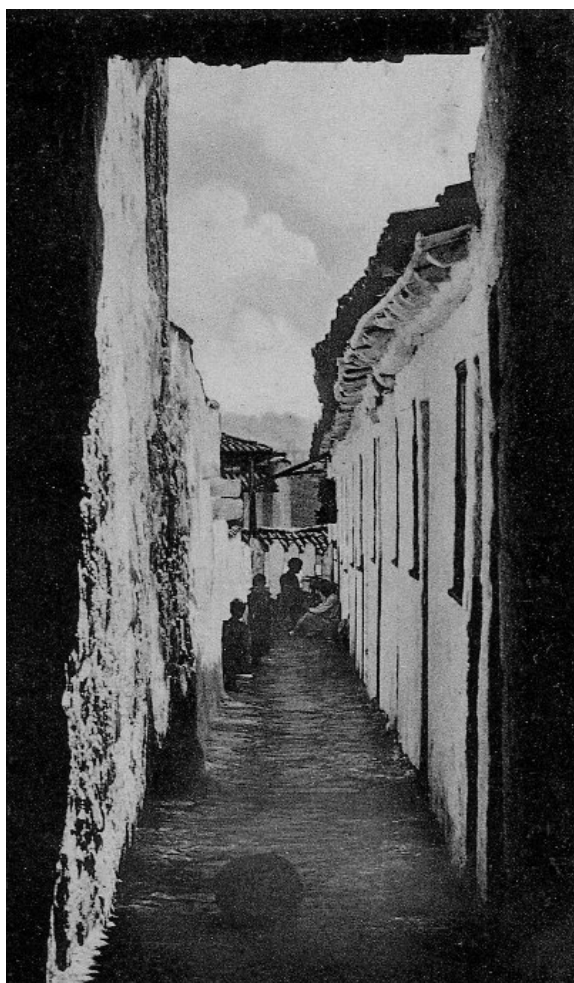


Fig. 25 - Exemplo de ilha, Porto

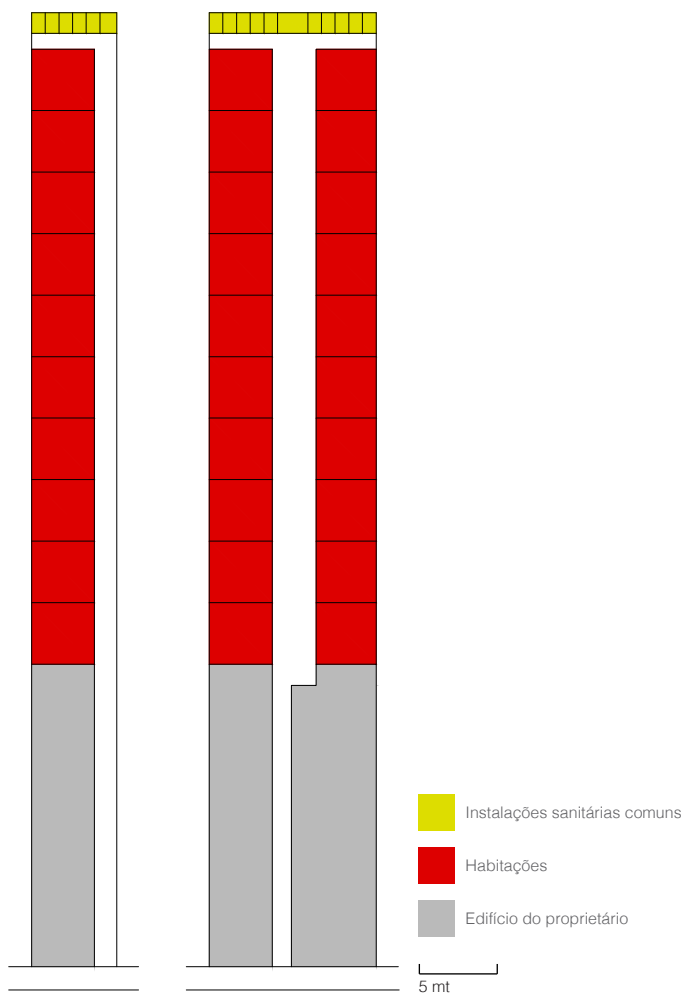


Fig. 26 - Exemplo de ilha, plantas

[Fig. 25 - Disponível em TEIXEIRA, Manuel C., "A habitação popular no século XIX - características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro".1994. Pág. 565
Fotografia: Ilhas do Porto.

Fig. 26 - Disponível em TEIXEIRA, Manuel C., "A habitação popular no século XIX - características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro".1994. Pág. 563
Planta: Porto, Rua de S. Victor - principais tipologias de ilhas.
Plantas adaptadas por Beatriz Sousa.]

uma vez que, graças à possibilidade de separação entre local de trabalho e residência, as famílias mais abastadas procuraram locais mais aprazíveis para viver; e pela sobreocupação habitacional, motivada pelo afluxo de pessoas residentes em zonas rurais, atraídas pelo despontar da industrialização, ocupação esta que se deu não só nos velhos prédios abandonados pelas classes mais elevadas, como nas numerosas “ilhas”⁹⁴.

As estruturas habitacionais destinadas a esta faixa de população, com poucos recursos, tinham que ser de carácter económico. As suas dimensões eram reduzidas e estavam sempre associadas umas às outras de forma a reduzir o número de paredes exteriores, as de construção mais onerosa. Tinham pequenas extensões de frente e os custos das infra-estruturas eram reduzidos. Procurava-se aproveitar a profundidade dos lotes (fig. 25-26). Estes edifícios deveriam servir para albergar a população de origem rural, em processo de urbanização e com problemas emergentes de alojamento.

Em 1899, a epidemia de peste forçou o interesse da burguesia pelos problemas da habitação popular. Cerca de 1/3 da população municipal vivia em “ilhas”. Esta solução foi criticada por políticos e higienistas como inconveniente e insatisfatória e, para tentar resolver os problemas de insalubridade de grande parte do Porto antigo degradado, surgiram, entre 1899 e 1903, os primeiros bairros operários.⁹⁵

No ano de 1939, os resultados do inquérito feito pela Câmara da Presidência de Mendes Correia, que ditaram a percentagem de população abrigada em ilhas, resultaram num grande “*escândalo urbano*”⁹⁶. Por este motivo, foi lançada uma operação municipal de salubridade que propunha a demolição de alguns edifícios em cada conjunto para

94 - Construções de habitação mínima no Porto, localizadas no interior de quarteirões de antigas zonas residenciais burguesas. Geralmente, lotes com 10 ou 12 casas de 1 só piso, nas traseiras da casa do seu promotor, caracterizados pela baixa qualidade de construção e pelas suas dimensões, com frentes de 5,5 metros e comprimento que chegava a atingir os 100 metros. Assunto desenvolvido em: TEIXEIRA, Manuel C. - *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

95 - RAMOS, Luís A. Oliveira de - *História do Porto*. Porto : Porto Editora. 1994. Pág. 542

96 - Tema desenvolvido em TEIXEIRA, Manuel C. - *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. 1996

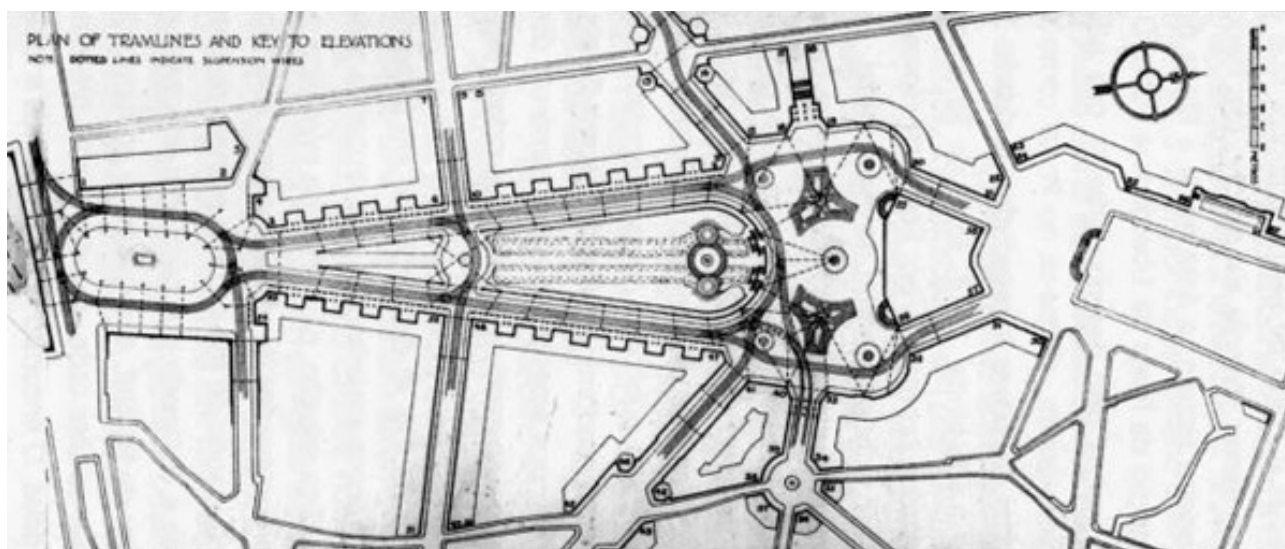


Fig. 27 - Projeto de Barry Parker para a Avenida dos Aliados, Porto, 1915



Fig. 28 - Paços do Concelho, Porto, 1957

[Fig. 27 - 28 - Disponível em <http://arquiteturaportuguesa.pt>.
Artigo: Avenida dos Aliados: 100 anos.]

benefício das suas condições de higiene e salubridade.

Longe de resolvida a situação, que se manteve e acentuou, conduzindo a um estado de sobreocupação do edificado, desintegração social e degradação física das habitações e espaço público, foi criada uma nova campanha em 1933, por parte do Estado Novo, que promoveu o lançamento de um programa de casas económicas. Estes bairros, ditos de habitação social, foram construídos em diferentes áreas da cidade, sendo que, em 20 anos, os bairros se multiplicaram ao ritmo das capacidades financeiras. Foi entre as décadas de 1940 e 1960 que se procedeu à demolição das áreas mais degradadas do centro da cidade.

Desta forma, a extensão do espaço residencial acompanhou e até excedeu a do espaço funcional. Adensou-se a periferia, enquanto o centro histórico foi progressivamente abandonado enquanto zona residencial privilegiada.

Planeamento

O número crescente de pólos urbanos e a intensa dispersão do povoamento que caracterizaram o início do século XX, levaram a que também o planeamento se tornasse uma preocupação crescente. Em 1914, foi proposto um projeto de remodelação do centro da cidade, impulsionado pelo vereador Elísio de Melo⁹⁷, que apresentou um Plano de Melhoramentos da Cidade, para o qual propunha rasgar a Avenida dos Aliados. A sua proposta para esta avenida viria a ser modificada, no ano seguinte, pelo urbanista inglês Barry Parker (Chesterfield, 1867 - 1947), cujo projeto propunha o edifício dos Paços do Concelho na mesma implantação do atual, mas levantado sobre um arco, de forma a permitir a passagem do trânsito. Apesar das fortes críticas por parte da comissão organizadora terem gerado alterações, a sua proposta era já a de uma avenida com a forma aproximada da atual, um trapézio que se unia à praça, com a forma de um quadrilátero (fig. 27). Desde a Avenida de Saraiva de Carvalho até à zona de Gonçalo Cristóvão, dominavam a regularização e pouca altura dos

97 - Vereador da Câmara municipal na primeira vereação após a implantação da República. Comerciante. Responsável pela construção de: Mercado do Bolhão, Avenida dos Aliados, rua de Sá da Bandeira, entre outros.



Fig. 29 - Robert Auzelle - Plano Diretor Cidade do Porto, 1962. Proposta de funções essenciais e evolução pretendida.

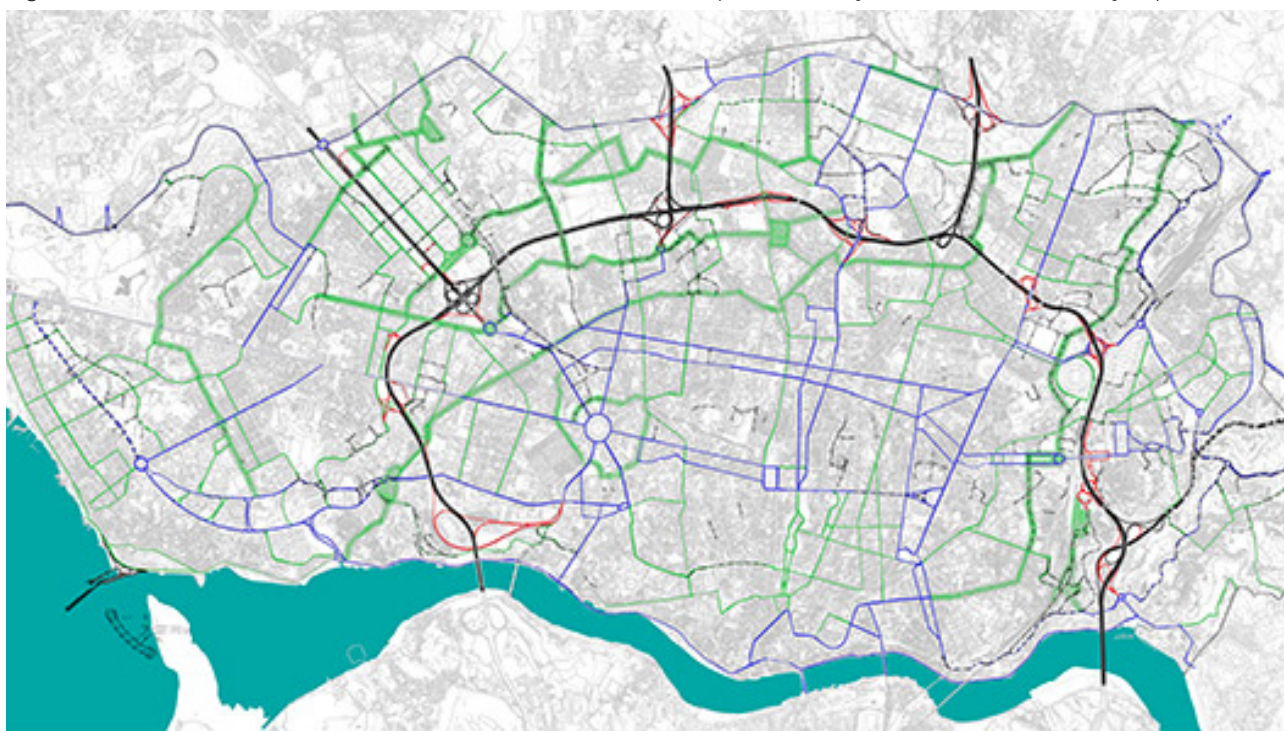


Fig. 30 - Proposta da rede de circulação, incluída no Plano Diretor Municipal

2 km

[Fig. 29 - 30 - Disponível em <http://cm-porto.pt>.
Artigo: Plano Diretor Cidade do Porto, 1962.

alçados, e a abundância de arcarias. Apenas a sua proposta para o edifício da câmara foi reprovada. Para a sua construção lançou-se um concurso próprio, que viria a ser ganho pelo arquiteto camarário Correia da Silva (Porto, 1880 - 1963) (fig. 28). A construção do atual edifício dos Paços do Concelho iniciou-se em 1920, tendo o edifício sido só inaugurado em 1957, já com o contributo do arquiteto Carlos Ramos (Porto, 1897 - 1969)⁹⁸. Já em 1938, o município quis elaborar um plano de urbanização para o qual foram chamados arquitetos italianos que propuseram a criação de bairros sociais periféricos. Em 1946, Antão de Almeida Garrett (Porto, 1896 - 1978) apresentou o projeto de Antepiano regional do Porto, segundo uma lógica pluriconcelhia apoiada na multiplicação de núcleos de vizinhança, onde se relacionavam habitação, serviços, comércio e emprego. Este projeto foi criticado pela implementação dos bairros económicos, inspirados na lógica anteriormente proposta pelos arquitetos italianos. Em 1962 foi lançado o Plano Diretor de Robert Auzelle, uma espécie de síntese dos anteriores. Neste plano, foi dada significativa importância ao surto inesperado de trânsito motorizado, mas foi igualmente alvo de críticas por dar prioridade à modernização sobre a qualidade de vida. Tinha-se acentuado a tendência para privilegiar o utilitário sobre o visual.⁹⁹ (fig. 29-30)

A ideia de demolição de zonas antigas da cidade criou resistências e, como consequência, despertou o debate sobre a recuperação e reconversão de edifícios e sítios que marcaram a vida coletiva. Por esta altura, ocorria o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, reunido em Veneza entre 25 e 31 de Maio de 1964. Foi através deste congresso que o conceito de monumento histórico passou a englobar não só as obras arquitetónicas de forma isolada, como também os sítios, como testemunhos de uma civilização particular, fase significativa ou acontecimento histórico. Por este motivo, em 1969, o arquiteto Fernando Távora lançou o primeiro

98 - AFONSO, José Ferrão - *Marques da Silva, a Avenida dos Aliados e a Cidade "flamenga"*. Publico. 2001.

99 - Assunto desenvolvido em RAMOS, Luís A. Oliveira de - *História do Porto*. Porto : Porto Editora. 1994.

estudo de reabilitação da parte antiga da cidade, que deu origem à criação do CRUARB, em 1974, para levar a cabo as transformações propostas.¹⁰⁰

Foi também nos anos 70 que se iniciou a chamada “era do planeamento”, cujo objetivo não seria diminuir a importância do centro, mas sim otimizar o seu funcionamento como orientador, através da organização de uma delegação de poderes e da reanimação de pólos secundários.

Nas últimas décadas do século XX, com o cada vez maior desenvolvimento das redes de transporte e comunicação, destacou-se o acentuar da perda de população, sobretudo jovem e em particular no centro antigo. Cada vez mais, as novas urbanizações invadiram os arredores da cidade, onde se formaram subúrbios muito para além dos limites administrativos da cidade. A mancha urbana tornou-se polinucleada e a vaga de expansão, cada vez mais tentacular e periférica, deu origem a um crescimento claramente com uma estrutura morfológica menos coesa que a observada no centro da cidade.

100 - RAMOS, Luís A. Oliveira de - *História do Porto*. Porto : Porto Editora. 1994. Pág. 586.

As intervenções no terreiro da Sé durante as décadas de 1930 e 1940

Os processos de transformação da Sé do Porto e da respetiva área envolvente associam-se às políticas impostas pelo Estado Novo em relação aos monumentos nacionais. Regime nacionalista por excelência, procurou valorizar os monumentos que se ligavam a momentos gloriosos ou a personagens ilustres da história da Nação, numa clara exaltação dos seus valores de ancestralidade.

DGEMN

A DGEMN¹⁰¹ foi criada durante o ano de 1929 e foi responsável pelos serviços de obras de edifícios e monumentos nacionais. Seria através da sua ação institucional que o Estado Novo iria reintegrar os monumentos da nação naquilo que acreditava ser a sua traça primitiva. Assim, o seu conceito de intervenção e restauro propunha a “limpeza” de quaisquer ornamentos que não correspondessem à fundação do edifício em causa. Esta vontade de defender a herança arquitetónica e salvaguardá-la na sua forma original poderá relacionar-se com o pensamento de John Ruskin¹⁰². Este tipo de abordagem, embora tenha tido origem durante o século XIX, atingiu um ponto culminante apenas durante a primeira metade do século XX.

Relativamente às construções adjacentes aos edifícios que seriam alvo de restauro, a DGEMN propôs, então, libertar a área adjacente ao monumento, a partir da demolição das construções presentes numa área circundante entre os 100 e os 150 metros.

Aspetos que motivaram as intervenções no terreiro da Sé

O bairro da Sé, como um dos principais focos de disseminação de tuberculose da cidade do Porto, foi sujeito a intervenções por parte da Câmara Municipal entre 1938 e 1940. Estas intervenções tinham como objetivo a construção de um terreiro que permitisse o desafogo do edifício da Sé.

As soluções propostas apresentavam evidentes objetivos higienistas de salubridade física e reabilitação social, conduzindo ao desenvolvimento de propostas baseadas em amplas demolições de edifícios e quarteirões.

101 - Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

102 - Assunto desenvolvido no Capítulo I - *As teorias de intervenção no património*.

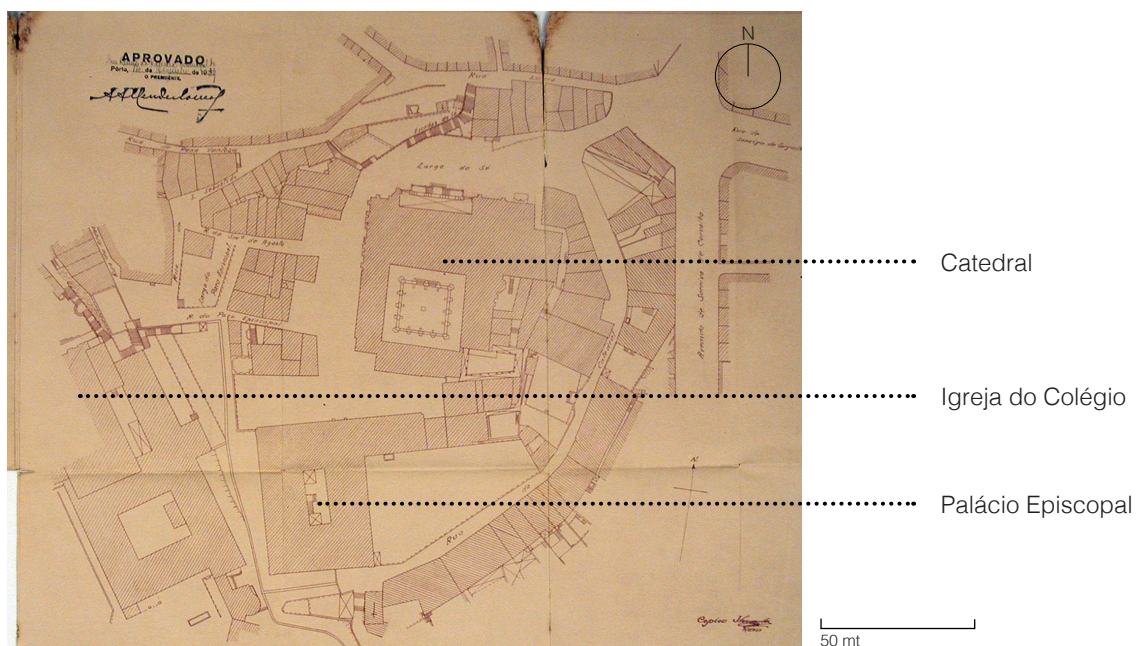


Fig. 31 - Planta do existente antes das demolições

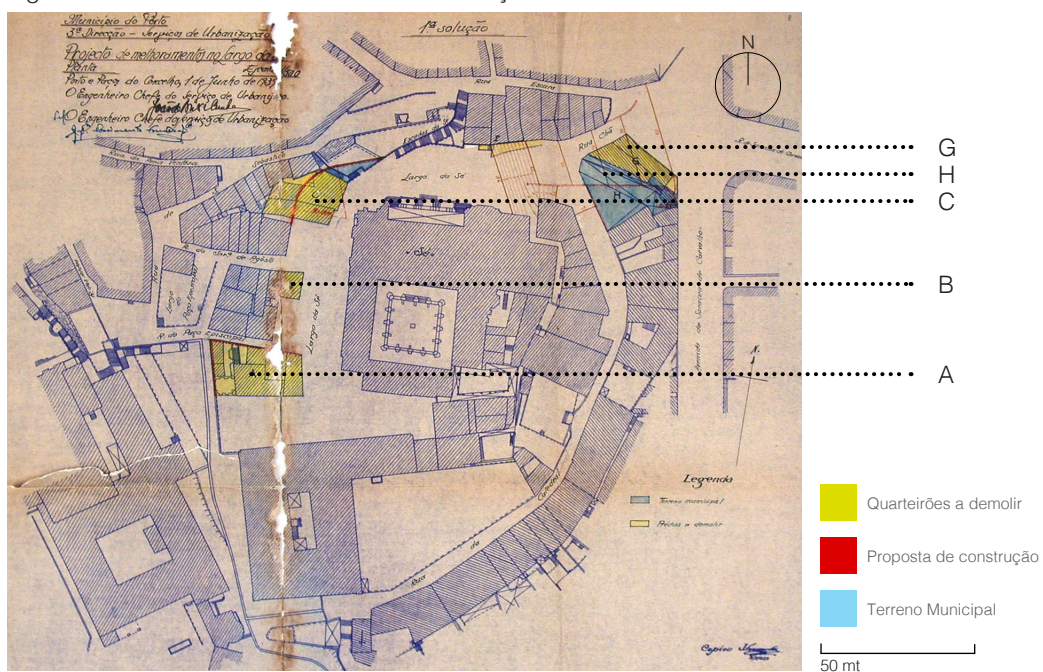


Fig. 32 - Proposta de intervenção 1, 1939

[Fig. 31 - Disponível em Arquivo Histórico do Porto.
Planta alterada por Beatriz Sousa.

Fig. 32 - Disponível em Arquivo Histórico do Porto, 1939.]

Também o mau estado dos acessos à sede dos Paços do Concelho, o aspeto desagradável do casario que rodeava a Catedral e o desejo de valorizar e proteger os dois edifícios supramencionados levaram a que a Câmara Municipal do Porto propusesse um projeto de melhoramentos que seria uma das participações do município no programa das Comemorações Centenárias de 1940. Este foi o grande motor dinamizador de todo um conjunto de intervenções e de um vasto número de campanhas de restauro de monumentos nacionais.

Pretendia-se fazer “*um arranjo do Largo da Sé, melhorando-o nas suas condições de trânsito e libertando-o de certos prédios inestéticos, o que permitiria desafrontar as fachadas da Sé e dos Paços do Concelho, criando novas perspectivas e pontos-de-vista*”¹⁰³.

Foram 3 as soluções propostas pelos serviços de urbanização da Câmara, durante o ano de 1939, para reordenamento da zona envolvente à Catedral. As diversas soluções abrangiam as construções mais próximas dos três edifícios principais, ou seja, a **Catedral**, o **Palácio Episcopal** e a **Igreja do Colégio** (fig. 31) e tinham como principal objetivo valorizar a zona ao nível do turismo, limpando e cuidando dos seus muitos elementos de carácter cultural e rasgando perspectivas sobre os pontos mais interessantes da cidade, ao mesmo tempo que se procurava, de igual modo, resolver a questão da salubridade das habitações.

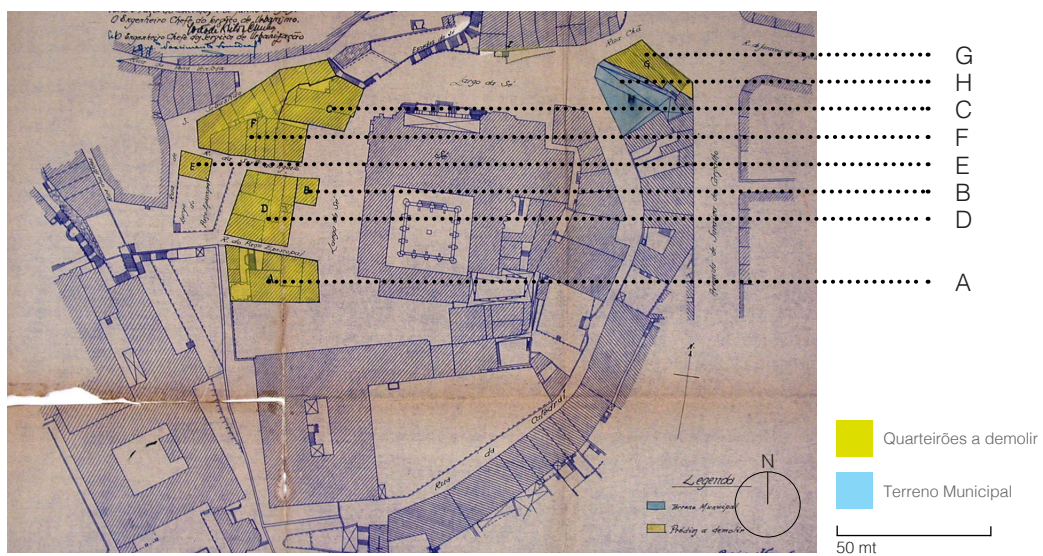
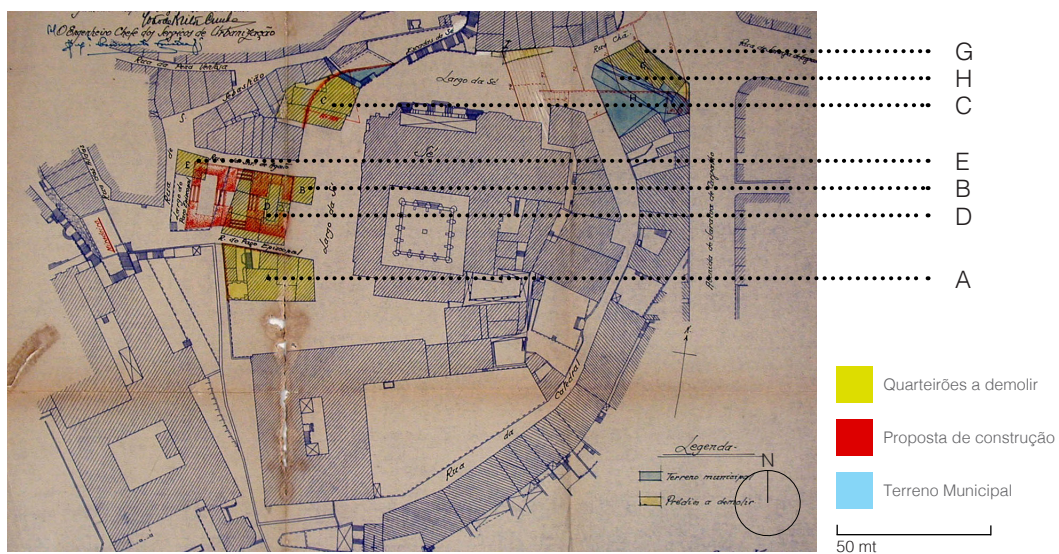
Nas imagens correspondentes às 3 primeiras propostas de intervenção, são representados a amarelo os blocos a demolir e a vermelho aquilo que se propõe construir.

Proposta de intervenção 1

De acordo com a primeira proposta (fig. 32; ver desenho 4), seriam então demolidos os prédios do bloco A, entre a Rua do Paço Episcopal e o largo fronteiro à Câmara, que seria alargado até àquela artéria, onde se propunha construir um pequeno muro de suporte.

Seria demolido o edifício do bloco B, criando-se um alinhamen-

103 - Câmara Municipal do Porto - *Memória justificativa e descritiva do projecto de arranjo da zona histórica da Sé e dos Paços do Concelho*. 1939. pág. 26



[Fig. 33 - 34 - Disponível em Arquivo Histórico do Porto]

to único entre as ruas do Paço Episcopal e da Senhora de Agosto. A empena já existente seria aumentada até à Rua da Senhora de Agosto, mas poderia ser aproveitada para a colocação de painéis de azulejos decorativos.

Seriam demolidos os edifícios do bloco C para alargamento junto ao cunhal da Sé.

O miradouro já existente é ampliado mas as traseiras dos prédios da Rua de S. Sebastião são postos à vista, pelo que se propôs um muro de vedação com a altura e extensão necessárias para impedir a vista dos prédios próximos sem cortar as vistas mais afastadas.

O acesso ao largo da Sé seria melhorado com a demolição dos prédios dos blocos G e H. Seria proposto, ainda, o enchimento do fosso que dá entrada aos prédios fronteiros à fachada lateral da Sé, o que implicaria a adaptação dos edifícios ao novo nivelamento.

Esta solução apresentava, em relação às outras, vantagens económicas, mas criava empenas e tornava visíveis as traseiras de diversos edifícios.

Proposta de intervenção 2

Embora mais dispendiosa, a segunda solução (fig. 33; ver desenho 5) evitava o problema criado pela primeira, nomeadamente a criação de uma série de empenas fronteiras à fachada principal da Sé.

Propunha-se a demolição de todo o bloco entre as ruas do Paço Episcopal e da Senhora de Agosto (C) e a adaptação do espaço que ficaria livre a um jardim, representado a vermelho, que poderia ser construído em socacos e onde se poderiam recolher as pedras de interesse arquitectónico, provenientes das demolições. As fachadas dos edifícios que envolveriam o jardim não destoariam do conjunto que teria a valorizá-lo o miradouro sobre o largo do Colégio e a fachada da Igreja dos Grilos.

Da primeira solução, mantém também a proposta de alargamento do acesso ao largo da Sé através da demolição dos prédios dos

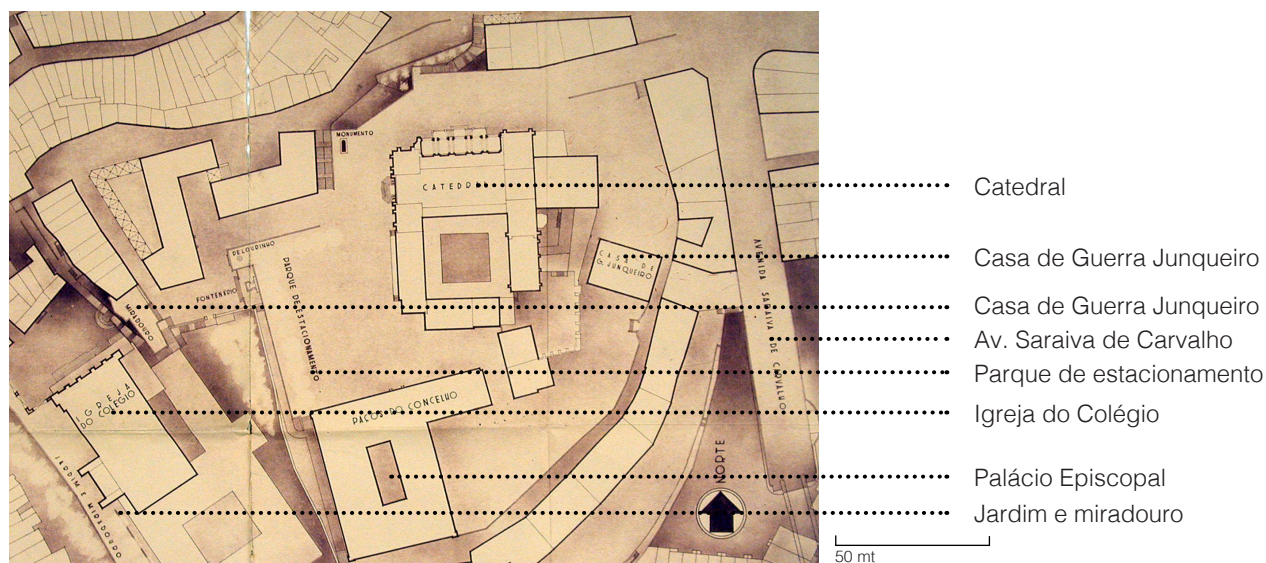


Fig. 35 - Proposta de intervenção 4, 1939

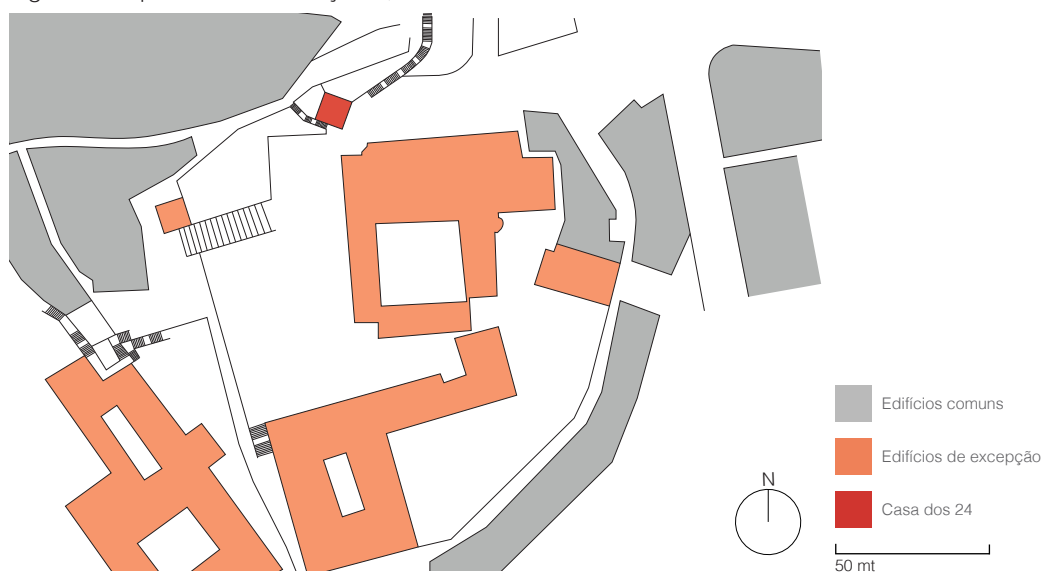


Fig. 36 - Planta representativa da zona da Sé, 2016

[Fig. 35 - Disponível em Arquivo Histórico do Porto.
Fig. 36 - Planta por Beatriz Sousa.]

blocos G e H.

Proposta de intervenção 3

A terceira proposta (fig. 34; ver desenho 6) propunha uma extensa plataforma entre a Sé e o Paço Episcopal através da demolição de todos os quarteirões fronteiros (A-H). O espaço público ficaria definido através de plataformas/miradouro aproveitando as valências do terreno. Esta solução foi considerada pouco viável porque as grandes diferenças de nível existentes e as expropriações consideradas necessárias tornariam esta solução demasiado dispendiosa.

Proposta de intervenção 4

A figura 35 representa o estudo final para arranjo urbanístico da zona da Sé, no qual se propõe, finalmente, o total isolamento dos principais monumentos – **Sé, Paço Episcopal e Casa-Museu Guerra Junqueiro** – através da demolição completa de todos os quarteirões envolventes.¹⁰⁴ Apesar de ter sido esta a solução aceite, podemos verificar algumas diferenças em relação às alterações que foram, de facto, concretizadas, através de uma planta representativa da zona da Sé correspondente à atualidade (fig. 36). Destacam-se os edifícios adjacentes ao edifício da Casa-Museu Guerra Junqueiro e à Sé, que deveriam ter sido demolidos, de acordo com a solução proposta, bem como aqueles que deveriam ter sido construídos, do lado oposto, a rematar o vazio resultante dos quarteirões já demolidos.

Intervenções concretizadas

As demolições iniciaram-se pelo topo Oeste da colina da Sé, libertando a sua fachada principal, bem como a fachada Norte do Paço Episcopal (fig. 37-40). Dessas demolições resultou um terreiro que permitiu não só estimular a relação entre os dois edifícios, como também melhorar o seu acesso.

Fez parte da proposta final, também, a demolição de três quarteirões quase na totalidade, devido às fracas condições em que se encontravam, de modo a valorizar os monumentos anteriormente men-

104 - Sobre as soluções propostas pela CMP em 1939, confira-se TOMÉ, Miguel - *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto : Faup publicações. 2002. Pág. 443



Fig. 37 - Demolições. Vista da igreja da Sé



Fig. 38 - Demolições do casario em frente à igreja da Sé



Fig. 39 - Demolição da antiga Capela dos Alfaiates



Fig. 40 - Demolições. Vista da Rua de Saraiva de Carvalho

[Fig. 37 - 40 - Disponível em <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt>.
Artigo: Sé do Porto - Demolição da zona envolvente]

cionados. Outras demolições foram de igual modo propostas quer para melhorar acessos estreitos quer na procura de novas perspectivas. Todas estas demolições são reflexo das preocupações sociais do higienismo oitocentista, que coincidiram com a publicação da Carta de Atenas, de 1931, e, portanto, com o apogeu do racionalismo.

Nos terrenos libertados e para melhor enquadramento dos edifícios existentes e com valor histórico foi proposta a construção de casas que deveriam obedecer em fachada ao estilo dos monumentos próximos¹⁰⁵.

Foram ainda propostos acessos mais fáceis e diretos, bem como o desaparecimento de vielas estreitas, para facilitar a circulação, já que o tecido urbano antigo era impróprio ao tráfego automóvel. A larga praça em frente ao Paço Episcopal aumentaria ainda as possibilidades de estacionamento. Rasgar-se-iam também novos trajetos para passeios turísticos ou recreativos¹⁰⁶: “(...) *uma pequena rua em frente à Sé permitirá chegar-se junto de belo miradouro sobranceiro ao largo do Colégio e, por escadas abertas na rocha, até ao mesmo largo de onde facilmente se atinge a moderna e larga Rua de Mousinho da Silveira através da histórica Rua de Sant’Ana.*”¹⁰⁷.

Aos visitantes que se dirigiam para o tabuleiro superior da ponte, a partir do acesso principal, a largura da esplanada passava a permitir o afastamento necessário para a leitura da fachada lateral da Sé, até então quase escondida¹⁰⁸.

Novos elementos como fontanários, portais e outras formas construídas a partir da pedra recolhida dos edifícios demolidos viriam a enriquecer a zona, transformando-a numa espécie de estação arqueológica.

De forma a manter o carácter da zona, os pavimentos seriam executados em lajeado formado por pedras de dimensões significativas, tal como algumas das ruas ainda conservavam. Os muros de suporte, inteiramente em cantaria, seriam decorados com pequenos ornamen-

105 - Câmara Municipal do Porto - *Memória justificativa e descritiva do projecto de arranjo da zona histórica da Sé e dos Paços do Concelho*. 1939. Pág. 27

106 - Idem. pág. 28

107 - Idem. pág. 28

108 - Idem. pág. 29



Fig. 41 - Sé Catedral e envolvente.

[Fig. 41 - Fotografia de Beatriz Sousa. 2017]

tos aproveitados das demolições, elementos que quebrariam a sua rigidez.

A zona caracterizava-se por uma excessiva densidade populacional sem espaços livres acessíveis aos seus habitantes, e nesse sentido foram propostas duas linhas de árvores a emoldurar o recinto da grande esplanada dos Paços do Concelho, bem como uma cortina de vegetação entre ele e o seminário, de forma a encobrir os telhados do primeiro edifício. Foi proposto, ainda, um pequeno terreiro junto ao miradouro do Colégio para que as crianças do bairro não fossem mais privadas do ar e da luz e, por baixo, uma faixa verde deveria substituir os barracões e pequenas construções que foram conquistando os quintais.

O arranjo urbanístico da zona histórica consistia então, essencialmente, no descongestionamento do aglomerado citadino que coroava a catedral e o antigo Paço Episcopal da cidade, de forma a garantir a higiene e salubridade das habitações sem prejudicar o carácter próprio da zona mais antiga da cidade. Para tal, foi proposta a reconstituição de alguns prédios característicos, bem como a conjugação de arcos e portais capazes de transformar a zona numa espécie de museu, natural e aberto, para onde seria atraída, de novo, a população.¹⁰⁹

A partir da comparação entre um conjunto de fotografias antigas da zona e fotografias atuais tiradas de pontos de vista semelhantes (ver desenhos 2 e 3), verificamos uma diferença significativa no que diz respeito à densidade de construção em toda a envolvente. Hoje, claramente, o edifício da Sé ganha destaque sobre o vazio desenhado pelo terreiro que o envolve (fig. 41).

109 - Tema desenvolvido em TOMÉ, Miguel - *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto : Faup publicações. 2002.



Fig. 43 - Planta correspondente à segunda fase de demolições



Fig. 42 - Ponte D. Luís I e correspondente entrada na cidade

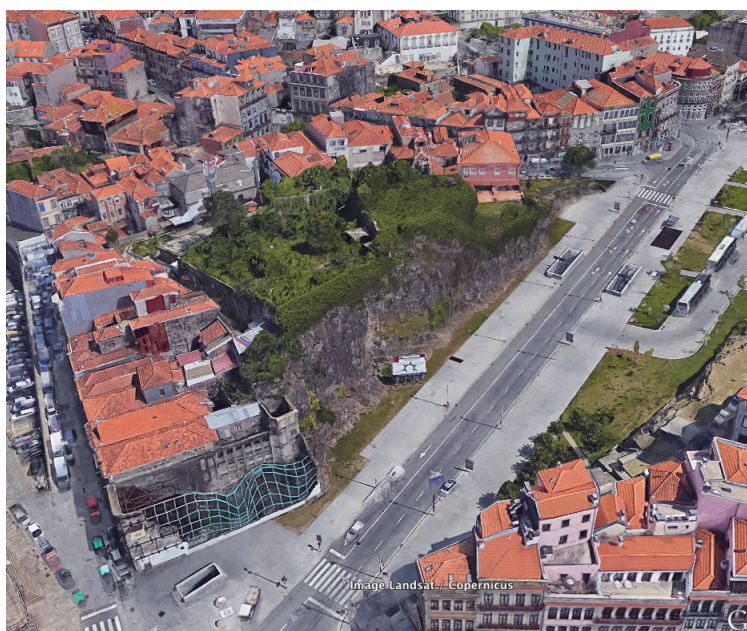


Fig. 44 - Avenida D. Afonso Henriques e afloramento rochoso na atualidade

[Fig. 42 - 43 - Disponível em <http://doportoenaoso.blogspot.pt>.
Artigo: Os planos para o Porto - dos Almadas aos nossos dias.
Fig. 44 - Disponível em Google Earth.]

A abertura da avenida de D. Afonso Henriques

A questão da articulação do tabuleiro superior da ponte Luís I com a praça de D. Pedro, que se ia assumindo como pólo central da cidade, colocou-se logo desde a sua construção (1886). Com a construção da Estação de S. Bento (1900-1916) e abertura da Avenida dos Aliados (1917), tornou-se urgente garantir uma ligação rápida de automóveis entre o tabuleiro superior da ponte e o centro da cidade. De forma a completar a reestruturação urbana iniciada nos anos 30 e caracterizada pelas demolições dos quarteirões envolventes à Sé do Porto, iniciou-se, no ano de 1948, uma segunda fase de demolições, mais abrangente do que a anterior, propondo alterações desde o edifício da Sé até à Estação de S. Bento (fig. 43). Estas demolições deveriam possibilitar a abertura de uma avenida capaz de resolver a articulação supramencionada.

Assim, desapareceu a restante malha edificada junto à catedral, bem como os edifícios que definiam, a Nascente, a travessa de S. Sebastião. As duas frentes do quarteirão do Largo do Corpo da Guarda, que impediam a progressão do novo eixo proposto, foram, também, demolidas. O nome deste quarteirão deve-se ao facto de aí ter sido construído um edifício de raiz no início do século XVIII com o intuito de albergar um regimento militar.

Destas demolições resultou uma “*cicatriz topográfica*”¹¹⁰ que ainda hoje se encontra presente nesta zona da cidade (fig. 44).

*“Desde então, e porque os próprios arquitetos responsáveis pelas demolições sentiram necessidade de apoiar a construção gótica que, como praticamente sempre, estava rodeada de construções, geralmente de habitação, foram mais de 40 os projetos propostos na tentativa de resolver este espaço.”*¹¹¹

O gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização da Câmara Municipal do Porto, dirigido entre 1939 até aos anos 60, embora com algumas interrupções, pelo arquiteto Arménio Losa, iniciou o ensaio das primeiras construções para substituir o que tinha sido

110 - *Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques*. Entrevista ao arq. Álvaro Siza Vieira. 2014.

111 - *Idem*.

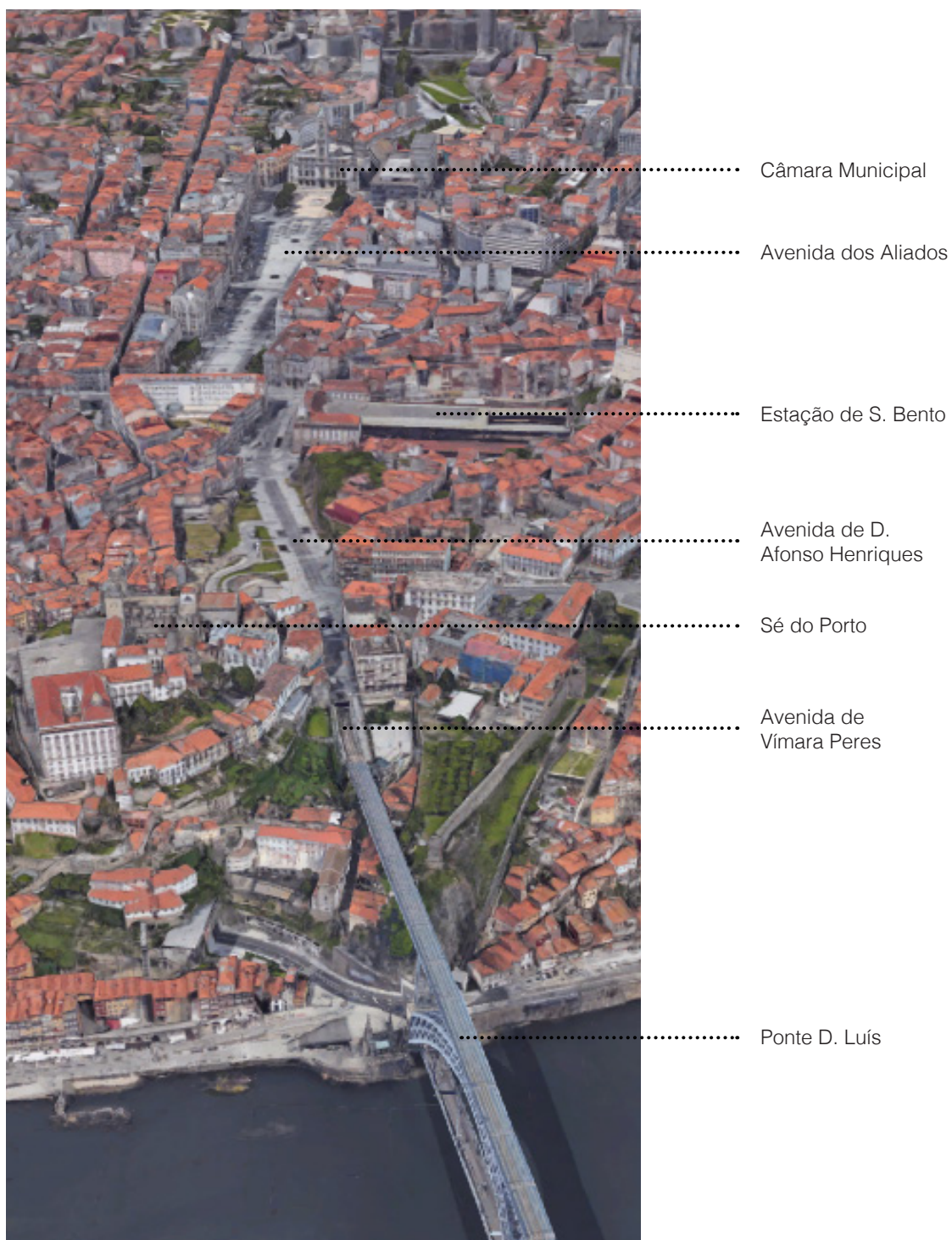


Fig. 45 - Ligação entre o tabuleiro superior da ponte D. Luís e a avenida dos Aliados.

[Fig. 45 - Disponível em *Google Earth*.]

demolido. Foi a partir deste gabinete que se lançaram as primeiras propostas para solucionar quer o problema do acesso ao tabuleiro superior da ponte, quer a questão de libertação e isolamento de um monumento nacional relativamente à malha urbana que o envolve e o sufoca, segundo se pensava.

A avenida D. Afonso Henriques só veio a ser concretizada em 1954, quando foi aberta ao público a partir de uma faixa de rodagem provisória que seguiu o projeto do Eng. António Bonfim Barreiros, de 1946. O objetivo seria, então, ligar o tabuleiro superior da Ponte D. Luís e o antigo Campo das Hortas, onde se encontrava a Estação de S. Bento e a Câmara Municipal, ao fundo da já inaugurada Avenida dos Aliados (fig. 45).

Proposta de Fernando Távora
1955

O arquiteto Fernando Távora, que na altura trabalhava para a Câmara, propôs, no ano de 1955, um primeiro estudo na tentativa de resolver a abertura resultante das demolições dos anos anteriores (fig. 46). Ao recusar edifícios marginais que pudessem comprimir o espaço da avenida e eliminar possíveis relações com as zonas envolventes da cidade, lançou uma proposta de forte componente paisagística. A avenida da Ponte, com aproximadamente 15 metros de largura, teria espaços arborizados e ajardinados.

Com esta proposta, procurava desmultiplicar o tráfego viário em duas vias, através da concretização de uma rotunda à chegada da Avenida de Vímara Peres. Uma via seguiria para Este, em direção à Rua do Miradouro, e outra para Norte, em direção ao centro da cidade. As diferenças de cota seriam resolvidas a partir de uma outra rotunda, de 3 braços e em viaduto, cuja terceira via estaria agora orientada para a Praça da Liberdade.

Sob o viaduto propunha um espaço para o trânsito pedonal associado a zonas de pequeno comércio, bem como um dos acessos à estação e zonas de estacionamento.

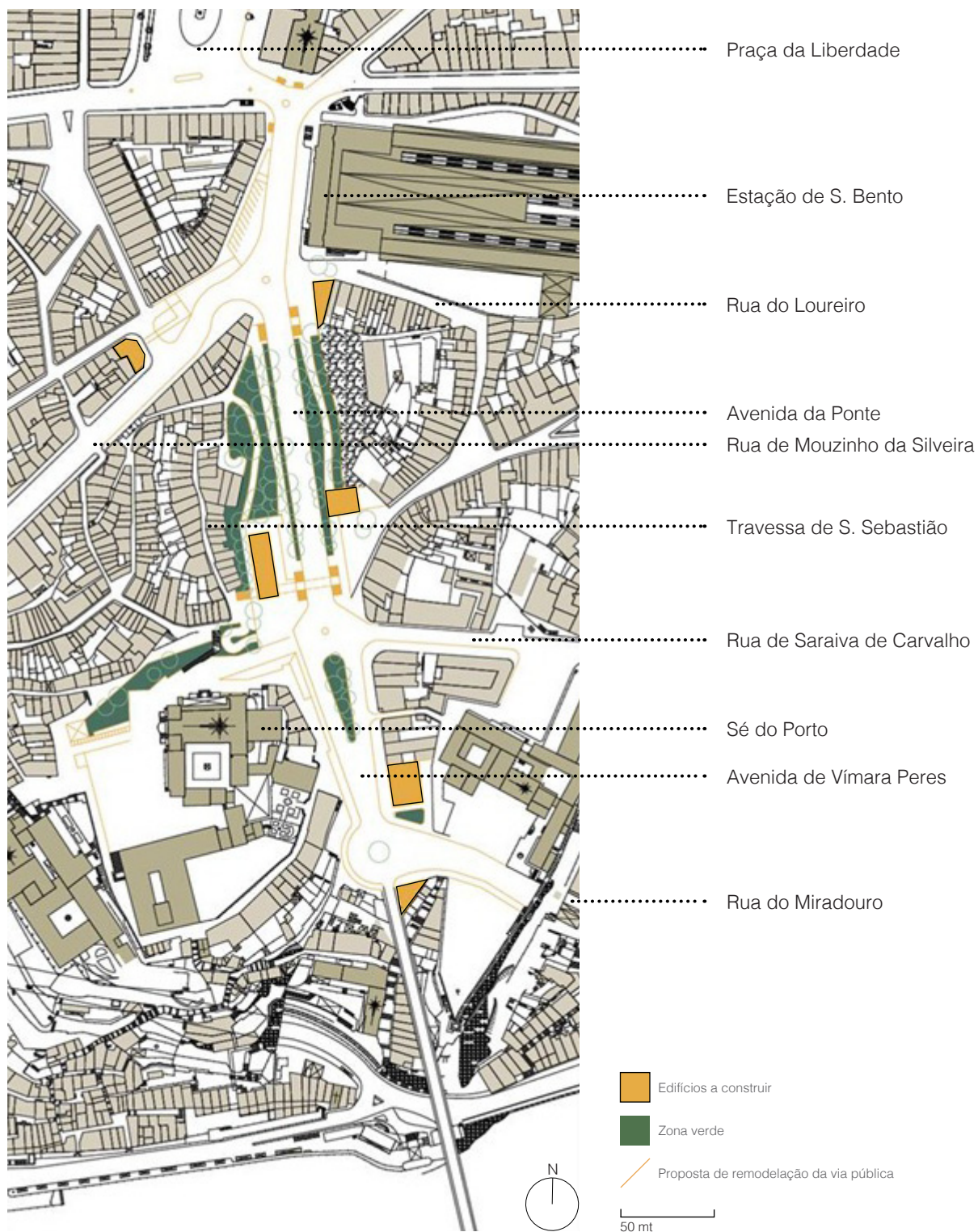


Fig. 46 - Proposta de Fernando Távora para a Av. da Ponte, 1955

[Fig. 46 - Disponível em <http://doportoenaoso.blogspot.pt>.
Artigo: Os planos para o Porto - dos Almadas aos nossos dias.]

O seu gesto de intervenção é pontual, enfatizando os vestígios das demolições. Este projeto de intervenção propõe, no total, seis edifícios, sendo quatro deles remates necessários para retificar os efeitos provocados pelas demolições.

O primeiro, na parte inferior da avenida, teria como objetivo rematar a frente construída da Rua do Loureiro. Na margem oposta apareceria um outro, a solucionar o gaveto da Rua Mouzinho da Silveira, articulando as duas vias. Os outros dois, destinados a equipamentos, seriam localizados na parte superior da avenida.

A Oeste, procurando recuperar alinhamentos, o arquiteto propôs um edifício elevado em pilares que avançaria sobre a avenida na tentativa de resgatar a antiga relação com a travessa de S. Sebastião. No lado oposto mas unido ao anterior através de um túnel, seria edificado um volume paralelepípedo sobre um muro, destinado a fins culturais, uma vez que a Câmara pretendia a criação de instalações para o Museu Municipal e Gabinete de História da Cidade.

Os pavimentos, muros e flora propostos pelo arquiteto seriam capazes de expor a história do local, evidenciando os vestígios da arquitetura do nosso passado.

Este projeto destaca-se pela forma cuidadosa como liga a cidade antiga à recente, através não só de novas construções a rematar os bairros existentes, como também pela introdução de arborização, representados a verde na figura 46.

Em 1962, sob a responsabilidade do francês Robert Auzelle, foi criado o Plano director para a Cidade do Porto, na mesma linha dos pioneiros do urbanismo moderno. Foi o primeiro documento global que a cidade possuiu, sob a ótica do planeamento do território, para dar lugar a um efetivo plano de urbanização que garantisse a administração das ações de transformação e crescimento. Através deste documento, deveriam ser resolvidos os problemas de habitação e

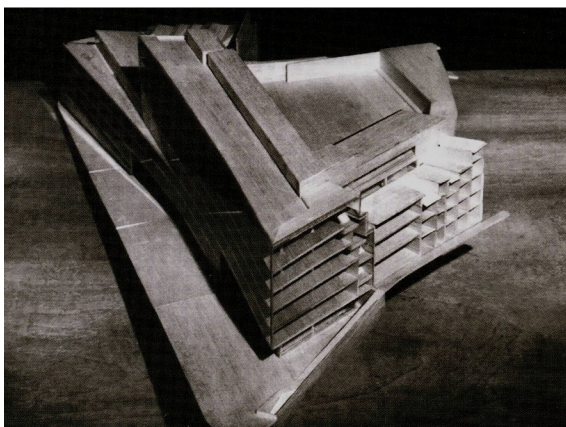


Fig. 47 - Maquete do edifício proposto pelo arquiteto Álvaro Siza para a Avenida da Ponte, 1968

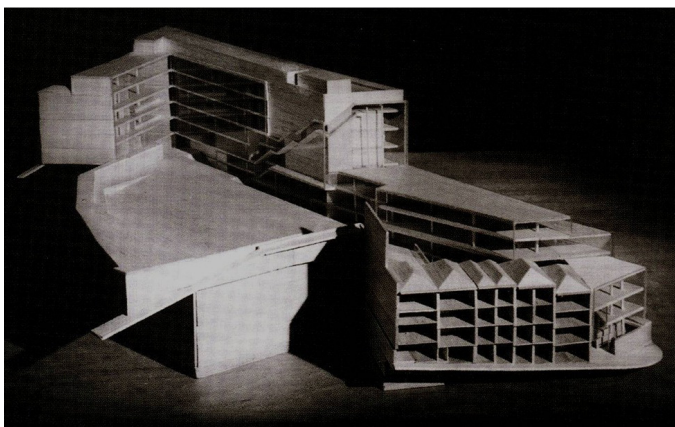


Fig. 48 - Maquete do edifício proposto pelo arquiteto Álvaro Siza para a Avenida da Ponte, 1968

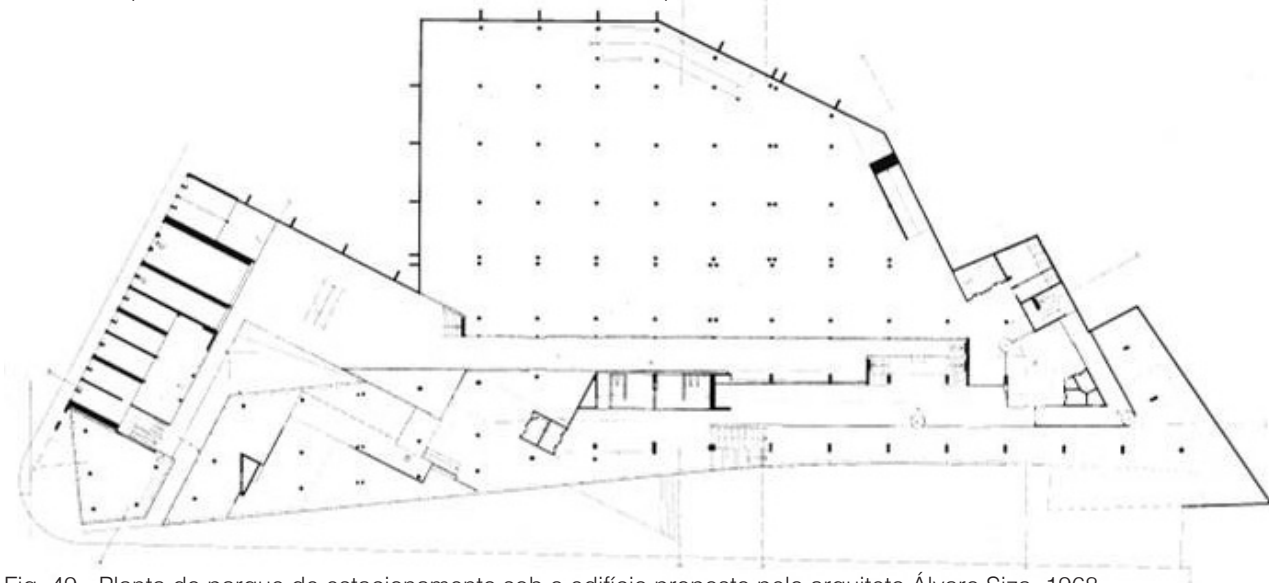


Fig. 49 - Planta do parque de estacionamento sob o edifício proposto pelo arquiteto Álvaro Siza, 1968

[Fig. 47 - 49 - Disponível em <http://doportoenaoso.blogspot.pt>.
Artigo: Os planos para o Porto - dos Almadas aos nossos dias.]

salubridade da cidade histórica. Também as preocupações com o sistema viário estiveram patentes durante a execução do plano diretor, visto ser um dos grandes temas desta época.

Robert Auzelle elaborou, ainda, uma proposta particular e polémica na qual procurou solucionar o cruzamento da Avenida Saraiva de Carvalho com a Avenida Vímara Peres. Propôs um viaduto, para o qual seria construído um grande muro curvo de granito e que permitiria o atravessamento aéreo para a zona da Batalha. Este projeto foi recusado na tentativa de salvaguardar a imagem da Sé do Porto, que não se queria ver “esmagada” por um outro corpo construído e que a viesse a ocultar. Desta forma, foi feita uma revisão à altimetria na zona que interfere com a catedral¹¹².

Proposta de Álvaro Siza
1968

Já no ano de 1968, o arquiteto Álvaro Siza realiza uma proposta que vai ter em conta os aspetos que geraram o parecer desfavorável ao projeto de Robert Auzelle. Ele aceita a premissa patrimonial da legibilidade total da Sé e, para isso, ocupa com edificado apenas o lado da pedreira, que não obstruía o monumento e envolvente próxima.

Nesta proposta propõe-se, então, um edifício envidraçado do lado Nascente da avenida, que espelha a imagem da cidade histórica envolvente (fig. 47 e 48). De igual modo, procura-se, ainda, refazer percursos de peão correspondentes ao tecido tradicional. A pedreira seria desmontada para criar um parque de estacionamento coberto (fig. 49).

Proposta de Álvaro Siza
2000

Por incapacidade financeira da cidade¹¹³, nenhum dos projetos foi levado avante. Apesar da zona de esplanada ter ficado consolidada, a zona referente ao bordo do morro gerou polémicas, agravadas com a reconstrução da Casa dos 24, pelo arquiteto Fernando Távora. Por esse motivo, durante o ano 2000, o arquiteto Álvaro Siza desenvolve uma nova proposta de requalificação da avenida. Embora se alegasse que o projeto para a Casa dos 24 iria prejudicar o edifício

112 - *Os planos para o Porto : dos Almadás aos nossos dias*. 2011. in <http://doporto-enaoso.blogspot.pt/2011/05/os-planos-para-o-portodos-almadas-aos.html>

113 - *Arquitetos querem que projeto “Avenida da Ponte”, de Siza Vieira, avance*. Porto : Jornal de Notícias. 2014



Fig. 50 - Maquete do projeto do arq. Álvaro Siza, 2000



Fig. 51 - Maquete do projeto do arq. Álvaro Siza, 2000



Fig. 52 - Maquete do projeto do arq. Álvaro Siza, 2000



Fig. 53 - Maquete do projeto do arq. Álvaro Siza, 2000

[Fig. 50 - 53 - Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7k7P3gheVhM>.
Artigo: Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques.]

da Sé, já que poderia, hipoteticamente, gerar controvérsia no âmbito do diálogo entre poder religioso e cívico, pelo contrário, o arquiteto Álvaro Siza pensa que este projeto de intervenção resolve duas necessidades¹¹⁴. Em primeiro lugar, consolida a zona envolvente do morro. Em segundo, ele considera esta intervenção como uma primeira ideia, baseada na história da cidade, para a construção da Avenida da Ponte, que não poderia ser abordada isoladamente, mas sim como uma parte de toda a zona que a envolve¹¹⁵.

Assim, a Casa dos 24 funciona como uma espécie de pedra fundadora do projeto do arquiteto Siza Vieira (fig. 50), no qual se propõe refazer parcialmente o tecido em volta da Sé; duas edificações que relembram a entrada em diagonal em direção à Catedral; um museu com uma zona subterrânea única, incorporando-se à superfície construções pontuais que permitem a drenagem daquele espaço, repleto de pracetas que estimulam o convívio; um edifício triangular para rematar o cunhal e complementar os existentes; e outros dois, do lado oposto, a rematar as construções do século XVIII, que dão forma ao final da avenida, onde é feito o desvio para a Batalha¹¹⁶ (fig. 51).

O projeto que Álvaro Siza propôs em 1968 reflete a sua análise aos planos já reprovados por propor construções que se sobrepuham à parte baixa da Sé. Pelo contrário, no ano 2000 o arquiteto propõe intervir precisamente nesta zona, já que não se procurava mais a libertação dos monumentos, mas sim uma complementaridade entre eles e o tecido, ou seja, as construções correntes. Segundo o arquiteto Álvaro Siza, a excelência dos monumentos depende, precisamente, desse contraste, sobretudo tratando-se de uma construção gótica, que não foi pensada para ficar exposta, mas sim amparada¹¹⁷.

Ao analisar a multiplicação dos volumes propostos, que correspondem ao Museu da cidade, uma livraria municipal, um parque de estacionamento, algumas lojas e 48 habitações, é possível sublinhar o esforço para introduzir estas novas construções e espaços corres-

114 - *Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques*. Entrevista ao arq. Álvaro Siza Vieira. 2014.

115 - Idem.

116 - Idem.

117 - Idem.

pondentes na continuidade do tecido urbano já existente (fig. 52 e 53). Para o arquiteto Álvaro Siza, a pedra correspondente ao afloramento do lado oposto da avenida deveria permanecer sem intervenções, como marca da história da cidade.

Com esta proposta, cuja génese se deve ao projeto da Casa dos 24, o arquiteto pretende dar escala ao edifício da Sé, prejudicado pela abertura iniciada nos anos 30.

Nas palavras do arquiteto Eduardo Souto Moura:

*“(...) aquilo é uma espécie de porta da cidade e tem um ar abandonado (...). Felizmente temos a intervenção do Távora, junto à Sé, que faz uma espécie de pontuação, uma espécie de ponto e vírgula porque não acaba.”*¹¹⁸

¹¹⁸ - *Arquitetos querem que projeto “Avenida da Ponte”, de Siza Vieira, avance.* Porto : Jornal de Notícias. 2014.

Estudo de Renovação Urbana do Barredo

O ERUB¹¹⁹, elaborado por funcionários da Direção de Serviços de Habitação, sob a coordenação de Fernando Távora, marcou a década de 1960 por ser considerado um ponto de viragem no que diz respeito às teorias sobre o destino das cidades, no contexto português. Já não se procurava apenas uma salvaguarda baseada na recuperação física do edificado, ligada a respostas de satisfação das necessidades de conforto, higiene e qualidade de vida, mas antes o desenvolvimento da função social associada, valorizando uma vertente humanista capaz de recuperar a identidade do lugar.

Durante as primeiras décadas do século XX, a cidade antiga foi objeto de duas visões distintas, política e culturalmente. A primeira, atenta às condições do homem moderno, reivindicava a sua atualização, se necessário com o sacrifício de aspetos históricos. A segunda defendia a cristalização da memória, através da conservação e restauro das construções com valor histórico e artístico¹²⁰.

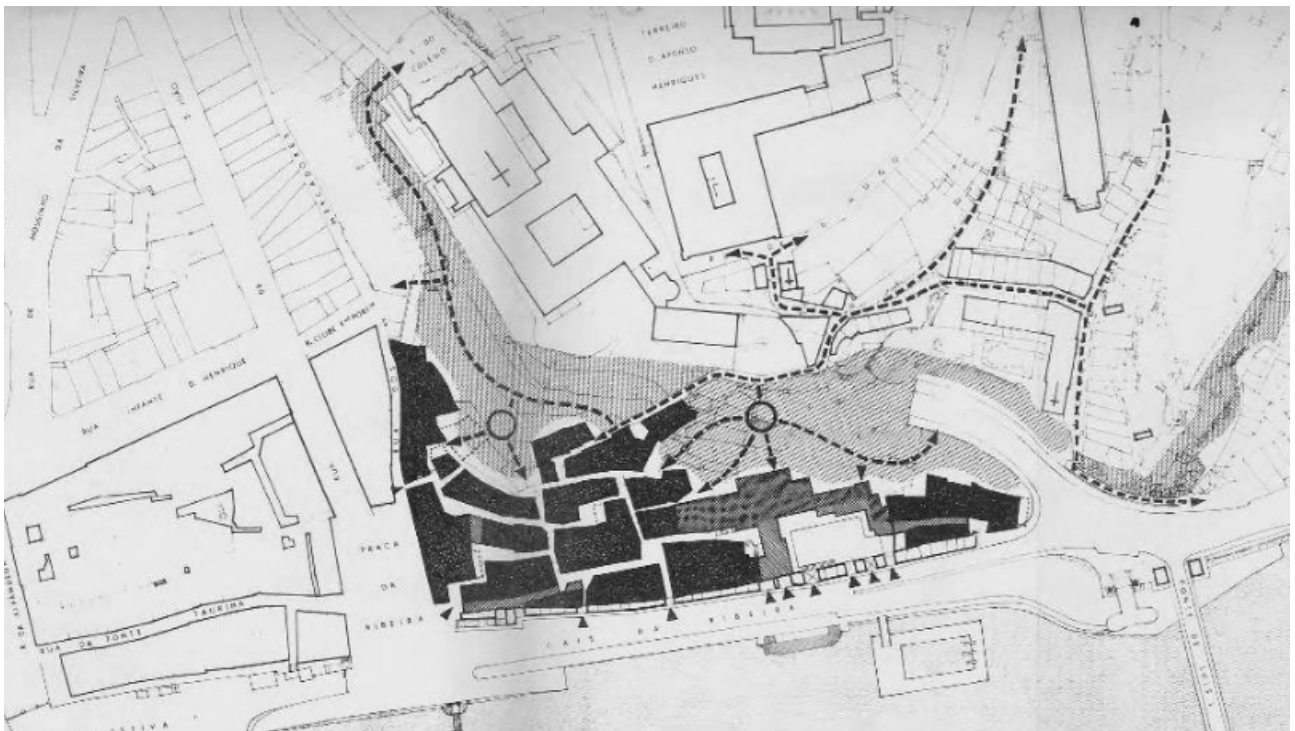
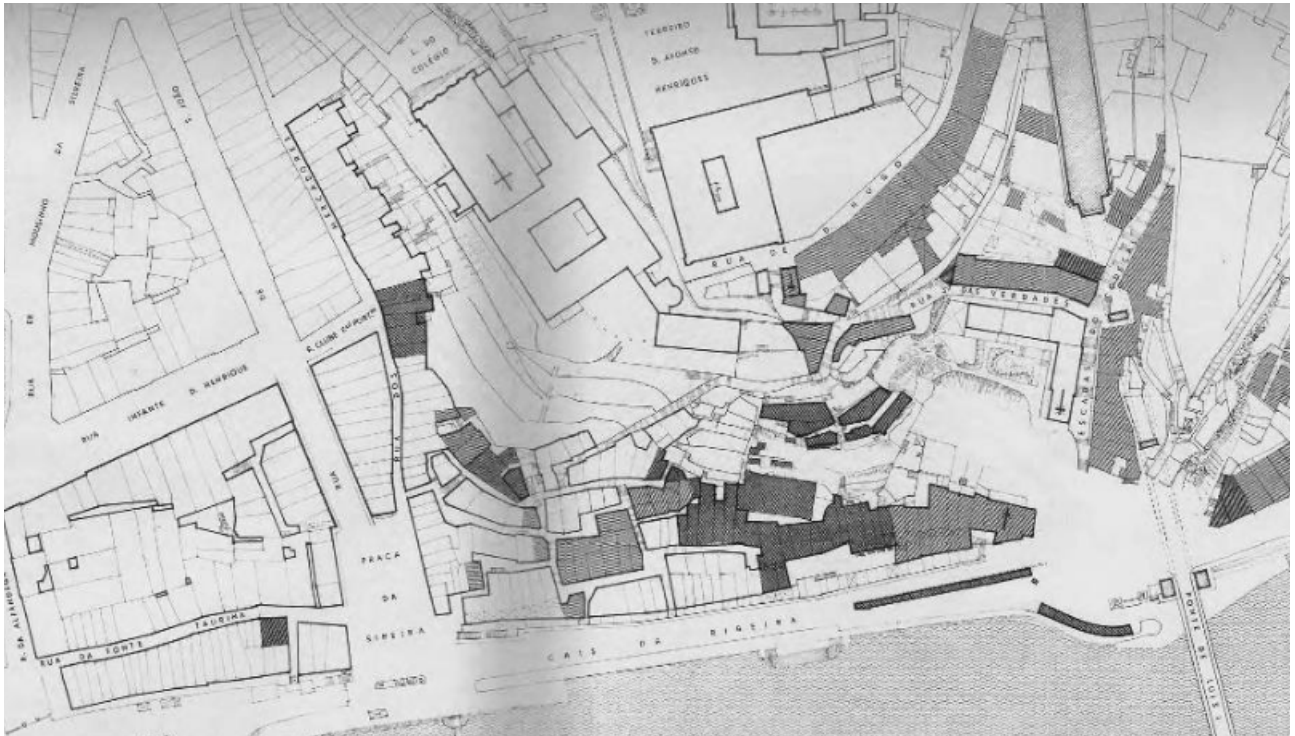
Durante a década de 1950, a “revisão do moderno” e consequente aproximação aos valores da história e identidade das pré existências, juntamente com o alargamento das noções de monumento a edificações de carácter comum, associada à salvaguarda dos respectivos contextos, possibilitou o desenvolvimento de uma nova orientação para a reabilitação da cidade. Nesta fase, seriam recusadas quaisquer propostas indiferentes aos valores urbanísticos, arquitetónicos, humanos e sociais que, em conjunto, formavam a identidade do espaço urbano.

No caso específico do Barredo, não se pretendia, então, apenas a “limpeza higiénica” e salvaguarda e monumentalização dos edifícios considerados significativos, como havia sido proposto no Plano Diretor da Cidade do Porto¹²¹, sob a coordenação do engenheiro José Júlio Afonso e do arquiteto Robert Auzelle, e cujas ações se aproximam das intervenções efetuadas no Terreiro da Sé, que pressupunham o isolamento da Sé Catedral, do Paço Episcopal e da

119 - Estudo de Renovação Urbana do Barredo.

120 - Tema desenvolvido em Capítulo I - *As teorias de intervenção no património: O conceito de restauro - as cartas do património*. Pág. 27

121 - CORREIA, Luís Miguel; GONÇALVES, Adelino; MONIZ, Gonçalo Canto - *O estudo de renovação urbana do Barredo: a formação social do arquitecto para um território mais democrático*. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra. 2014. Pág. 331



[Fig. 54 - Disponível em CMP - ERUB.
Desenho 12
Fig. 55 - Disponível em CMP - ERUB.
Desenho 15.]

Casa-Museu Guerra Junqueiro através da demolição dos quarteirões envolventes.

O Estudo de Renovação Urbana do Barredo foi realizado na ESBAP¹²², e foi escolhida a zona do Barredo (fig. 54) por ser um caso evidente de degradação urbana, com extrema urgência de renovação, e por se tratar de um aglomerado com valor histórico e estético. Além disso, o facto de ter sido já objeto de várias propostas, facilitava o trabalho em estudo. O objetivo final seria a transformação profunda dos métodos de ensino e dos objetivos da formação do arquiteto em curso na época. Não se pretendia apenas desenvolver as suas funções artísticas e técnicas, mas sim aprofundar a função social da intervenção do arquiteto. Desta forma, seria possível deduzir os problemas gerais de renovação de zonas de habitação deficiente, e dar-lhes um novo rumo.

A grande diferença relativamente às propostas que tinham sido desenvolvidas até à data diz respeito à orientação dos alunos de forma a interpretarem as características identitárias do quadro físico e social da zona do Barredo de uma forma mais humanista, sensível a aspetos de carácter social. Assim, procurava-se formar arquitetos com uma consciência crítica e social acrescida.¹²³

Este trabalho destaca dois estudos anteriores para a zona, que apresentam duas soluções-limite: uma que previa a demolição total do sector, excluindo os edifícios considerados significativos, e a sua reconstrução em linguagem contemporânea; e outra que aceitava o problema de sobreocupação e, conseqüentemente, a situação atual de insalubridade.¹²⁴

Através deste estudo, Fernando Távora pretendeu apontar novos caminhos que possibilitassem a integração humana, social e paisagística da zona na malha urbana, reintroduzindo o conceito de “continuar-inovando”. Para o arquiteto, este conceito corresponde ao

122 - Escola Superior de Belas Artes do Porto.

123 - Tema desenvolvido em CORREIA, Luís Miguel; GONÇALVES, Adelino; MONIZ, Gonçalo Canto - *O estudo de renovação urbana do Barredo: a formação social do arquitecto para um território mais democrático*. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra. 2014

124 - Tema desenvolvido em Câmara Municipal do Porto - *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*. Direção de serviços de habitação - Repartição de construção de casas. Porto. 1969.

verdadeiro sentido da palavra “renovar”, nomeadamente melhorar as condições de habitabilidade sem para isso destruir o carácter e valores próprios da zona.

“E nestas poucas palavras, renovar (ou continuar-inovando) com espírito global e aberto, está contida toda a essência da opção que escolhemos para orientar a nossa proposta.”¹²⁵

Estas operações deviam ter sempre em conta as novas circunstâncias e enquadrar-se num conceito total de cidade. Revitalizar os sectores passivos e marginais e torná-los em polos de desenvolvimento inseridos harmonicamente no conjunto urbano tornou-se imprescindível como forma de evitar o seu envelhecimento e decadência.

Respeitando a autenticidade do ambiente existente, o arquiteto propôs o equilíbrio social e funcional da zona, que não seria mais um aglomerado de ruínas, mas um centro vivo, graças à valorização e exploração da comunicação e relações físicas com a cidade envolvente (fig. 55), tornando-se um elemento positivo na paisagem urbana.

De acordo com este estudo, não se deveria seguir uma orientação purista do termo “restauro”, pondo em causa a identidade dos edifícios a conservar. O estudo, pelo contrário, defende a adopção de materiais e soluções contemporâneas mas sempre com a preocupação de manter o carácter pré existente.

Assim, refere-se ao termo “renovação” como resultado da resposta aos problemas económicos, técnicos e funcionais, sem esquecer os artísticos e históricos. De outra forma, e segundo o arquiteto Fernando Távora, a renovação da zona resultaria na sua destruição.

Pretendeu-se, portanto, utilizar o caso do Barredo como exemplo de uma nova política urbana baseada nas relações entre sociedade e arquitetura.

Nesse sentido, este estudo tinha como objetivos não só solucionar o problema de habitação no centro histórico, mas também

125 - Câmara Municipal do Porto - *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*. Direção de serviços de habitação - Repartição de construção de casas. Porto. 1969. pág. 47

pensar na programação, projeto e construção do centro social, por ser um elemento indispensável na dinamização urbana. O espaço intervencionado deveria refletir uma linguagem contemporânea mas integrada no espírito local, promovendo a revitalização da zona ao *“apontar-lhe (...) caminhos de vida e não caminhos de morte como os que atualmente prossegue”*¹²⁶.

Esta investigação pretendeu *“esboçar uma forma possível aberta ao tempo e à evolução”*¹²⁷. Apesar de não ter produzido resultados diretos na zona do Barredo, consolidou-se como modelo para as intervenções portuguesas em centros históricos, ameaçados pela degradação física e social que se faziam sentir, particularmente na cidade do Porto.

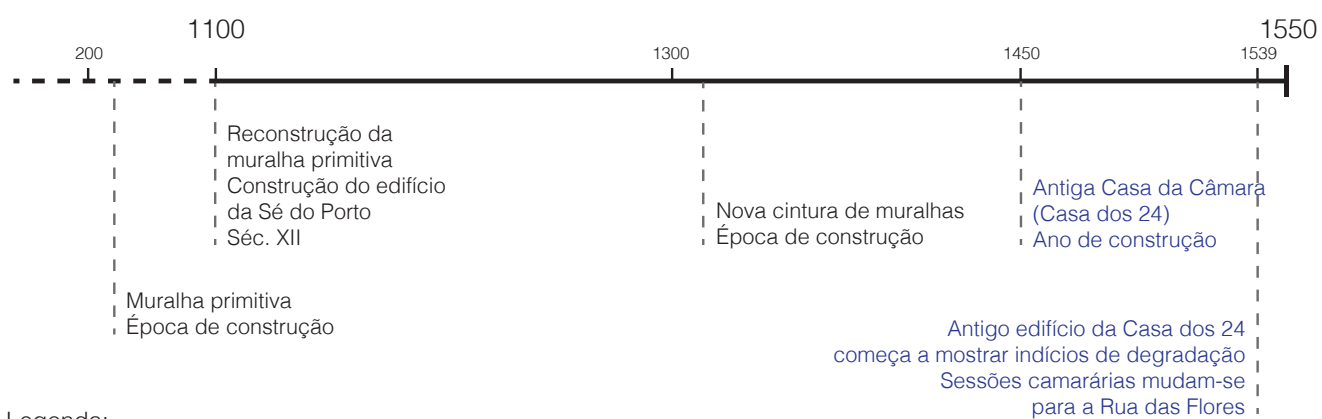
126 - Câmara Municipal do Porto - *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*. Direção de serviços de habitação - Repartição de construção de casas. Porto. 1969. pág. 72

127 - Idem. pág. 72

3

O edifício dos antigos Paços do Concelho do Porto - A Casa dos 24

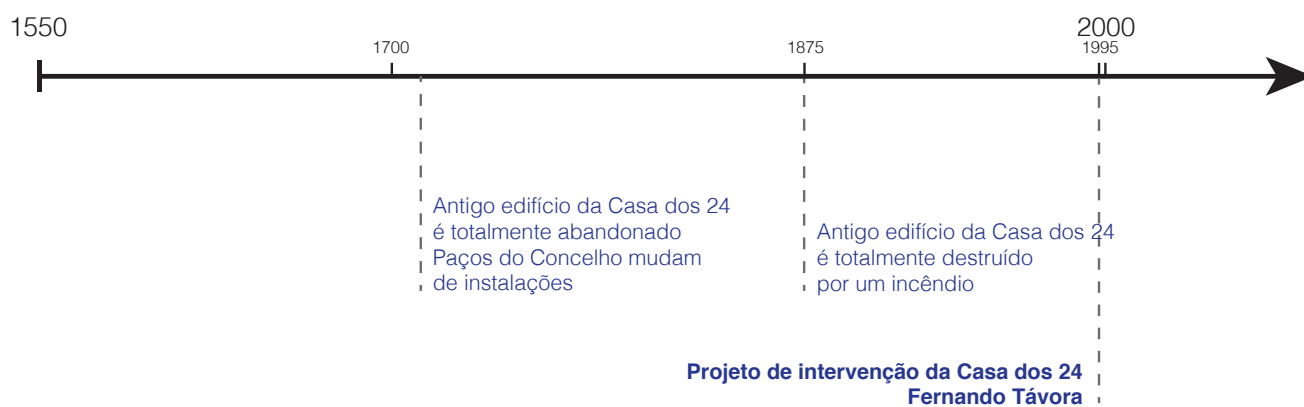




Legenda:

■ Casa dos 24 - acontecimentos relevantes

Quadro 4 - Casa dos 24: eventos relevantes relativamente à história do edifício primitivo.
Cronologia por Beatriz Sousa.



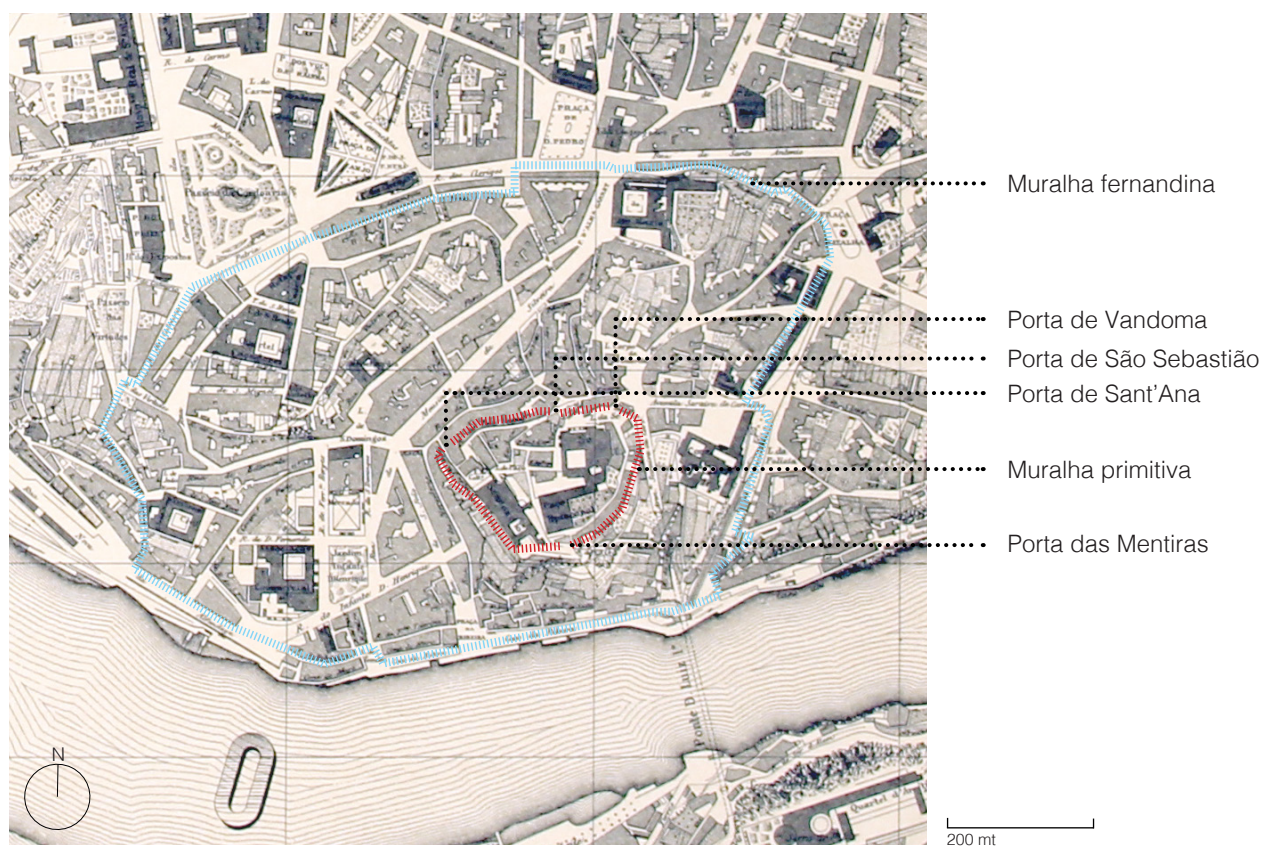


Fig. 56 - Representação das antigas muralhas da cidade do Porto

[Fig. 56 - Carta topográfica de 1892.
Planta alterada por Beatriz Sousa.]

A Casa dos 24: antecedentes

De forma a enquadrar a importância que a antiga Casa da Câmara teve para a memória e identidade do povo e da cidade e, assim, caracterizar a sua reconstrução, é essencial abordar a história desta zona da cidade.

A muralha primitiva terá sido edificada pelos romanos, durante o século III, na zona elevada da Pena Ventosa, lugar de grande importância estratégica para o controlo da passagem do Douro. Esta teria um perímetro aproximado de 750 metros, área inferior a quatro hectares e delimitava o morro da Pena Ventosa, integrando o edifício da Sé no seu interior. Esta muralha foi destruída e reconstruída posteriormente, durante o século XII, mas em meados do século XIV houve necessidade de alargar este espaço e, para tal, foi construída uma nova cintura de muralhas.¹²⁸

A construção do edifício da Sé Catedral do Porto data da primeira metade do século XII e prolongou-se até ao princípio do séc. XIII. O edifício original, em estilo românico, sofreu inúmeras alterações ao longo dos séculos, nomeadamente durante as épocas gótica e barroca. Da segunda época, destaca-se a galilé de Nicolau Nasoni (1691 - 1773), de 1736, elemento que foi adicionado à fachada lateral da Sé. Este edifício localizava-se próximo de duas das quatro portas medievais, na extremidade Norte da muralha primitiva: a Porta de Vandoma e a Porta de São Sebastião (fig. 56).

Entre estas duas portas existia um espaço sem construção, caracterizado por grandes diferenças de nível vencidas por duas íngremes escadas. A Casa dos 24 foi implantada na extremidade Poente deste espaço, sobreposta à antiga muralha.

Esta construção, localizada a poucos metros de distância da Sé do Porto, foi a antiga Casa da Câmara da cidade e, por isso, o local onde funcionava a sua vereação municipal.

A sua construção, mesmo ao lado da igreja, tinha como objetivo demonstrar a afirmação do poder municipal sobre o eclesiástico.¹²⁹

128 - A cerca primitiva - Centro Histórico do Porto Património Mundial. in <https://www.portopatrimoniomundial.com/a-cerca-primitiva.html>

129 - GOMES, Francisco Portugal e - *Restauro e Reabilitação na Obra de Fernando Távora : O exemplo da Casa dos 24*. 2008. in <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/147>.



Fig. 57 - Ruínas do antigo edifício da Casa da Câmara, 1990



Fig. 58 - Ruínas do antigo edifício da Casa da Câmara, 1990

[Fig. 57 - 58 - Disponível em <https://vitruvius.com.br>.
Artigo: Restauro e reabilitação na obra de Fernando Távora : O exemplo da Casa dos 24.]

Com origem no século XV, mais precisamente em meados de 1450, este edifício com a forma de um torreão (embora não se tenha a certeza se a planta fosse quadrada) ergueu-se encostado à muralha primitiva da cidade e foi considerado a primeira sede do poder autárquico. Veio substituir o “Paço de Arcos”, uma construção provisória em madeira, nas imediações do edifício da Sé. Por nela se reunirem os 24 representantes dos vários ofícios da cidade, recebeu a designação popular de Casa dos 24¹³⁰.

A Casa dos 24 localizava-se a apenas 7 metros da Sé do Porto. Este edifício teria sido construído em cantaria de granito, com 100 palmos de altura (aproximadamente 22 metros) e guarnecido de ameias. Estas características correspondem à ideia de arquitetura românica que caracteriza a cidade do Porto. Este estilo é de origem europeia e surgiu durante o século X. Acredita-se ter sido particularmente inspirado pela arquitetura da Roma antiga e as suas construções são austeras e robustas, com paredes grossas e janelas pequenas, com a função de resistir a ataques e invasões inimigas. A porta principal estaria virada para a Sé, e teria ainda outras duas, viradas para a Rua de São Sebastião, onde havia uma loja e armazéns onde se guardavam as armas para a defesa da cidade. Sabe-se ter tido vários pisos, sendo que pelo menos uma sala seria ao nível do terreiro da Sé e outra ao nível da Rua de S. Sebastião¹³¹. Este edifício possuía no seu interior elementos artísticos relevantes, entre os quais se destaca o tecto forrado a ouro no salão nobre superior, sala onde reunia o senado¹³². Esta sala seria totalmente decorada, com pinturas de anjos e santos, figuras das armas régias manuelinas e com o São Pantaleão, primitivo padroeiro da cidade do Porto. Neste piso funcionava também o arquivo do cartório municipal.

Entre 1539 e 1604, com o edifício a mostrar já indícios de degra-

130 - GOMES, Francisco Portugal e - *Restauro e Reabilitação na Obra de Fernando Távora : O exemplo da Casa dos 24*. 2008. in <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/147>.

131 - Idem.

132 - CASTRO, Cleusa de - *Collage, Fernando Távora e a Casa dos 24 do Porto*. 2013. pág. 10. in http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_15/03_CC_Távora_04022010.pdf

dação, as sessões camarárias mudaram-se para edifícios provisórios na Rua das Flores. Já no século XVIII, também os Paços do Concelho mudaram de instalações, ameaçados pelo estado de degradação extrema em que o edifício se encontrava. No ano de 1875, quando este já tinha sido completamente abandonado, sofreu um incêndio do qual restaram apenas algumas paredes¹³³ (fig. 57 e 58).

Durante os anos 90, devido ao valor que representa para a memória da cidade do Porto, foi proposto que o edifício fosse reconstruído. O objetivo seria recuperar não só o torreão, como também a antiga imagem da zona da Sé.

133 - GOMES, Francisco Portugal e - *Restauro e Reabilitação na Obra de Fernando Távora : O exemplo da Casa dos 24*. 2008. in <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/147>.

A Casa dos 24: o projeto de intervenção

Durante a segunda metade da década de 90 do século XX, o então presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Fernando Gomes, encomendou aos arquitetos Fernando Távora, Alcino Soutinho e Álvaro Siza três projetos públicos para a zona histórica da cidade.

Ao arquiteto Fernando Távora coube a reconstrução da Casa dos 24, símbolo do poder municipal desde o século XV, propondo a sua transformação numa espécie de memorial que fosse capaz de relembrar a história da cidade, quer invocando a torre outrora existente, quer a partir do diálogo com as restantes torres, da Sé e do Arquivo Histórico. Desta forma, seria possível enfrentar as consequências resultantes dos processos de demolição que tiveram lugar no centro histórico entre as décadas de 1930 e 1940.

As intervenções desenvolvidas pelo CRUAR¹³⁴ a partir de 1974, nesta zona, não tiveram dinâmica suficiente para evitar a degradação ambiental e social e, por esse motivo, o projeto do arquiteto Fernando Távora constitui-se como mais do que um fim em si mesmo: o principal objetivo seria o de evitar o vazio, enquanto estado de ruína do centro histórico da cidade, de forma a fazer revalorizar a sua integridade.

“É outro o entendimento atual sobre a relação entre monumento e tecido urbano. Não é já o tempo das demolições para libertar um monumento, atraíndo quase sempre o seu carácter e esvaziando de sentido o espaço urbano. O progressivo conhecimento das intervenções efetuadas nos centros históricos das cidades europeias foi consolidando a consciência da relação de complementaridade entre monumento e tecido urbano e entre testemunhos de diferentes épocas, como condição essencial de preservação.”¹³⁵

Caracterização da proposta

Neste projeto, o arquiteto procurou mais do que a procura pelas formas originais perdidas. Através desta obra, procurou, acima de tudo, reorganizar o espaço minimizando as ausências e fixando aquilo que considerou essencial. Fernando Távora tentou redimensionar e reinserir o edifício da Sé na malha da cidade, alterando a percep-

134 - Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo. Entidade responsável pela recuperação e reabilitação do Centro Histórico do Porto, entre 1974 e 2003. Seguindo os princípios propostos pela “Carta de Veneza”, entendia o centro histórico como um valor patrimonial que incluía, além dos valores históricos, arquitetónicos e estéticos, uma realidade social e cultural.

135 - GOMES, Francisco Portugal e - *Restauro e Reabilitação na Obra de Fernando Távora : O exemplo da Casa dos 24*. 2008. in <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/147>.

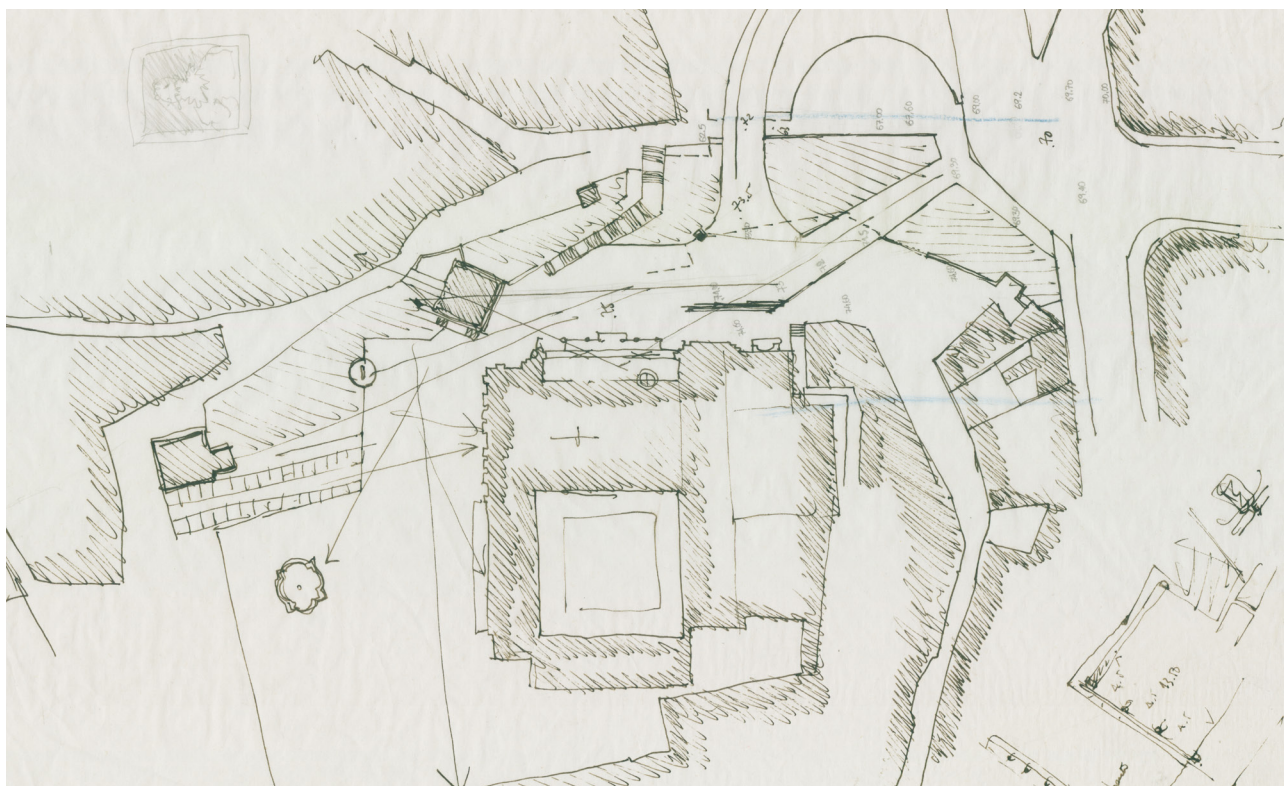


Fig. 59 - Casa dos 24, primeiros esboços propostos pelo arquiteto Fernando Távora, Porto



Fig. 60 - Casa dos 24, escadaria de acesso



Fig. 61 - Casa dos 24, Porto

[Fig. 59 - Disponível em FIMS

Fig. 60 - 61 - Fotografias de Beatriz Sousa, 2017]

ção que se vinha tendo deste monumento desde as demolições de 1940, levadas a cabo pela DGEMN, através da confrontação direta de edifícios. Nos primeiros desenhos que apresentou, o arquiteto propõe mais dois volumes além da torre principal, composição esta que parece procurar um efeito de “estrangulamento” espacial, numa tentativa de reconstituição de elementos desaparecidos da envolvente urbana da Sé (fig. 59). Esta proposta acabou por ser abandonada.

Relativamente à inserção urbana do edifício construído, existe uma ligação entre o plano elevado, correspondente ao terreiro da Sé, e o da rua de S. Sebastião, através da construção de uma escada exterior encostada ao lado Sul do edifício, elemento esse que estabelece a ligação entre os dois níveis (fig. 60).

O edifício proposto pelo arquiteto Fernando Távora demonstra uma procura por novas relações de aproximação à galilé de Nicolau Nasoni, através do efeito de estrangulamento espacial (fig. 61).

Embora não seja certa a configuração da planta original, o arquiteto optou pela forma quadrada porque, além de ter um caráter mais abstrato, é a tipologia mais corrente das torres medievais¹³⁶. Assim, projetou um edifício com a forma de um torreão absolutamente regular (fig. 61). Através desta proposta, Fernando Távora não parece ter como objetivo reconstruir os antigos Paços do Concelho, visto não existirem elementos seguros que pudessem informar sobre a sua configuração exata, mas antes procurar o seu significado na história do lugar. A partir do edifício pretendeu recriar, então, uma ideia de memorial, quer da cidade, quer do poder municipal.

De modo a não enveredar por uma solução cuja arquitetura fosse característica daquilo a que ele próprio intitulou de “falso histórico”¹³⁷, Fernando Távora rejeita as tentativas de simulação do edifício original. Assim, propõe um edifício contemporâneo mas que se orienta pela história e evoca o antigo edifício, com “100 palmos de altura

136 - GOMES, Francisco Portugal e - *Restauro e Reabilitação na Obra de Fernando Távora : O exemplo da Casa dos 24*. 2008. in <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/147>.

137 - Tema desenvolvido em: TÁVORA, Fernando - *O problema da casa portuguesa*. Manuel João Leal : Lisboa. 1947. pág. 7 - 9



Fig. 62 - Casa dos 24 - teto dourado

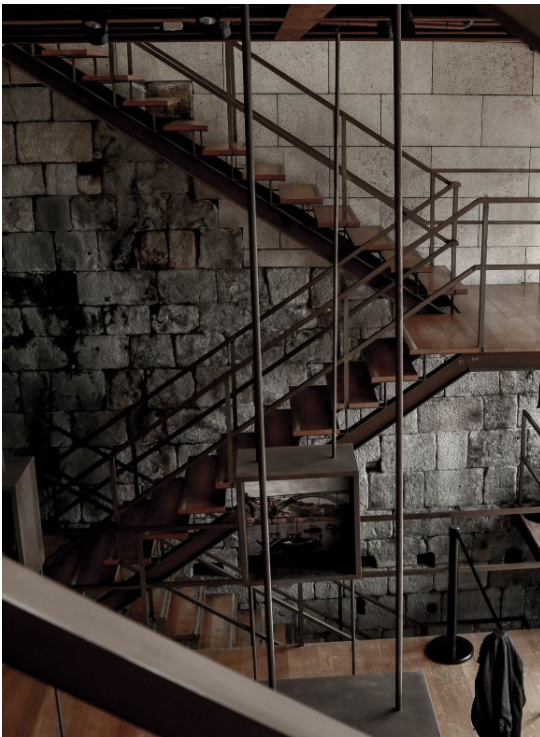


Fig. 63 - Casa dos 24, parede antiga e nova



Fig. 64 - Casa dos 24 - envidraçado

[Fig. 62 - 63 - Fotografias de Beatriz Sousa. 2012
Fig. 64 - Fotografia de Beatriz Sousa. 2017]

e uma sala do senado com teto de ouro”¹³⁸ (fig. 62). É através destas características que se procura representar a ligação entre o passado e o presente.

O novo edifício aproveita a ruína e, sobre ela, constrói uma estrutura nova, em betão armado e ferro, com quase a mesma largura de paredes. Os pavimentos são em madeira e a caixilharia e os perfis utilizados para vencer os vãos em aço corten. As paredes formam um “U” e são forradas, quer no interior, quer no exterior, a placagem de granito serrado e grampeado, idêntico na cor ao da Sé. A cobertura é em estrutura de ferro e betão armado revestida a cobre. Os envidraçados, na quarta parede, surgem como elementos transparentes e autónomos de grande dimensão, que abrem o campo de visão à paisagem urbana (fig. 63). Pelo exterior, e para quem se aproxima do edifício a partir da porta principal, acessível a partir do adro da Sé, a construção aparenta ser sólida, de caráter maciço, de proteção e de resistência, característica também expressa pela rigidez dos contrafortes da Sé. No interior, pelo contrário, sente-se um espaço vertical unitário e transparente, face à ligeireza dos seus grandes panos de vidro. Apesar do arquiteto ter proposto um edifício inspirado nas características da arquitetura românica, de caráter defensivo, ele desenha aberturas amplas que demonstram a sua vontade de inovar e adaptar a nova construção às necessidades próprias do seu tempo. Também no interior, Fernando Távora rejeita a utilização de lajes de piso em betão de forma a não seccionar o espaço e, consequentemente, marcar uma descontinuidade entre o que é ruína e o que são elementos de nova construção (fig. 64).

A composição da Casa dos 24 é de caráter clássico, desenhando-se a partir de um eixo de simetria que divide 2 lances de escadas, um de cada lado (fig. 65 e 66). Perante a incógnita de como seria o edifício original, é utilizado o palmo como medida na concepção dos espaços.

138 - GOMES, Francisco Portugal e - *Restauro e Reabilitação na Obra de Fernando Távora : O exemplo da Casa dos 24*. 2008. in <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/147>.

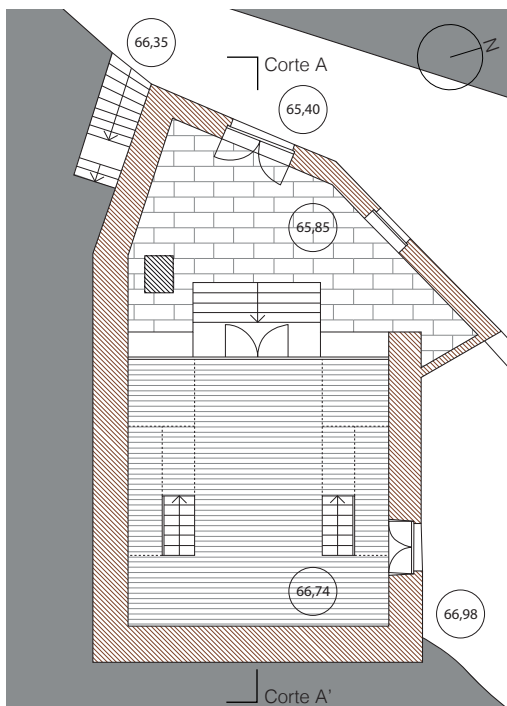


Fig. 65 - Casa dos 24, planta à cota 68

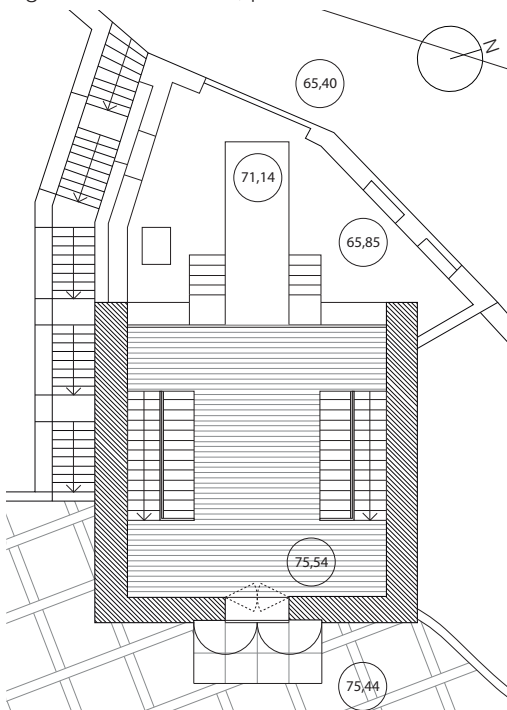


Fig. 66 - Casa dos 24, planta à cota 77

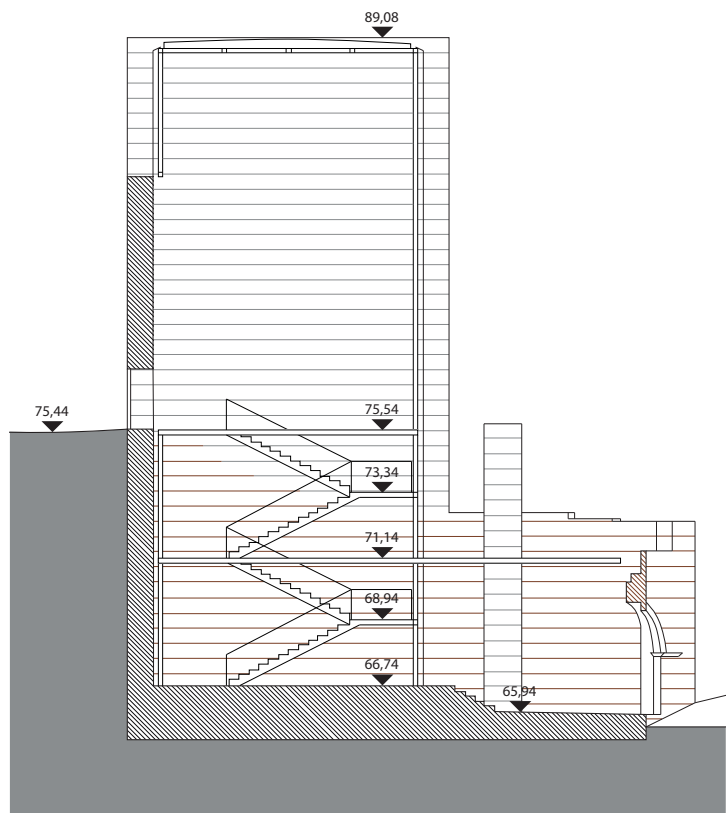
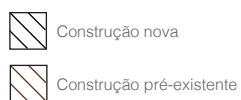


Fig. 67 - Casa dos 24, corte A



Fig. 68 - Casa dos 24, pormenor da porta desde o terreiro da Sé



[Fig. 65 - 67 - Plantas e corte de Beatriz Sousa, escala 1:250.
Fig. 68 - Fotografia de Beatriz Sousa. 2017]

Relativamente aos acessos, foram projetadas duas portas, uma de ligação à cota alta e outra à baixa, sendo que a principal, ao nível do terreiro da Sé, tem a expressão da porta de um cofre, o que aparenta reforçar o caráter massivo do edifício (fig. 68).

Embora o edifício desempenhasse, até meados de 2017, a função de posto de turismo, esta edificação foi proposta sem o pré-requisito de responder a qualquer tipo de função. O edifício deveria ser apenas um memorial da cidade e da sua história.

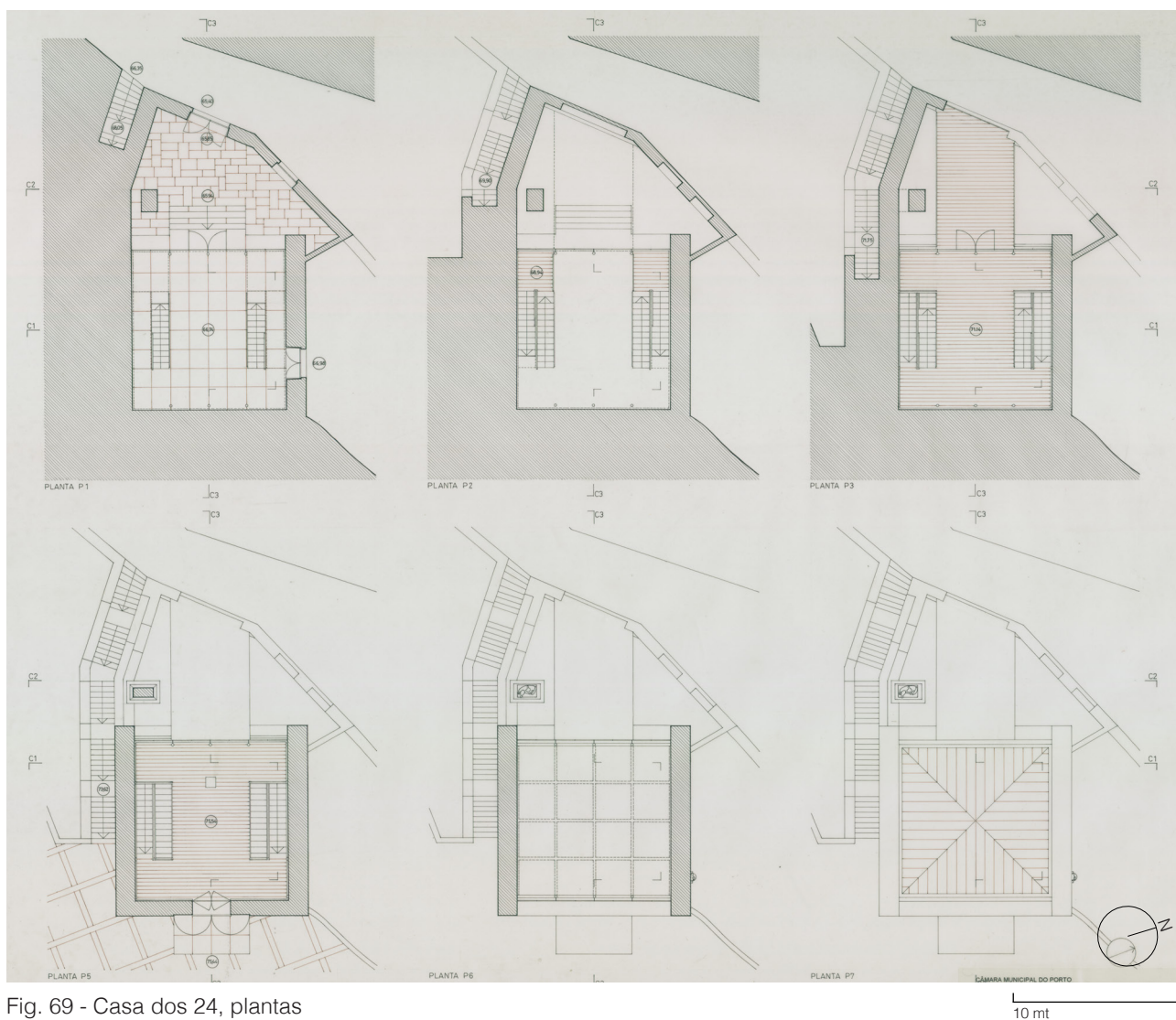
O arquiteto Fernando Távora aparenta ter procurado assegurar que a memória, essência e o significado do lugar pudessem perdurar no tempo através de um conjunto particular de características arquitetónicas e estratégias de intervenção. A análise de outras obras do arquiteto realizada ao longo do Capítulo I, nomeadamente obras que marcaram o início da sua carreira, permite ponderar que existe um forte caráter de continuidade ao longo do seu percurso enquanto profissional. As obras mais antigas de Távora, como o Mercado Municipal de Santa Maria da Feira ou o Pavilhão de Ténis da Quinta da Conceição são exemplos da síntese que o arquiteto procurou fazer entre as referências modernas e tradicionais e à qual chamou de “3ª via”. Nas suas obras mais recentes, o arquiteto aparentemente procura soluções que remetem quase de forma absoluta para a arquitetura contemporânea, mas que se orientam pela história do lugar. Os novos blocos que propõe para o Convento de Santa Marinha da Costa apresentam uma linguagem completamente nova, embora Fernando Távora procure manter a escala e significado de alguns espaços de caráter relevante, bem como vestígios de alguns elementos antigos.

Na Casa dos 24, um edifício também de caráter contemporâneo, construído com materiais que se procuram assemelhar aos utilizados na catedral, mas que correspondem aos novos processos de construção e novas tecnologias, Távora procura relembrar e evocar a antiga torre e o espaço por esta desenhado, mas não pretende uma

imitação. Estas características revelam não só a consistência do seu pensamento/percurso enquanto arquiteto, mas também, e acima de tudo, uma constante evolução.

Fernando Távora aparenta, então, socorrer-se repetidamente de uma tradição construtiva local, de modo a que a sua intervenção se consiga modelar no espaço sem entrar em conflito com a préexistência. Utiliza, como se evidenciou anteriormente, materiais e técnicas construtivas de linguagem contemporânea, integrando o edifício no seu tempo particular. Os materiais utilizados aparentam aproximar-se dos característicos da zona e do contexto em que se insere, nomeadamente com as paredes revestidas a granito serrado e bujardado, com cor idêntica à Sé. Assim, a proposta do arquiteto Fernando Távora insere-se de forma natural e harmónica no ambiente construído, evitando o conflito ou a sobreposição aos outros elementos presentes, ao mesmo tempo que transmite ao lugar um carácter de maior contemporaneidade e ligação ao futuro.

Ao promover uma linguagem e técnicas adaptadas aos novos estilos de vida e necessidades presentes, o arquiteto propõe uma obra capaz de contribuir para uma melhoria do lugar em que se insere, dotando-o de novos significados, urbanos e simbólicos.



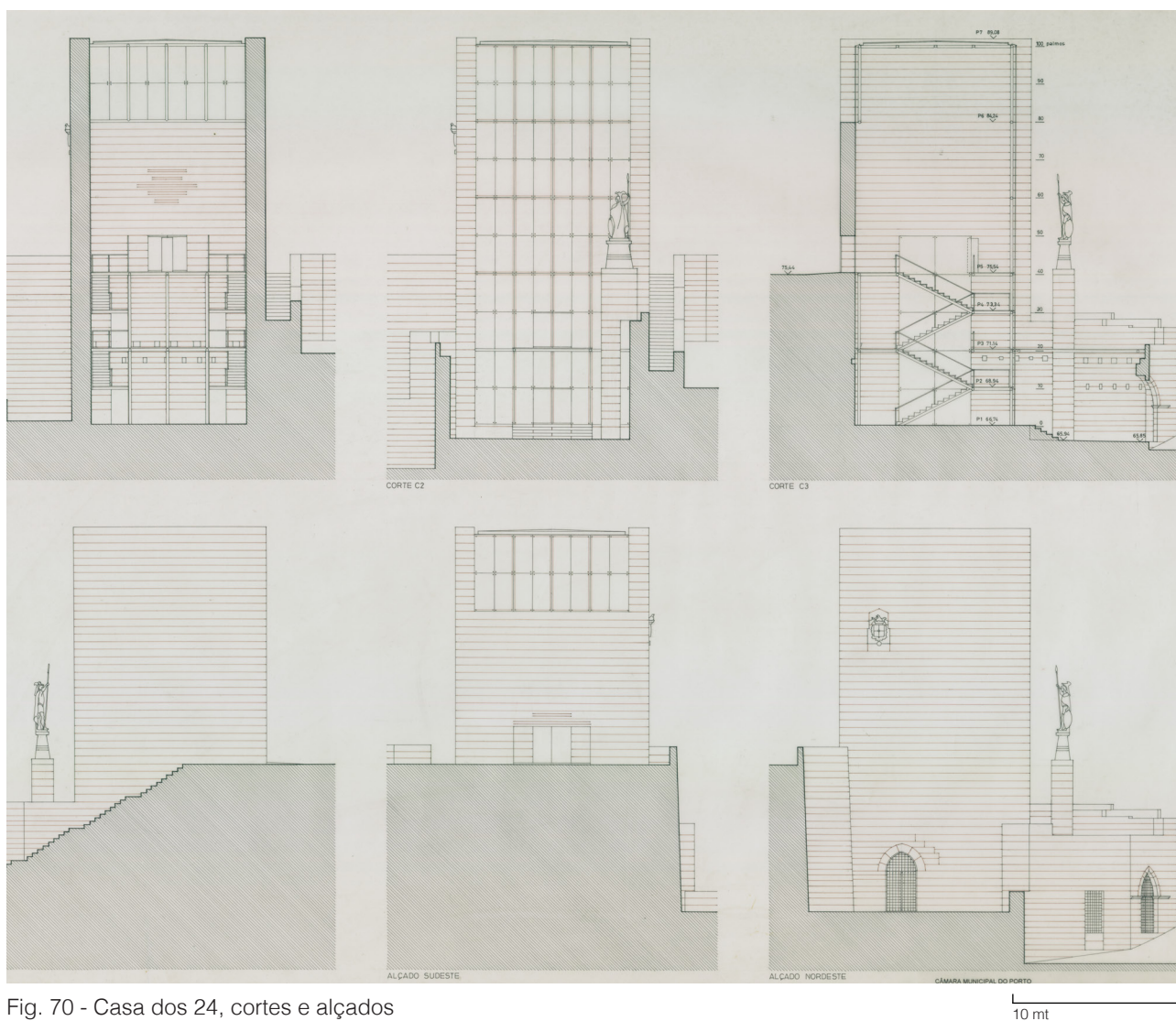


Fig. 70 - Casa dos 24, cortes e alçados

A Casa dos 24: possíveis influências

Teorias de intervenção
no património

Apesar da diferença temporal entre os as teorias analisadas ao longo do Capítulo I e o projeto de reabilitação proposto pelo arquiteto Fernando Távora para a Casa dos 24, é possível encontrar paralelismos entre o pensamento dos diversos autores e, assim, revelar algumas possíveis influências.

O conceito de intervenção que o arquiteto Fernando Távora propõe com a Casa dos 24 afasta-se da reprodução da forma original do edifício primitivo. Apesar de assumir uma estratégia diferente da de Viollet-le-Duc, para quem *“restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo num estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”*¹³⁹, ambos demonstram uma procura por assumir os materiais e técnicas característicos época da intervenção. Desta forma, o novo edifício distingue-se do pré-existente ao diferenciar os novos elementos dos originais, evitando-se deste modo “enganar o espectador”, perigo este igualmente alertado por pensadores posteriores a Viollet-le-Duc, tais como Camillo Boito.

Também no caso do projeto para o Convento de Santa Marinha da Costa, para o qual Fernando Távora propôs a construção de novos blocos, o arquiteto evidencia a procura por uma linguagem que se distingue claramente do pré-existente e, portanto, permite revelar as várias épocas de construção e da história do conjunto. Cesare Brandi referiu de igual modo esta problemática, expressando que qualquer intervenção deveria ostentar as características próprias do tempo em que foi projetada e nunca, em caso algum, deveriam ser eliminadas as características da passagem do tempo pelos edifícios. Fernando Távora, ao propor um edifício contemporâneo sobre a ruína existente, aparenta seguir estas linhas de intervenção no património construído, mesmo que a sua proposta seja um edifício construído de raiz, como é o caso da Casa dos 24.

É também importante salientar o carácter maciço do edifício,

139 - VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Séries Artes e Ofícios. São Paulo : Ateliê Editorial. 2000. Pág. 29.

evocando o estilo românico e a imagem da Sé, proposta de acordo com a cultura local, tal como defendia Brandi nos seus escritos. Para este autor, qualquer intervenção deveria revelar as características particulares do seu tempo, deixando claras as diferenças entre o que é novo e o que faz parte do edifício primitivo.

O arquiteto Fernando Távora aparenta ter de igual modo aderido a algumas ideias de Gustavo Giovannoni, nomeadamente a procura constante por criar relações entre o centro histórico e a restante cidade, reconhecendo a necessidade de o modernizar. Giovannoni, tal como mencionado no Capítulo I, foi um importante teórico no que diz respeito aos debates relacionados com os centros históricos. Este autor reconhece a necessidade de os modernizar, melhorando as condições de higiene e o seu funcionamento, de forma a estabelecer relações favoráveis entre eles e a cidade envolvente.

Ao projetar um edifício contemporâneo para a zona histórica, Távora procura reintegrá-lo no novo tecido urbano. O objetivo maior seria adaptá-lo à vida contemporânea e, portanto, aos novos usos característicos, mas sem desrespeitar a sua história e contexto próprios. Esta estratégia de intervenção evoca, desta forma, a continuidade entre tradição histórica e modernidade, preconizada pela Carta de Veneza¹⁴⁰, que ambicionava o respeito pelas diferentes épocas de cada edifício, e não mais a unidade de estilo. Este documento propõe ainda que todo o trabalho complementar se deve distinguir do original, ostentando a marca do nosso tempo, de tal forma que não possa

As cartas do património

140 - A Carta de Veneza, de 1964, segue uma linha de “restauro científico” que procura a transmissão da autenticidade do legado histórico, ao promover o respeito pelas diferentes épocas do edifício. Marca, ainda, uma nova era de reconhecimento da noção dos sítios monumentais. Maior desenvolvimento deste tema, cf. Capítulo I.

falsificar o edifício em questão.

Nesta Carta, o conceito de reabilitação surge como uma operação que se fundamenta em documentos autênticos e defende que a intervenção só deve acontecer com base em dados comprovados. No caso da Casa dos 24, Fernando Távora avança com o projeto mesmo não possuindo elementos concretos.

Também a Carta de Washington¹⁴¹ defende que sejam introduzidos elementos de carácter contemporâneo nas zonas antigas, como forma de as enriquecer.¹⁴² Nesse sentido, a proposta de Fernando Távora aparenta ir de encontro a esta linha de ideias.

Tal como propõe o arquiteto para a construção do edifício da Casa dos 24, também o documento *The Nara Document on Authenticity*¹⁴³, de 1994, sugeria que fosse aproveitado todo o conhecimento disponível, e, para tal, os processos e ferramentas específicas às necessidades próprias da época em questão. Qualquer intervenção deve ser praticada à luz dos novos valores e circunstâncias.

Já no ano 2000, dois anos antes do início da construção do edifício, foi apresentada a Carta de Cracóvia¹⁴⁴, que propunha que não fossem reconstruídas partes significativas de um edifício em ruínas, de acordo com o seu estilo original.¹⁴⁵ A intervenção de Fernando Távora no edifício da Casa dos 24, que havia sido quase totalmente destruído, parece ir de encontro a este princípio. Esta carta defendia, também, a utilização de linguagens arquitetónicas afectas à contemporaneidade. O documento destaca ainda a importância da inclusão dos espaços interiores como parte do projeto e, portanto,

141 - A *Carta de Washington*, de 1987, surge como complemento à *Carta de Veneza* e procura promover princípios adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas e daquilo que constitui a memória da humanidade. Maior desenvolvimento deste tema, cf. capítulo I.

142 - “A introdução de elementos de carácter contemporâneo, desde que não perturbem a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento.”. in ICOMOS. (1987) - *Carta de Washington. Carta Internacional para la conservación de ciudades históricas y áreas urbanas históricas*. Documento apresentado na Assembleia General de ICOMOS. Washington D.C.. Pág. 3. Tema desenvolvido no Capítulo I deste documento. Pág. 16.

143 - Maior desenvolvimento deste tema, cf. capítulo I.

144 - Idem.

145 - Assunto desenvolvido em MELUCCO, Alessandra et al (redacção) (2000) - *Carta de Cracóvia: Princípios para a conservação e o restauro do património construído*. Documento apresentado na Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”. Cracóvia (Polónia). Pág. 2.



Fig. 71 - Convento de Santa Marinha da Costa, Guimarães



Fig. 72 - Corpo dos Quartos



Fig. 73 - Pavilhão de Ténis, Quinta da Conceição. Entrada voltada a Poente



Fig. 74 - Pavilhão de Ténis. Alçado voltado a Sul

o seu mobiliário e decoração, como indispensáveis para assegurar a integridade do monumento. Na Casa dos 24, ao desenhar o teto dourado, Fernando Távora procura, precisamente, evocar a memória do interior original do edifício, tirando partido dos novos materiais e tecnologias que, tal como explicitado no documento mencionado, devem ser testados de forma rigorosa. Estas ações exigem diversos procedimentos, desde investigações prévias, testes, inspeções, controlos, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização.

Com esta proposta, o arquiteto procura potenciar o significado cultural da zona, reforçando a necessidade de mudança como oportunidade para melhorar a cidade. A introdução de elementos contemporâneos, como descrito no documento recente *Princípios de La Valetta para a salvaguarda e gestão de cidades e conjuntos urbanos históricos*, de 2011, pode ser benéfica para a construção de linhas de continuidade, estimulando relações entre a arquitetura existente e a contemporânea e, conseqüentemente, entre a cidade antiga e a nova.¹⁴⁶ Como proposto neste documento, Fernando Távora aparenta procurar a conservação e proteção da identidade própria da cidade, mas sem impedir a sua evolução.

Fernando Távora - outras obras

Estas intenções foram, de igual modo, identificadas na abordagem feita a outras obras de Fernando Távora, nomeadamente as que foram abordadas no Capítulo I. Neste sentido, destaca-se a Pousada de Santa Marinha da Costa pelo diálogo entre a pré-existência e a ampliação proposta pelo arquiteto, resultando num conjunto composto por edificações de épocas muito distintas, que demonstra a vontade de aliar a arquitetura moderna ao contexto próprio do lugar (fig. 71 e 72). Por esse mesmo motivo, poderá afirmar-se que a Pousada é uma obra de caráter contínuo e intemporal. Apesar da introdução do novo programa, o arquiteto pretendia valorizar o conjunto e a história

146 - Assunto desenvolvido em CIVVIH, ICOMOS. (2011) - *Princípios de La Valetta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos*. Documento apresentado na 17ª Assembleia Geral do ICOMOS. Paris. Pág. 10.



Fig. 75 - Mercado, Santa Maria da Feira. Vista da entrada pela Rua dos Descobrimentos



Fig. 76 - Vista do piso inferior



Fig. 77 - Vista do piso superior

[Fig. 75 - 77 - Fotografias de Beatriz Sousa. 2017]

do convento, identificando os elementos que definiam a sua essência histórica e reinterpretando-os novamente, de tal forma que fosse possível recordar o seu caráter sem impedir a sua evolução e reutilização. Fernando Távora optou por manter alguns aspetos significativos, nomeadamente a sua escala, devido ao forte significado e caráter identitário, bem como elementos pontuais da arquitetura pré-existente. Esta estratégia é similar à seguida no projeto para a Casa dos 24, na qual o arquiteto se foca nas características identitárias do antigo edifício, reinterpretando-as com um desenho absolutamente contemporâneo que pretende atribuir à obra um caráter intemporal e com o futuro em aberto.

Apesar de mais antigo, também o projeto para o Pavilhão de Ténis da Quinta da Conceição demonstra esta procura por eternizar o lugar através da sua constante atualização. Fernando Távora propõe um edifício com as características próprias de uma construção contemporânea e cujo principal desafio seria o de conseguir incorporá-lo de forma harmoniosa num espaço com construções com já mais de 500 anos de vida (fig. 73 e 74). Este desafio é similar ao encontrado na zona da Sé, com o projeto para a Casa dos 24.

O Mercado municipal projetado para a cidade de Santa Maria da Feira é exemplo da vontade da construção de um edifício que respondesse às necessidades do presente (fig. 75 - 77). Tal como na Casa dos 24, o traçado é assumidamente moderno e evidencia os progressos tecnológicos e construtivos da época em que é construído. Távora demonstra uma similar preocupação na relação com a envolvente, alternando entre materiais modernos e tradicionais e propondo uma organização espacial que, embora o afaste dos princípios universais da arquitetura moderna, privilegie o Homem, a memória e identidade da zona.

O Estudo de Renovação Urbana do Barredo, coordenado por Fernando Távora em finais da década de 1960, reintroduz o conceito

de “continuar-inovando”. O arquiteto pretendeu não só dar resposta às necessidades de conforto e higiene, promovendo uma melhoria na qualidade de vida dos habitantes, tal como havia sido feito na zona da Sé durante as décadas de 1930 e 1940, como também, e acima de tudo, dar resposta à sua função social, promovendo uma vertente humanista capaz de recuperar a identidade do lugar. Desta forma, evitaria uma situação semelhante à degradação social resultante das demolições dos quarteirões envolventes à Catedral, degradação esta que tentou atenuar com a proposta de intervenção na Casa dos 24, a partir de 1995.

Partindo desta análise, parece ser possível fazer algumas considerações sobre o percurso do arquiteto Fernando Távora, assim como especular acerca das razões lógicas das suas escolhas.



Fig. 78 - Casa dos 24 e envolvente, Porto. Fotografia de Beatriz Sousa. 2018

[Fig. 78 - Fotografia de Beatriz Sousa. 2018]

A Casa dos 24: estado atual

Embora não seja possível visitar, atualmente, o espaço interior da Casa dos 24, verificamos que os materiais que compõem o exterior têm vindo a sofrer, ao longo dos seus mais de 20 anos de vida, um processo de envelhecimento natural, aparentemente resultante de ações ambientais, que dão lugar a mecanismos de degradação.

A ação da água aliada aos ciclos de molhagem e secagem, a presença do vento e a exposição solar constituem fatores que afetam prejudicialmente os revestimentos exteriores, originando processos patológicos, nomeadamente o aparecimento de vegetação e fungos que contribuem para a degradação natural da pedra¹⁴⁷.

Fotografias atuais da Casa dos 24 e da sua envolvente revelam, claramente, a alteração física do revestimento em placagem de pedra, aparentemente resultante destas condições (fig. 78). A sujidade e degradação das suas paredes resultam numa visível alteração das suas cores, nomeadamente o tom esverdeado, bastante acentuado em algumas zonas (fig. 79). Este envelhecimento natural resulta numa cada vez maior aproximação do aspeto do novo edifício não só às ruínas (fig. 80), sobre o qual foi construído, como também a toda a sua envolvente particularmente constituída por construções em granito e com já vários séculos de existência. É possível verificar essas alterações significativas a partir da comparação entre as imagens anteriormente mencionadas e fotografias antigas do edifício (fig. 81).

O edifício foi encomendado ao arquiteto Fernando Távora durante a segunda metade da década de 90 do século XX, por parte da Câmara Municipal do Porto. Deveria substituir o espaço da antiga Casa dos 24, mas não tinha previsto qualquer tipo de programa funcional. Isso ofereceu ao arquiteto a possibilidade de se concentrar na relação entre a arquitetura e o lugar e, assim, tentar enfrentar as dificuldades resultantes dos processos de demolição na área envolvente à Sé. Face à sua localização, junto a um dos mais emblemáticos edifícios da cidade, acabou por ser utilizado, até meados de 2017,

147 - Sobre as consequências das ações ambientais na degradação de edifícios, ver SILVA, Ana Filipa Ferreira da - *Previsão da vida útil de revestimentos de pedra natural de paredes*. Lisboa : Universidade Técnica de Lisboa. 2009.



Fig. 79 - Casa dos 24, vestígios de vegetação nas paredes



Fig. 80 - Casa dos 24, pormenor da transição ruína/construção nova



Fig. 81 - Casa dos 24, hipoteticamente em data próxima à sua construção

[Fig. 79 e 80 - Fotografias de Beatriz Sousa. 2018

Fig. 81 - Disponível em BESTEIRO, Rita Tavares de Almeida, "Avenida da Ponte 1968/2000 - Álvaro Siza, arquitetura e cidade". 2012. FAUP. Pág. 52

Fotografia: Casa dos 24.]

como Posto de Turismo.

Nos dias de hoje, novamente abandonado e aparentemente encerrado indefinidamente para obras que não parecem ser postas em prática, adivinha-se uma futura e acelerada degradação do edifício. O facto de estar encerrado, sem ventilação nem qualquer tipo de manutenção, aumenta a probabilidade de deterioração.

Apesar do edifício em estudo não ser classificado nem se encontrar em vias de classificação, localiza-se na Área de Reabilitação Urbana/Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, próximo de um monumento nacional, a Sé Catedral, pelo que está sujeito a algumas regras de intervenção. De acordo com a lei 107/2001¹⁴⁸, que estabelece as bases de política e do regime de proteção e valorização do património cultural, os imóveis classificados beneficiam automaticamente de uma zona geral de proteção de 50 metros, contados a partir dos seus limites externos. Situando-se a apenas 7 metros do edifício da Sé, a Casa dos 24 não poderá então sofrer alterações que resultem em modificações no que diz respeito à topografia, alinhamentos ou cérceas da zona. Assim, não lhe serão aplicadas restrições diretas nem medidas de salvaguarda específicas relativamente a uma eventual intervenção, excepto aquelas relacionadas com as características da zona e com a proximidade à Sé. Assim, poderá, por exemplo, ser alterado todo o seu interior.

Tal como referido no Capítulo I deste documento, sobre as teorias de intervenção no património, a atribuição de um programa concreto contribui para a manutenção e conservação do edificado. Nesse sentido, torna-se preponderante e repensar o programa funcional deste edifício, como forma de dinamizar a sua utilização e desacelerar a sua degradação. Só desta forma será possível perpetuar futuramente o objetivo primeiro do arquiteto Fernando Távora ao construir a Casa dos 24: a reintegração urbana e social de toda uma área de memória coletiva.

148 - *Lei de bases do património cultural*. Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. Ministério Público. Lei nº 107. 2001.

Conclusões



Os acontecimentos que marcaram o século XIX e princípios do século XX tiveram consequências nas cidades e nos seus núcleos históricos, em parte destruídos devido a guerras e outros fenómenos resultantes da instabilidade política. Ao mesmo tempo, o grande dinamismo que conduziu à forte expansão das cidades, motivado pelo crescimento da indústria, promoveu a descentralização dos núcleos urbanos, através da criação de novos pólos de atração. Por estas razões, os centros históricos foram sendo gradualmente abandonados pelas classes mais abastadas da população e sobreocupados por habitantes de menores recursos. Estas dinâmicas urbanas, sociais, económicas e políticas resultaram em intensos debates sobre as práticas de conservação e restauro das cidades antigas, que marcaram, de forma indiscutível, o desenrolar do século XX.

As intervenções no terreiro da Sé:
A definição de um novo espaço urbano

A zona envolvente à Sé Catedral do Porto é um exemplo paradigmático destes fenómenos multifacetados. Pelo estado de degradação em que as zonas mais antigas da cidade se encontravam, foram lançadas várias propostas, por parte da DGEMN, baseadas em amplas demolições com evidentes objetivos higienistas, mas também de desafogo dos monumentos mais significativos, como é o caso da Sé Catedral, o antigo edifício dos Paços do Concelho e a Igreja do Colégio. Estas propostas refletem princípios que em certa medida se assemelham, ainda que a outra escala, à reforma urbana da cidade de Paris, entre 1853 e 1870, por Georges-Éugene Haussmann, responsável pela destruição de grande parte da sua zona histórica, em nome da salubridade e circulação. Também Gustavo Giovannoni, no livro *“Cidade velha e edifício novo”*, publicado no ano de 1931, propõe uma sequência de demolições de forma a alargar o espaço público dos centros históricos e, consequentemente, melhorar as condições de higiene e funcionamento.

Estas demolições sucessivas aparentam ter resultado na perda

dos valores e da identidade dos núcleos históricos e, por isso, constituíram um marco importante para a discussão sobre as cidades antigas como monumentos históricos e a necessidade de as proteger.

As conferências abordadas nesta dissertação surgem como uma tentativa de resposta a estes problemas que resultaram na aparente desintegração dos núcleos históricos na restante cidade e na sua degradação física e social. A análise destes documentos, como é o caso das cartas mencionadas no Capítulo I desta investigação, permitiu esclarecer as questões que motivaram o aparecimento de visões alternativas e atualizadas para o termo “restauro”. Os princípios delineados neste conjunto de textos, segundo os quais qualquer intervenção em centros históricos se deve orientar, estavam particularmente relacionados com a capacidade de expressar os valores e características da contemporaneidade, sem ignorar a identidade e valores próprios da cidade antiga.

Desta forma, acredita-se que a falta de sucesso da solução levada a cabo a partir de 1939 na zona do terreiro da Sé, apoiada em intensas demolições que pretendiam higienizar a zona e valorizar os seus monumentos, seja consequência da própria diminuição da densidade de construção que resultou num espaço que parece revelar pouco relativamente à antiga história da cidade, anulando a identidade própria do lugar.

Resumindo, até esta data, as intervenções nos centros antigos degradados eram realizadas através de planos de higienização, salubridade e requalificação urbana, de carácter semelhante aos propostos pela DGEMN para a zona da Sé. Procurava-se demolir conjuntos edificados pré-existentes, para valorização de determinado monumento, desenhavam-se novos espaços públicos e propunham-se novas edificações, com o objetivo de reduzir, de forma significativa, tanto a densidade construída como a densidade populacional.

Cerca de uma década depois, foi iniciada uma nova fase de demolições que propunha alterações desde a zona da Sé até à Estação de São Bento, com o objetivo de abrir uma avenida - Avenida de D. Afonso Henriques -, que permitisse uma ligação rápida entre o tabuleiro superior da ponte e o centro da cidade. Entre a década de 50 e inícios da seguinte foram lançadas diversas propostas para a Avenida da Ponte com a intenção de completar ou corrigir o resultado das demolições maciças dos anos 40. Entre elas destaca-se a proposta de 1955, do arquiteto Fernando Távora, e a de 1968, do arquiteto Álvaro Siza.

O arquiteto Álvaro Siza propôs o projeto de requalificação da Avenida de D. Afonso Henriques sobre parte do vazio da Avenida da Ponte que resulta das demolições na década de 50 do século XX. Atento à metodologia e aos princípios de intervenção urbana seguidos pelo arquiteto Fernando Távora, desenha uma proposta vanguardista que contribuiu para a resolução do impasse em que se encontrava a prática da arquitetura contemporânea em relação à reabilitação dos centros históricos. Os materiais, os elementos arquitetónicos e a linguagem já não correspondem a qualquer intenção de continuar ou reinterpretar as pré-existências históricas. Alteram-se as relações entre o antigo e o novo e surgem novas referências e metodologias nos processos de intervenção no património arquitetónico. Foi desta forma que se inverteu o processo que associava a valorização do monumento à demolição de construções envolventes que perturbassem a leitura global da sua imagem. Esta alteração de estratégia altera radicalmente a relação da Sé com a envolvente, propondo uma experiência física de dinâmica do percurso, essencial para que a obra arquitetónica possa ser verdadeiramente percebida. Mas, por incapacidade financeira da cidade, nenhuma das propostas foi concretizada e a zona da Sé parecia continuar a ser prejudicada pelo

aspecto abandonado da sua envolvente e inexistência de edificado que valorize a sua própria história.

Os escritos e projetos de intervenção na pré-existência desenvolvidos pelo arquiteto Fernando Távora parecem promover uma procura constante por relações entre história e modernidade. Desde as primeiras referências à “3ª via”, expressa nas suas primeiras obras, até à fase final da sua carreira, o arquiteto demonstra uma vontade constante de construir moderno, mas sempre orientado pela história e características da envolvente de cada projeto.

O exemplo do Estudo de Renovação Urbana do Barredo, elaborado sob a coordenação do arquiteto Fernando Távora durante a década de 1960, pretende demonstrar o aprofundamento da função social do arquiteto no âmbito da renovação urbana. Este estudo reveste-se de importância, porque já não procurava apenas uma salvaguarda baseada na satisfação das necessidades de conforto, higiene e qualidade de vida, nem a pura conservação e restauro das construções de maior valor histórico e artístico, ignorando a evolução e os novos interesses e exigências do Homem contemporâneo. A estratégia delineada neste âmbito procurava inovar, de forma a reintegrar a zona na restante cidade, mas sem sacrificar, para isso, uma identidade própria.

As intenções de Fernando Távora para o projeto da Casa dos 24 aparentam estar em sintonia e continuidade com a obra que desenvolveu ao longo do seu percurso profissional.

A intervenção global na zona envolvente à Sé revela-se como a principal intenção de projeto do arquiteto através da proposta de construção de um novo edifício. Esta proposta, embora supostamente polémica, parece ter seguido princípios já enunciados por autores de épocas anteriores e que teriam como objetivo a reintegração do conjunto na restante cidade, através da sua valorização enquanto espaço público qualificado.

Fernando Távora e a intervenção na cidade existente

Proposta de intervenção na Casa dos 24

Parece ser precisamente este conceito que o arquiteto pretende pôr em prática no projeto para a Casa dos 24. A base de toda a intervenção assenta sobre uma descrição dos respetivos antecedentes, até porque pouco se sabe do edifício original, de forma a explicar um pouco da história da cidade e dos seus habitantes e, assim, justificar a importância da nova edificação.

Através deste projeto, Fernando Távora pretendeu não só recuperar o simbolismo do antigo edifício mas também, e essencialmente, a identidade própria e a escala humana da zona da Sé. O principal objetivo seria reintegrar o vazio resultante das demolições nos anos 30 num conceito alargado de centro histórico. A estratégia de intervenção passou pela seleção de materiais e técnicas construtivas de linguagem contemporânea adaptadas ao contexto em que o edifício se insere, procurando desta forma simultaneamente uma integração na pré existência e uma resposta às necessidades funcionais e programáticas do próprio edifício.

O projeto representa uma atitude afirmativa na área envolvente da Sé, por se tratar de uma obra totalmente nova e de enorme visibilidade no interior da área de salvaguarda do monumento nacional, utilizando materiais e linguagens contemporâneas na procura de inequívoca afirmação de contemporaneidade. A análise de diferentes teorias e pensamentos sobre a intervenção no património, bem como a análise de outras obras de intervenção em edificado existente do autor em estudo, permitiu clarificar que a estratégia delineada por Fernando Távora para este projeto se aproxima dos princípios atualmente perseguidos no que diz respeito às intervenções em centros históricos, princípios esses que apontam para uma crescente valorização da linguagem contemporânea e evidenciação da sua capacidade de convívio com construções de épocas anteriores.

Uma vez que se trata de um projeto de intervenção cuja construção conta já com 20 anos de existência, a análise do estado atual do edifício permitiu constatar o seu processo de envelhecimento,

bem como a forma como essas alterações contribuíram para a imagem da zona da cidade em estudo. Fernando Távora procurou não só atualizar a imagem desta parte da cidade através de linguagem arquitetónica de carácter contemporâneo, como também dar escala ao edifício da Sé, anteriormente absolutamente isolado face às demolições concretizadas entre as décadas de 1930 e 1940. O revestimento exterior da Casa dos 24 apresenta, atualmente, alterações significativas como consequência das condições climatéricas, no entanto este envelhecimento parece ter contribuído para uma aproximação visual entre este edifício e a envolvente.

Como síntese, a análise de teorias de autores relevantes sobre a intervenção no património construído permitiu descodificar possíveis influências nas estratégias de intervenção de Fernando Távora no património existente e, assim, enquadrar e explicitar a sua intenção final. A construção deste edifício pretende, efetivamente, reconectar a história do lugar, através de uma série de mecanismos identificáveis, tais como a escala, a materialidade, as técnicas construtivas, a localização e a espacialidade.

Tal como foi construída, a Casa dos 24 não representa uma rutura, mas antes a peça que faltava no “puzzle” urbano do adro da Sé. Fernando Távora *“desenvolve e reinterpreta antigas perspetivas de aproximação à Sé”*¹⁴⁹ de forma a reavivar a história da cidade, ao mesmo tempo que procura a harmonia perdida entre o centro histórico e a restante cidade, por défice de relações entre a arquitetura antiga e a contemporânea.

Atualmente, e novamente entregue ao abandono por ausência de função programática, começa-se a verificar um processo de degradação do edifício e área envolvente, ainda que com distintos contornos. Tal como proposto em documentos como a *Carta de Veneza* (1964), a reutilização ou adaptação da Casa dos 24 a uma nova função surgem como soluções preementes para interromper este processo.

149 - FERNANDES, Francisco Barata - *Leituras de Marques da Silva : problemas; Sobre reabilitação urbana: a casa, o quarteirão, o espaço público*. FIMS : Porto. 2011. pág. 182

Bibliografia

Bibliografia

- *A cerca primitiva* - Centro Histórico do Porto Património Mundial. [Consult. 12 Dezembro de 2016]

Disponível em <https://bit.ly/2NyVPNp>

- AFONSO, José Ferrão - *Marques da Silva, a Avenida dos Aliados e a Cidade “flamenga”*. Publico. 2001. [Consult. 3 Maio de 2017]

Disponível em <https://bit.ly/2DikSzo>

- ARÍS, Carlos Martí - *Nulla dies sin linea : Fragmentos de una conversación con Fernando Távora*. DPA. 2011.

- *Arquitetos querem que projeto “Avenida da Ponte”, de Siza Vieira, avance*. Porto : Jornal de Notícias. 2014. [Consult. 2 Outubro de 2016]

Disponível em <https://bit.ly/2OG4JVL>

- BARBOSA, Cassiano - *ODAM : Organização dos Arquitetos Modernos : Porto : 1947-1952*. Edições Asa : Porto. 1972.

- BOITO, Camillo - *Os restauradores*. Conferência feita na Exposição de Turim em 7 de Junho de 1884. Ateliê Editorial. 2003.

- BRANDI, Cesare – *Teoria do Restauro*. Amadora : Orion. 2006 (1ª Ed. 1963).

- Câmara Municipal do Porto - *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*. Direção de serviços de habitação - Repartição de construção de casas. 1969.

- Câmara Municipal do Porto - *Memória justificativa e descritiva do projecto de arranjo da zona histórica da Sé e dos Paços do Concelho*. 1939.

- CAPITEL, Antón – *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Madrid : Alianza Editorial. 1988.

- CARMO, Fernanda; PASSADOR, João; Terra, Leonardo; Vichnewski, Henrique - *Cesare Brandi - Uma releitura da teoria do restauro crítico sob a ótica da fenomenologia*. 2016. [Consult. 21 Abril de 2017]

Disponível em <https://bit.ly/2zmRPXr>

- Carta de Atenas. Conclusões da conferência internacional de Atenas sobre o restauro dos monumentos. Serviço internacional de museus : Atenas. 1931.

- CASTRO, Cleusa de – *Collage, Fernando Távora e a Casa dos 24 do Porto*. 2013. [Consult. 02 Abril 2016]

Disponível em <https://bit.ly/2I7EVzl>

- CHOAY, Françoise – *A alegoria do património*. São Paulo : Estação Liberdade. 2006.

- CIVVIH, ICOMOS - *Princípios de La Valetta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos*. Documento apresentado na 17^a Assembleia Geral do ICOMOS. Paris. 2011.
- CORREIA, Luís Miguel; GONÇALVES, Adelino; MONIZ, Gonçalo Canto - *O estudo de renovação urbana do Barredo: a formação social do arquitecto para um território mais democrático*. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra. 2014.
- FERNANDES, Francisco Barata - *Leituras de Marques da Silva : problemas; Sobre reabilitação urbana: a casa, o quarteirão, o espaço público*. FIMS : Porto. 2011.
- FIGUEIRA, Jorge – *Fernando Távora : Coisa mental*. Unidade. 1992.
- GAZZOLA, Piero (presidente); LEMAIRE, Raymond (redacção) - *Carta de Veneza: Carta Internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*. Documento apresentado no Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos. Veneza. 1964.
- GIOVANNONI, Gustavo - *Cidade velha e edifício novo*. Unione tipografico-editrice torinese. Torino. 1931.
- GOMES, Francisco Portugal e – *Restauro e Reabilitação na Obra de Fernando Távora : O exemplo da Casa dos 24*. 2008. [Consult. 23 Março 2016]
Disponível em <https://bit.ly/1i1ZG9V>
- GRACIA, Francisco de - *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación*. Editorial NEREA. 1992.
- ICOMOS - *Carta de Washington. Carta Internacional para la conservación de ciudades históricas y áreas urbanas históricas*. Documento apresentado na Asamblea General de ICOMOS. Washington D.C.. 1987.
- ICOMOS, ISCAH20 - *Documento de Madrid 2011: Critérios para a Conservação do património Arquitectónico do Século XX*. Documento apresentado na Conferência Internacional CAH 20thC. Madrid. 2011.
- Lei de bases do património cultural. Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. Ministério Público. Lei nº 107. 2001 [Consult. 12 Março 2018]
Disponível em <https://bit.ly/1viGm4E>
- LEMAIRE, Raymond; STOVEL, Herb (redacção) - *The Nara Document*. Documento apresentado no The Nara Conference on Authenticity in Relation to the World Heritage Convention. Nara, Japão. 1994.
- LEMOS, Fernando - *Fernando Távora - Mercado de Vila da Feira*. 2016. [Consult. 23 Abril 2017]

Disponível em <https://bit.ly/2PRGBQ6>

- MELUCCO, Alessandra et al (redacção) - *Carta de Cracóvia: Princípios para a conservação e o restauro do património construído*. Documento apresentado na Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”. Cracóvia (Polónia). 2000.

- OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de - *O pensamento de John Ruskin*. 2008. [Consult. 5 Setembro 2016]

Disponível em <https://bit.ly/2MPLfMI>

- *Os planos para o Porto : dos Almadás aos nossos dias*. 2011. [Consult. 14 Fevereiro 2017]

Disponível em <https://bit.ly/2PWq6IN>

- *Pousada Santa Marinha (1972-1985)*. Fernando Távora. Projectos 7 / Projectos 8. 2014. [Consult. 2 Abril 2017]

Disponível em <https://bit.ly/2MPLnfa>

- RAMOS, Luís A. de Oliveira - *História do Porto*. Porto : Porto Editora. 2015 (3ª edição).

- *Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques*. 2014. [Consult. 9 Fevereiro 2017]

Disponível em <https://bit.ly/2Do6VjE>

- RIEGL, Alois - *El culto moderno a los monumentos*. Ed. Visor : Madrid. 1987.

- SALEMA, Isabel - *Fernando Távora (1923-2005) O reinventor da arquitectura moderna com sabor local*. 2005. [Consult. 14 Junho 2017]

Disponível em <https://bit.ly/2PYJclh>

- SILVA, Ana Filipa Ferreira da - *Previsão da vida útil de revestimentos de pedra natural de paredes*. Lisboa : Universidade Técnica de Lisboa. 2009.

- SILVA, Hugo Machado da - *Avenida da Ponte : impasse em continuidade*. Prof. responsável: Domingos Tavares. Porto : FAUP. 2007.

- TÁVORA, Fernando – *Conversaciones en Oporto*. Revista Arquitectura, n.º261, Julho/Agosto. 1986.

- TÁVORA, Fernando – *Desenhos de Viagens. Projectos*. Citado por Correio do Porto. 2011.

- TÁVORA, Fernando – *O problema da casa portuguesa*. Lisboa : Manuel João Leal. 1945.

Disponível em <https://bit.ly/2xxb3sh>

- TÁVORA, Fernando - *Pousada de Santa Marinha da Costa*. Fundação Marques da Silva. [Consult. 28 Março 2016]

- TÁVORA, Fernando – *Teoria geral da organização do espaço : arquitectura e urbanismo : a lição*

das constantes. Porto : FAUP Publicações. 1993. [1ª ed. 1968]

- TEIXEIRA, Manuel C. - *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. 1996.

- TENREIRO, José Pedro de Galhano - *O grupo ODAM : organização dos arquitectos modernos : a construção do racionalismo portuense*. Prof. responsável Domingos Tavares. Porto : FAUP. 2008.

- TOMÉ, Miguel - *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto : Faup publicações. 2002.

- VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel - *Restauração*. Séries Artes e Ofícios. São Paulo : Ateliê Editorial. 2000.

Referências de imagens

Referências de imagens

- Fig. 1 - 6 - Fotografia de Beatriz Sousa.
- Fig. 7 - Planta de Beatriz Sousa.
- Fig. 8 - 14 - Fotografia de Beatriz Sousa.
- Fig. 15 - Unité d'Habitation Marseille, Le Corbusier, França, 1946 - 1952. SBRIGLIO, Jacques - *Le Corbusier : L'Unit d'Habitation de Marseille*. Marseille : Parenthèses. 1992.
- Fig. 16 - 19 - Fotografia de Beatriz Sousa.
- Fig. 20 - DC 0179 - Pousada de Santa Marinha da Costa. Fundação Marques da Silva.
- Fig. 21 - 22 - Estação de São Bento. Fundação Marques da Silva.
- Fig. 23 - 24 - Aeroporto de Pedras Rubras [Consult. 8 Janeiro 2017]
Disponível em <https://bit.ly/2lePali>
- Fig. 25 - Ilhas do Porto. TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular no século XIX - características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro*. 1994. Pág. 565
- Fig. 26 - Porto, Rua de S. Victor - principais tipologias de ilhas. TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular no século XIX - características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro*. 1994. Pág. 563
Planta adaptada por Beatriz Sousa.
- Fig. 27 - 28 - *Avenida dos Aliados : 100 anos* [Consult. 3 Junho 2017]
Disponível em <https://bit.ly/2Q4ba1Y>
- Fig. 29 - Plano Diretor Cidade do Porto, 1962 [Consult. 12 Abril 2017]
Disponível em <https://bit.ly/2zqB7qj>
- Fig. 30 - Planta de ordenamento. Carta de hierarquia da rede rodoviária. [Consult. 20 Setembro 2016]
Disponível em <https://bit.ly/2N0nZf5>
- Fig. 31 - Planta alterada por Beatriz Sousa. D-CMP-03-462-046-FD. Arquivo Histórico do Porto. [Consult. 2 Março 2016]
- Fig. 32 - D-CMP-03-462-008-FD. Arquivo Histórico do Porto. [Consult. 2 Março 2016]
- Fig. 33 - D-CMP-03-462-013-FD. Arquivo Histórico do Porto. [Consult. 2 Março 2016]
- Fig. 34 - D-CMP-03-462-014-FD. Arquivo Histórico do Porto. [Consult. 2 Março 2016]
- Fig. 35 - D-CMP-03-462-044-FD. Arquivo Histórico do Porto. [Consult. 2 Março 2016]
- Fig. 36 - Planta por Beatriz Sousa.

- Fig. 37 - 40 - *Sé do Porto – demolição da zona envolvente*. 2012. [Consult. 20 Março 2016]

Disponível em <https://bit.ly/2NEFOFx>

- Fig. 41 - Fotografia de Beatriz Sousa.

- Fig. 42 - 43 - *Os planos para o Porto : dos Almadás aos nossos dias*. 2011. [Consult. 20 Setembro 2016]

Disponível em <https://bit.ly/2PWq6lN>

- Fig. 44 - 45 - Google Earth.

- Fig. 46 - 49 - *Os planos para o Porto : dos Almadás aos nossos dias*. 2011. [Consult. 20 Setembro 2016]

Disponível em <https://bit.ly/2PWq6lN>

- Fig. 50 - 53 - *Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques*. 2014. [Consult. 9 Fevereiro 2017]

Disponível em <https://bit.ly/2Do6VjE>

- Fig. 54 - Desenho 12. CMP - ERUB. [Consult. 3 Fevereiro 2018]

- Fig. 55 - Desenho 15. CMP - ERUB. [Consult. 3 Fevereiro 2018]

- Fig. 56 - Planta alterada por Beatriz Sousa. Carta topográfica de 1892.

- Fig. 57 - 58 - *Restauro e Reabilitação na Obra de Fernando Távora : O exemplo da Casa dos 24*. 2008. [Consult. 17 Setembro 2016]

Disponível em <https://bit.ly/1i1ZG9V>

- Fig. 59 - FIMS_FT_0290-pd0003. Fundação Instituto Marques da Silva. [Consult. 26 Fevereiro 2017]

- Fig. 60 - 64 - Fotografia de Beatriz Sousa.

- Fig. 65 - 66 - Planta de Beatriz Sousa.

- Fig. 67 - Corte de Beatriz Sousa.

- Fig. 68 - Fotografia de Beatriz Sousa.

- Fig. 69 - FIMS_FT_0290-pd0055. Fundação Instituto Marques da Silva. [Consult. 26 Fevereiro 2017]

- Fig. 70 - FIMS_FT_0290-pd0056. Fundação Instituto Marques da Silva. [Consult. 26 Fevereiro 2017]

- Fig. 71 - 80 - Fotografia de Beatriz Sousa.

- Fig. 81 - Casa dos 24. BESTEIRO, Rita Tavares de Almeida - *Avenida da Ponte 1968/2000 - Álvaro Siza, arquitetura e cidade*. FAUP. 2012. Pág. 52

Referências de imagens - Anexos

- Fig. 1 - Planta da cidade do Porto, 1892. *Restauro e Reabilitação na Obra de Fernando Távora : O exemplo da Casa dos 24*. 2008. [Consult. 17 Setembro 2016]

Disponível em <https://bit.ly/1i1ZG9V>

Planta alterada por Beatriz Sousa.

- Fig. 2 - Planta da zona da Sé anterior às intervenções da década de 1940. Redesenho por Beatriz Sousa. *Os planos para o Porto : dos Almadás aos nossos dias*. 2011. [Consult. 20 Setembro 2016]

Disponível em <https://bit.ly/2PWq6lN>

- Fig. 3 - Imagens da zona da Sé durante as intervenções da década de 1940. *Sé do Porto – demolição da zona envolvente*. 2012. [Consult. 20 Março 2016]

Disponível em <https://bit.ly/2NEFOFx>

- Fig. 4 - *Google Earth*; fotografias por Beatriz Sousa.

- Fig. 5 - Redesenho por Beatriz Sousa. D-CMP-03-462-046-FD. Arquivo Histórico do Porto. [Consult. 2 Março 2016]

- Fig. 6 - Redesenho por Beatriz Sousa. Planta Cadastral do Porto. *Google Earth*.

- Fig. 7 - D-CMP-03-462-008-FD. Arquivo Histórico do Porto. [Consult. 2 Março 2016]

- Fig. 8 - Redesenho por Beatriz Sousa. D-CMP-03-462-008-FD. Arquivo Histórico do Porto. [Consult. 2 Março 2016]

- Fig. 9 - D-CMP-03-462-013-FD. Arquivo Histórico do Porto. [Consult. 2 Março 2016]

- Fig. 10 - Redesenho por Beatriz Sousa. D-CMP-03-462-013-FD. Arquivo Histórico do Porto. [Consult. 2 Março 2016]

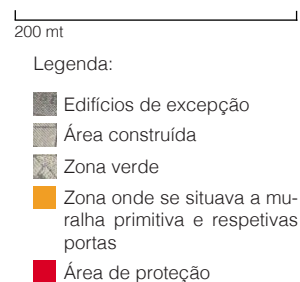
- Fig. 11 - D-CMP-03-462-014-FD. Arquivo Histórico do Porto. [Consult. 2 Março 2016]

- Fig. 12 - Redesenho por Beatriz Sousa. D-CMP-03-462-014-FD. Arquivo Histórico do Porto. [Consult. 2 Março 2016]

Desenhos de referência



Fig. 1 - Planta da cidade do Porto, 1892.



[Fig. 1 - Redesenho a partir de planta disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/147>.

Artigo: Restauro e Reabilitação na Obra de Fernando Távora : O exemplo da Casa dos 24]



Fig. 2 - Planta da zona da Sé anterior às intervenções da década de 1940.

50 mt

Legenda:

- Edifícios de excepção
- Área construída
- A. Sé do Porto
- B. Museu Municipal Guerra Junqueiro
- C. Paço Episcopal do Porto
- D. Biblioteca do Seminário Maior do Porto
- E. Capela das Verdades
- F. Recolhimento do Ferro



A.



B.



C.



D.



Fig. 3 - Imagens da zona da Sé durante as intervenções da década de 1940.



A'.



C'.



B'.



D'.



Fig. 4 - Imagens da zona da Sé nos dias de hoje.

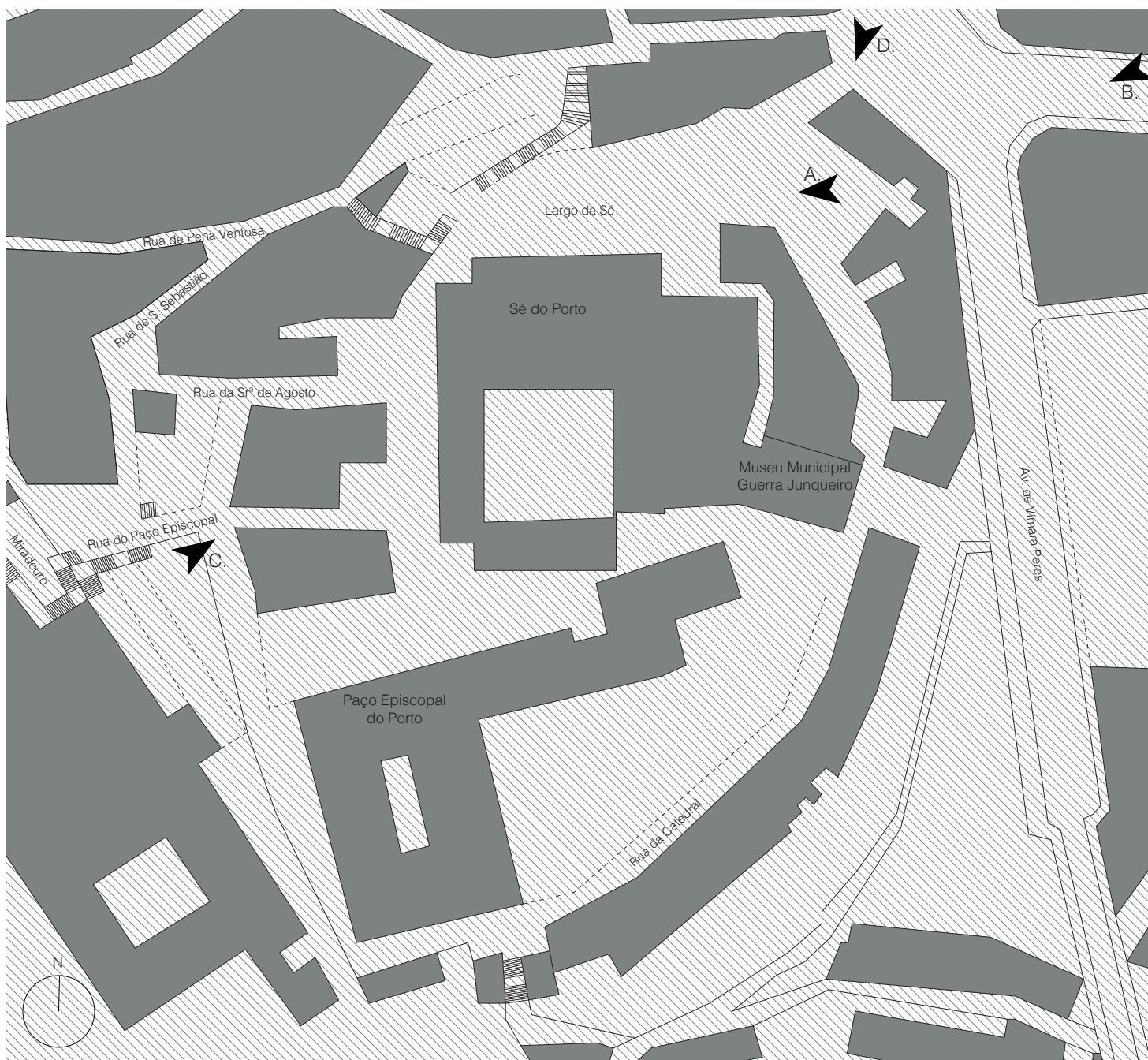


Fig. 5 - Planta esquemática do tipo cheio/vazio, correspondente à zona do terreiro da Sé, anterior às demolições da década de 1940. Pontos de vista correspondentes à Fig. 3 (ver anexos f. 2).

50 mt

Legenda:

- Área construída
- ▨ Área livre
- ◀ Pontos de Vista

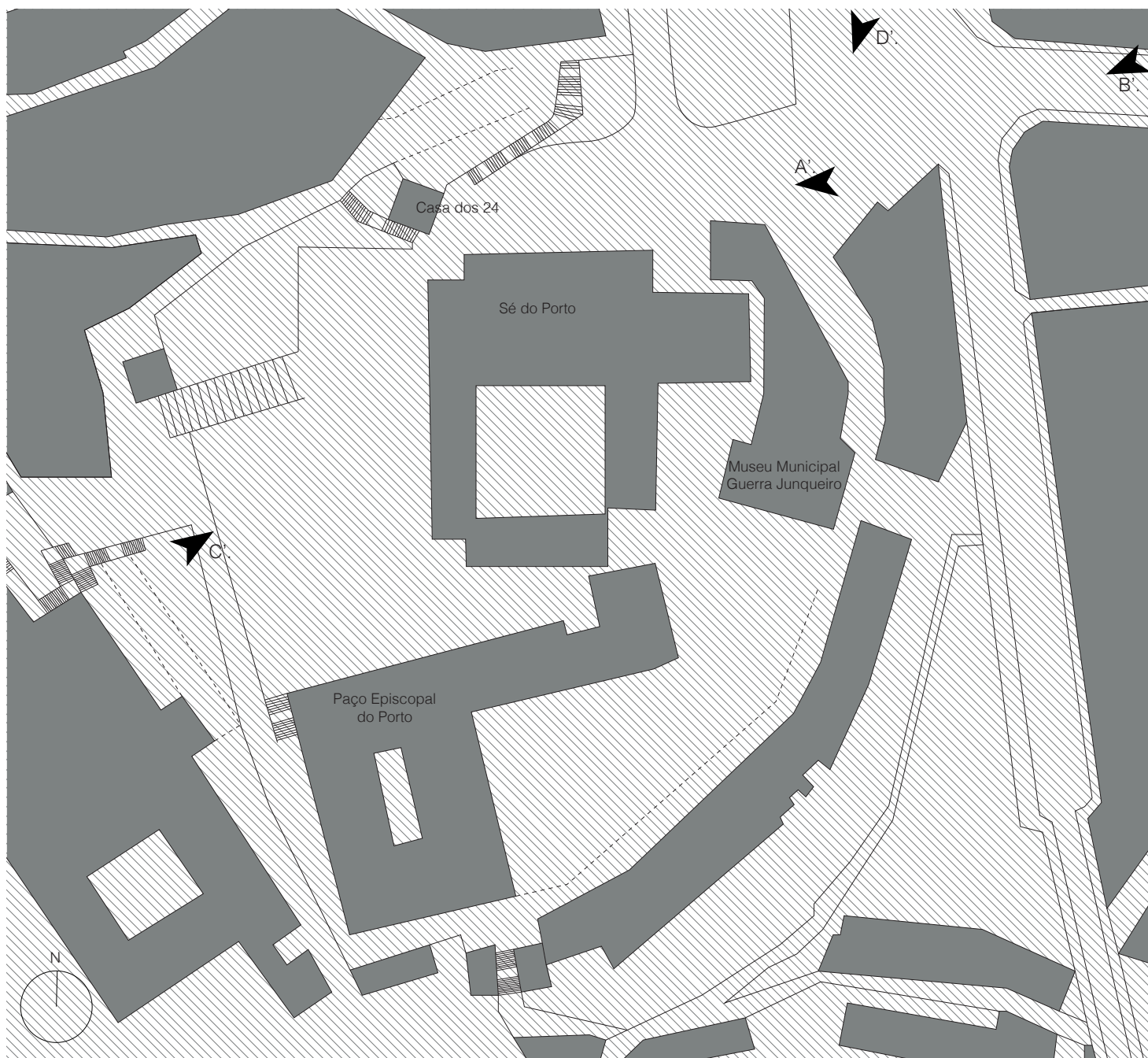


Fig. 6 - Planta esquemática do tipo cheio/vazio, correspondente à zona do terreiro da Sé, na altura da construção da Casa dos 24. Pontos de vista correspondentes à Fig. 4 (ver anexos f. 2).

50 mt

Legenda:

- Área construída
- ▨ Área livre
- ◀ Pontos de Vista

Proposta 1

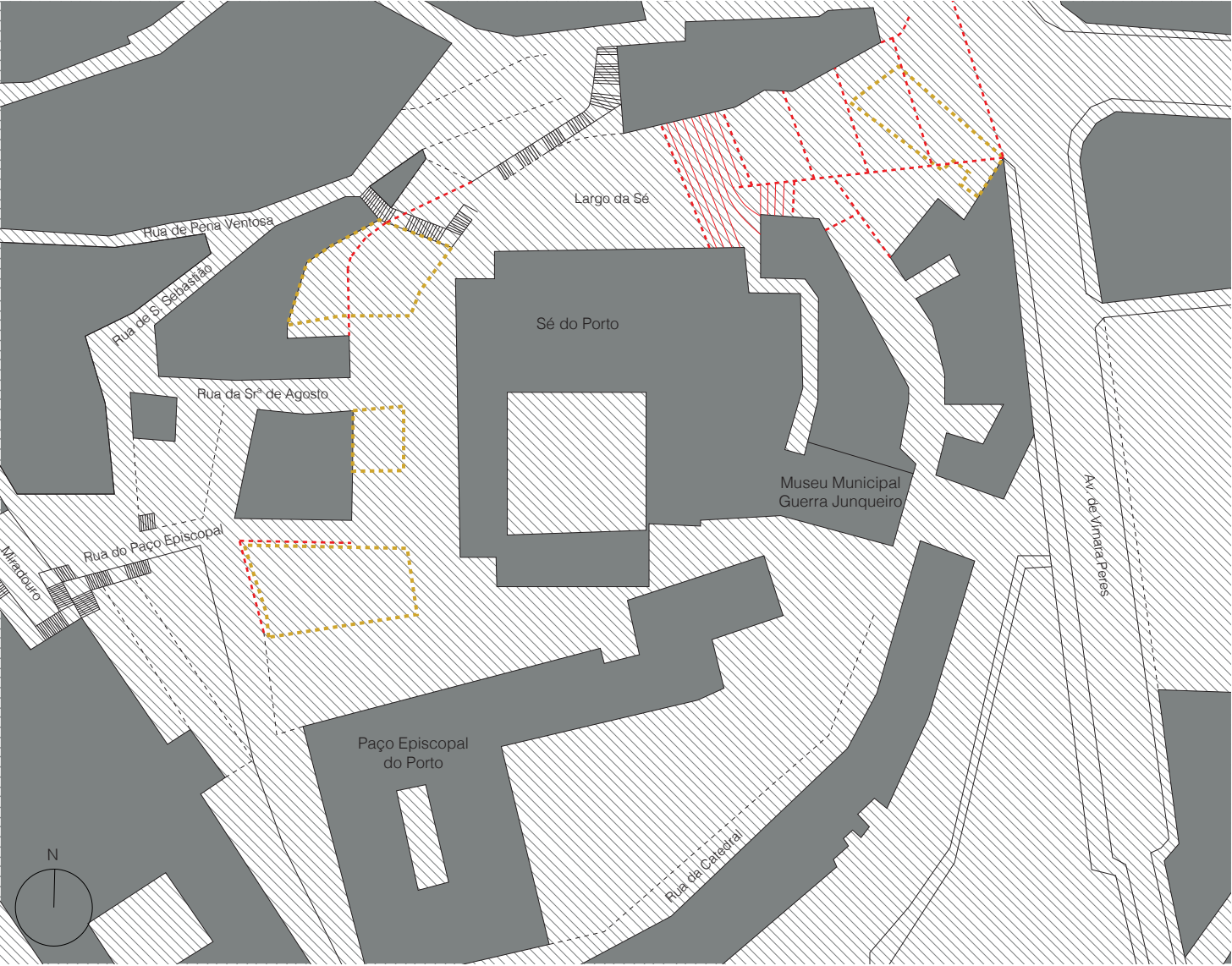


Fig. 8 - Planta esquemática do tipo cheio/vazio, correspondente à primeira proposta.

Seriam demolidos os prédios do bloco A, entre a Rua do Paço Episcopal e o largo fronteiro à Câmara, que seria alargado até àquela artéria, onde se propunha construir um pequeno muro de suporte.

Seria demolido o edifício do bloco B, criando-se um alinhamento único entre as ruas do Paço Episcopal e da Senhora de Agosto. A empena já existente é aumentada até à Rua da Senhora de Agosto, mas pode ser aproveitada para a colocação de painéis de azulejos decorativos.

Seriam demolidos os edifícios do bloco C para alargamento junto ao cunhal da Sé.

O miradouro já existente é ampliado mas as traseiras dos prédios da Rua de S. Sebastião são postos à vista, pelo que se propõe um muro de vedação com a altura e extensão necessárias para impedir a vista dos prédios próximos sem cortar as vistas mais afastadas.

O acesso ao largo da Sé é melhorado com a demolição dos prédios dos blocos G e H. É proposto, ainda, o enchimento do fosso que dá entrada aos prédios fronteiros à fachada lateral da Sé, o que implica a adaptação dos edifícios ao novo nivelamento.

Legenda:

■ Área construída

▨ Área livre

[Fig. 8 - Redesenho a partir de planta disponível em Arquivo Histórico do Porto. D-CMP-03-462-008-FD]

Proposta 2

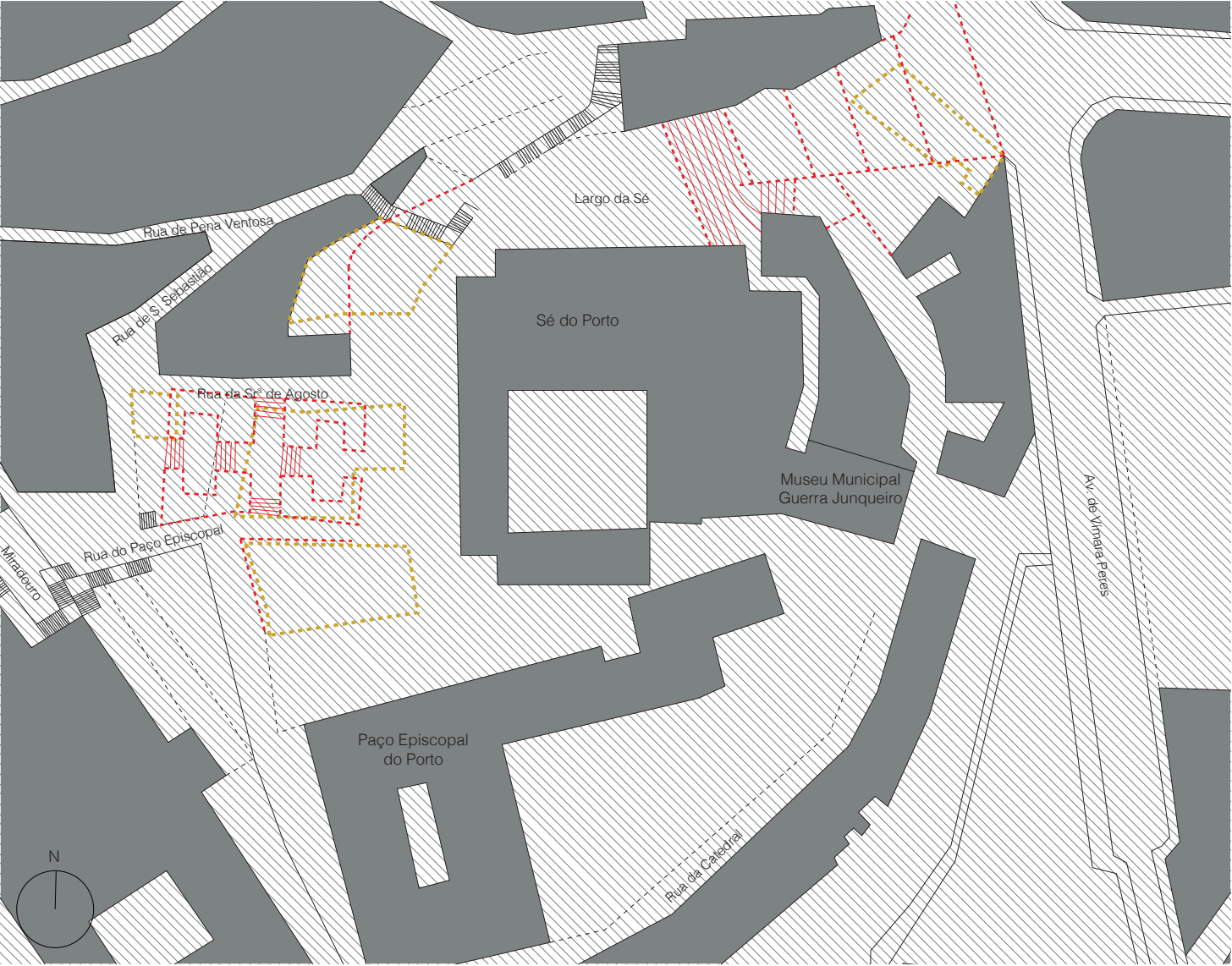


Fig. 10 - Planta esquemática do tipo cheio/vazio, correspondente à segunda proposta.

Propunha a demolição de todo o bloco entre as ruas do Paço Episcopal e da Senhora de Agosto (C) e a adaptação do espaço que fica livre a um jardim que poderia ser construído em socalcos e onde se poderiam recolher as pedras de interesse arquitectónico, provenientes das demolições. As fachadas dos edifícios que envolveriam o jardim não destoariam do conjunto que teria a valorizá-lo o miradouro.

Desta forma, resolvia o problema criado pela primeira solução - a criação de uma série de empenas fronteiras à fachada principal da Sé.

Legenda:
■ Área construída
▨ Área livre

[Fig. 10 - Redesenho a partir de planta disponível em Arquivo Histórico do Porto. D-CMP-03-462-013-FD]

Proposta 3

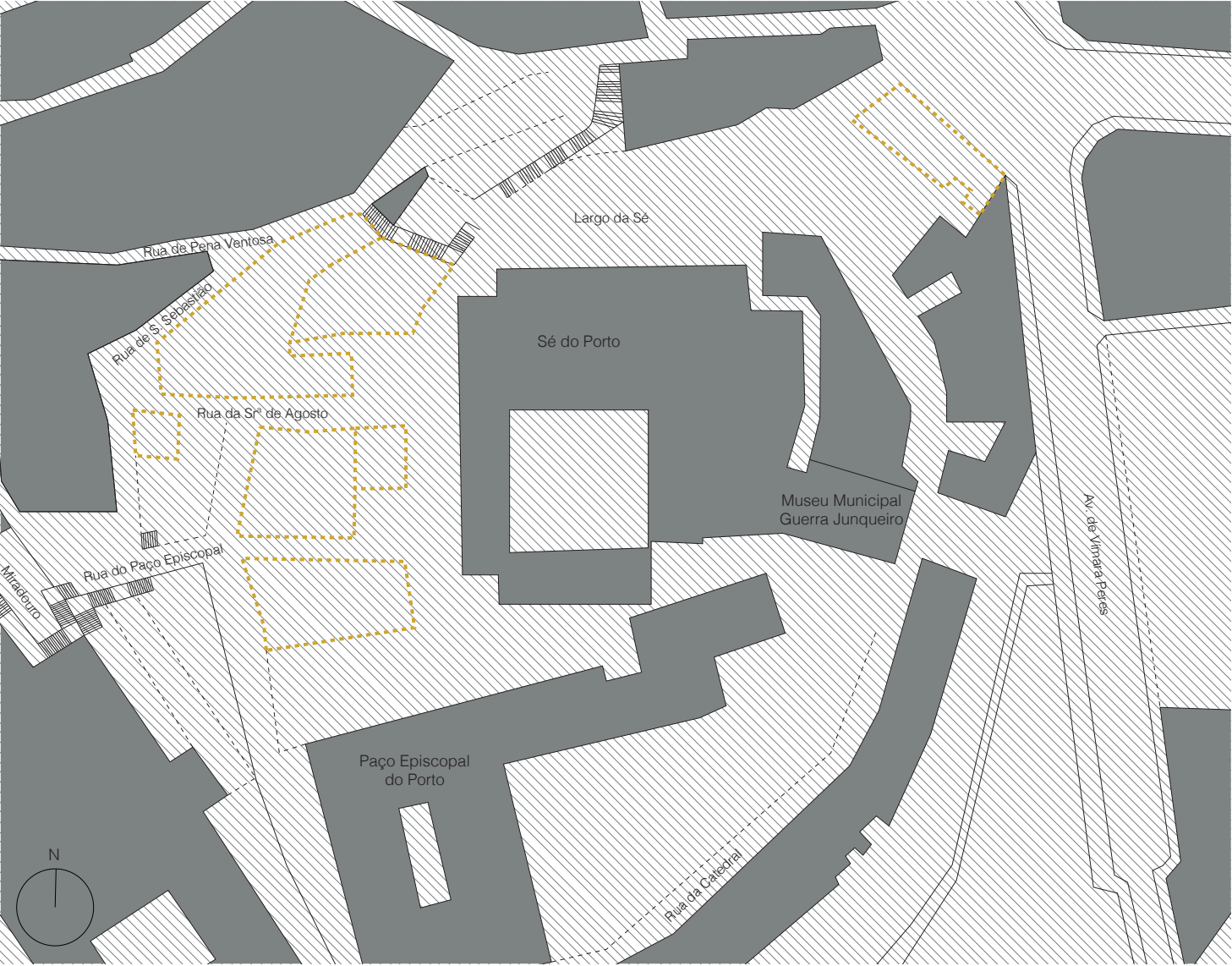


Fig. 12 - Planta esquemática do tipo cheio/vazio, correspondente à terceira proposta.

Propunha uma extensa plataforma entre a Sé e o Paço Episcopal através da demolição de todos os quarteirões fronteiros. Propunha-se o total isolamento dos principais monumentos – Sé, Paço Episcopal e Casa-Museu Guerra Junqueiro – através da demolição dos quarteirões envolventes. O espaço público ficava definido através de plataformas/miradouro aproveitando as valências do terreno.

- Legenda:
- Área construída
 - ▨ Área livre

[Fig. 12 - Redesenho a partir de planta disponível em Arquivo Histórico do Porto. D-CMP-03-462-014-FD]